

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Monique Alves Vitorino

PETIÇÃO *ON-LINE*: Gênero como ação social no *ciberativismo*

Recife
2017

MONIQUE ALVES VITORINO

PETIÇÃO ON-LINE: Gênero como ação social no *ciberativismo*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Letras, na área de concentração Linguística, linha de pesquisa Estudos textuais-discursivos de práticas sociais.

Orientador: Prof. Dr. Benedito Gomes Bezerra

Recife – PE
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

V845p Vitorino, Monique Alves
Petição *on-line*: gênero como ação social no ciberativismo / Monique
Alves Vitorino. – Recife, 2017.
174 f.: il., fig.

Orientador: Benedito Gomes Bezerra.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de
Artes e Comunicação. Letras, 2017.

Inclui referências e apêndices.

1. Análise de gênero. 2. Petição *on-line*. 3. Ação social. 4. E-
Participação. I. Bezerra, Benedito Gomes (Orientador). II. Título.

410 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2017-233)

MONIQUE ALVES VITORINO

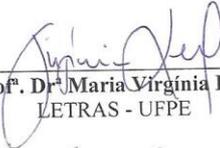
Petição on-line: gênero como ação social no ciberativismo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras da Universidade Federal de Pernambuco
como requisito para a obtenção do Grau de
Doutora em LINGÜÍSTICA em 11/09/2017.

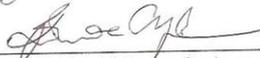
TESE APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:



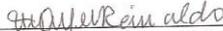
Prof. Dr. Benedito Gomes Bezerra
Orientador – LETRAS - UFPE



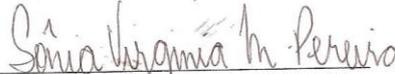
Prof. Dr. Maria Virginia Leal
LETRAS - UFPE



Prof. Dr. Karina Falcone de Azevedo
LETRAS - UFPE



Prof. Dr. Maria Augusta Gonçalves de Macedo Reinaldo
LETRAS - UFCG



Prof. Dr. Sônia Virginia M. Pereira
LETRAS - UFRPE

Recife – PE
2017

A Iolanda, cujo existir se tornou razão para o meu.

AGRADECIMENTOS

Concluo este empreendimento com a certeza de que não cheguei aqui sozinha, muito embora a escrita seja uma atividade tão solitária. De modo que, cito alguns nomes, atribuindo a eles todas as virtudes deste trabalho, e deixando a meu cargo todas as falhas.

Assim, inicio essa praxe pela área dos afetos mais próximos a mim, aqueles que me têm no dia a dia e que, por isso, serão sempre presentes em páginas destinadas à rotina da gratidão.

Ou seja, em primeiro lugar, agradeço a meus pais, Ubaldo e Maria José, a meus irmãos, Montiê, Magdala e Mônica, e a meu cunhado, Anderson Danillo, o esteio que me traz paz quando com eles tudo está em paz.

Tão importante quanto os primeiros, agradeço a meu esposo, Felipy, pelo apoio dado a mim em todos os momentos. A ele procuro dedicar a minha companhia, dentro de uma experiência de amor que desperta em mim sempre os melhores sentimentos.

Pela amizade e socorro em muitos momentos da produção deste trabalho, agradeço a Saionara Leandro, Nancy Ramírez, Nadiana Lima e Rafaela Queiroz. Pessoas que a minha “aventura recifense” trouxe para se fixarem em minha vida de modo tão feliz, sincero e verdadeiro, que me fazem compreender o sentido do que é ser ‘amigo’.

Ainda, pela amizade e lembrança em muitos momentos de grande importância, agradeço a Patrícia Rosas, amiga em quem deposito admiração e inspiração.

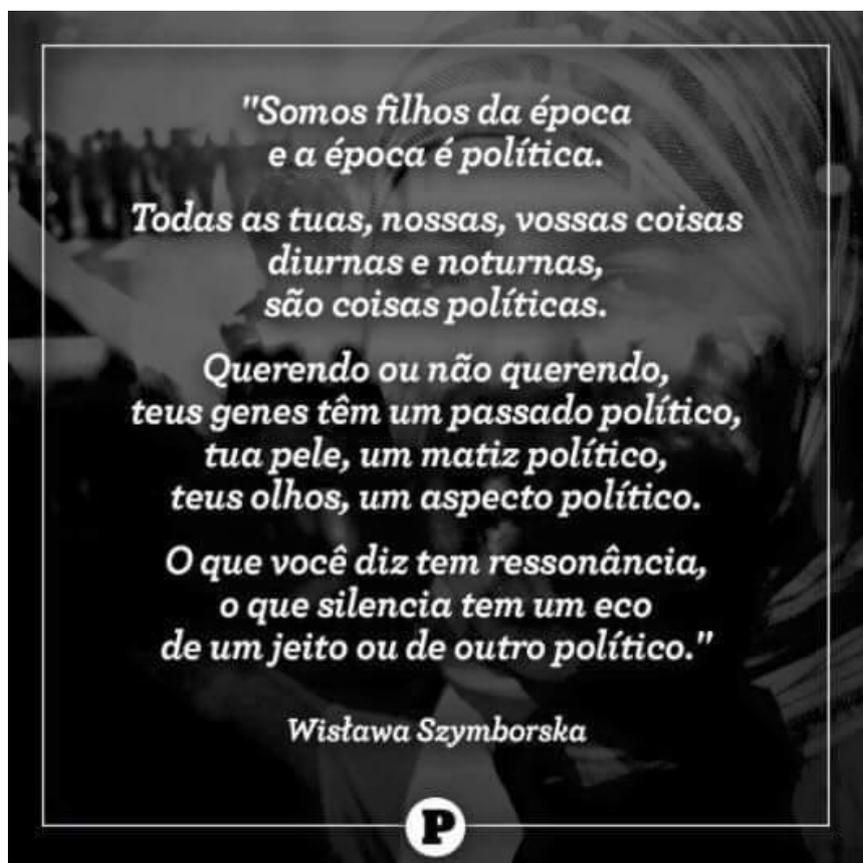
Academicamente, quero agradecer pela generosa e sempre prestativa orientação do Professor Dr. Benedito Bezerra. A quem agradeço pela paciência, pelo tratamento respeitoso e pela liberdade (guiada) oferecida a mim. Por estar sempre “lá” quando de minha procura após longos períodos de “sumiço”, obrigada!

Agradeço, pelas contribuições dadas nos dois momentos de qualificação deste trabalho, às professoras Dra Angela Dionisio e Dra Virginia Leal. Meu muito obrigada pelas leituras feitas das diferentes versões de mim postas nestas linhas.

A Nilson Galvão, por ter respondido de maneira tão positiva e amigável a meu pedido de disponibilizar sua dissertação de mestrado recém concluída, para que eu ampliasse meu repertório acerca das petições.

Agradeço o apoio financeiro da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – Capes.

Obrigada, Deus, por me permitir chegar até aqui e, finalmente, poder agradecer.



(Retirado da *timeline* da autora no *Facebook* / sem data)

RESUMO

Diante da influência do papel da internet no exercício das ações em torno do engajamento político e social, apresentamos nesta tese um estudo do gênero petição *on-line*. Delineamos como objetivo desta pesquisa analisar o funcionamento sociorretórico do gênero petição *on-line*, com vistas à investigação do gênero em seus espaços textual, sócio-cognitivo e social de circulação. Para isso, centramos nosso estudo na perspectiva sociorretórica de análise de gêneros (MILLER, 2009; BAZERMAN, 2006; 2015; BHATIA, 2004; 2008; 2012) e, no âmbito da ciência política, nos escritos de Mouffe (1996). A análise foi desenvolvida a partir da observação de um *corpus* contendo 72 textos coletados em três *sites* responsáveis pelas produção, hospedagem e promoção de petições, quais sejam *Avaaz*, *Change* e *Petição Pública*, e de um questionário aplicado por meio da plataforma *Google Forms*, que contou com a participação voluntária de 330 internautas. Alguns resultados apontaram para a construção de uma definição do nosso objeto de estudo, a qual toma a petição *on-line* não governamental como um gênero de e-participação política direta, inerente ao direito de petição, com o qual as pessoas se engajam em nome do exercício da cidadania. Além disso, usando como critério a identificação dos movimentos retóricos que tipificam o gênero, compreendido por nós como ação social (MILLER, 2009), percebemos que, nos *sites* em que se produziram as petições, tais movimentos parecem ser determinantes no que se refere à correspondência entre o número de movimentos mobilizados e a sua maior ou menor caracterização. Outro aspecto importante a ser destacado informa que o fato de haver determinadas atribuições, tais como o propósito de estimular a participação, o compartilhamento por meio de redes sociais, a ausência de convenção sobre a nomeação, o questionamento de sua validade diante dos órgãos responsáveis, a presença de espaços dados à interação entre os participantes na sua configuração textual, entre outras, parece apontar para a emergência de um gênero que guarda sua contraparte entre os gêneros que compõem o direito de petição.

Palavras-chave: Análise de gêneros. Petição *on-line*. Ação social. E-participação.

ABSTRACT

Faced with the Internet's role in the exercise of actions around political and social engagement, we present in this thesis a study about the online petition genre. The purpose of this research was to analyze the socio-rhetorical functioning of the online petition genre, based on a genre investigation that considers the textual, socio-cognitive and social spaces of its circulation. For this, we focus our study on the socio-rhetorical perspective of gender analysis (MILLER, 2009; BAZERMAN, 2006, 2015; BHATIA, 2004, 2008, 2012) and, in the field of political science, in Mouffe's (1996) writings. The analysis was developed from the observation of a *corpus* with 72 texts collected at three websites responsible for the production, hosting and promotion of petitions, namely *Avaaz*, *Change* and *Public Petition*, and a questionnaire applied through Google Forms platform that counted on the voluntary participation of 330 Internet users. Some results pointed to the construction of our study object definition, which takes the online non-governmental petition as a genre of direct political e-participation, essential in the right of petition, with which people engage in the name of citizenship exercise. Moreover, using as a criterion the identification of the rhetorical movements that typify the genre, understood by us as social action (MILLER, 2009), it was noticed that, in the websites in which the petitions took place, such movements seem to be determinant with respect to the correspondence between the number of mobilized movements and their greater or lesser characterization. Another important aspect that must be highlighted is the fact that certain attributions, such as the purpose of encouraging participation, the sharing through social networks, the absence of a naming convention, the questioning of its validity before the responsible organizations, the presence of spaces for interaction between the participants in the genre textual configuration, among others, seems to point out the emergence of a genre that keeps its counterpart among the others that constitute the right of petition.

Keywords: Genre analysis. Online petition. Social action. E-participation.

RESUMEN

Ante la visible influencia del papel de Internet en el ejercicio de las acciones alrededor del compromiso político y social, esta tesis presenta un estudio del género petición *on-line*. El objetivo fue analizar el funcionamiento socio retórico del género petición *on-line*, interpretando sus regularidades a partir de su comprensión como acción social (MILLER, 2009) direccionada a la investigación de sus espacios textual, socio-cognitivo y social de circulación. Para ello, nos centramos en la perspectiva socio retórica de análisis de géneros (MILLER, 2009; BAZERMAN, 2006; 2015; BHATIA, 2004; 2008; 2012) y, en el ámbito de la ciencia política, en los escritos de Mouffe (1996). El análisis fue desarrollado a partir de la observación de un *corpus* de 72 textos colectados en tres *sites* responsables de la producción, alojamiento y promoción de peticiones, *Avaaz*, *Change* y *Petición Pública*, y de un cuestionario aplicado a través de la plataforma *Google Forms*, que contó con la participación voluntaria de 330 internautas. Algunos resultados señalan la construcción de una definición para nuestro objeto de estudio, la cual toma la petición *on-line* no gubernamental como un género de participación política directa, inherente al derecho de petición, con el que las personas se comprometen en nombre del ejercicio de la ciudadanía. Además, utilizando como criterio la identificación de los movimientos retóricos que tipifican el género, se percibió que los *sites* en que se promovieron las peticiones parecen ser determinantes en lo que se refiere a la correspondencia entre el número de movimientos movilizados y su mayor o menor caracterización. Otro aspecto importante que se observa es la presencia de algunas atribuciones, tales como, estimular la participación, compartir a través de redes sociales, abandono de convenciones de nominación, cuestionamiento de validez ante los órganos responsables, espacios para la interacción entre participantes en su configuración textual, entre otras, que parecen apuntar a la emergencia de un género que guarda su contraparte en los géneros que componen el derecho de petición.

Palabras clave: Análisis de géneros. Petición *on-line*. Acción social. E-participación.

LISTA DE FIGURAS, ESQUEMAS E QUADROS

Figura 1: Petição “Ficha limpa no Senado: Renan Não!”	29
Figura 2: Petição “ <i>Impeachment</i> do Presidente do Senado Renan Calheiros”	30
Figura 3: A nomeação do gênero. Trecho da petição PP6.....	87
Figura 4: Como internautas nomeiam o gênero.....	88
Figura 5: Trecho da petição PP17.....	90
Figura 6: Trecho da petição AV6.....	91
Figura 7: Trecho da petição CH24.....	99
Figura 8: Trecho da petição CH3.....	100
Figura 9: Trecho da petição CH16.....	101
Figura 10: Trecho da petição AV7.....	103
Figura 11: Trecho da petição PP1.....	106
Figura 12: Trecho da petição CH11.....	108
Figura 13: Trecho da petição CH7.....	112
Figura 14: Trecho da petição AV1.....	113
Figura 15: Temas que despertam maior interesse entre os internautas.....	114
Figura 16: Temas que despertam menor interesse dos internautas.....	114
Figura 17: Instruções para a escrita da petição <i>on-line</i> , etapa 2.....	119
Figura 18: Ajuda para a escrita da petição em <i>Petição Pública</i>	120
Figura 19: Trecho da petição PP12.....	121
Figura 20: Práticas de leitura da petição.....	123
Figura 21: Compartilhamento da petição.....	125
Figura 22: Sobre a tomada de decisão.....	126
Figura 23: Como o internauta se sente quando assina uma petição.....	129
Esquema 1: Taxonomia preliminar para gêneros de e-participação política.....	57
Esquema 2: Análise multidimensional de Bhatia.....	78
Quadro 1: <i>Corpus</i> restrito.....	83
Quadro 2: Resumo da configuração geral da petição <i>on-line</i>	93
Quadro 3: Movimentos retóricos da petição <i>on-line</i>	102
Quadro 4: Categorização do <i>corpus</i>	149

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	PERCURSO METODOLÓGICO.....	20
1.1.1	Ações da pesquisa.....	25
1.2	ARQUITETURA TEXTUAL.....	27
2	INTERNET: ESPAÇO DE EXPRESSÃO DO DISSENSO E DA CIDADANIA PLURAL.....	28
2.1	O ANTAGONISMO COMO CONSTITUTIVO DO POLÍTICO NA PERSPECTIVA DE CHANTAL MOUFFE	33
2.1.1	Por uma cidadania democrática.....	39
2.2	EMERGÊNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO VIRTUAL: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA INTERNET.....	43
2.3	AÇÕES CIBERATIVISTAS.....	50
2.3.1	Movimentos sociais do século 21.....	53
2.4	A PETIÇÃO ON-LINE E O UNIVERSO DA E-PARTICIPAÇÃO.....	56
2.5	VISÃO GERAL SOBRE A PETIÇÃO ON-LINE.....	58
3	SOBRE TEORIA DE GÊNERO: PRINCÍPIOS RETÓRICOS E ANÁLISE CRÍTICA.....	65
3.1	APROXIMANDO ABORDAGENS NA ANÁLISE DE GÊNEROS.....	67
3.1.1	Ação social e gênero na abordagem dos estudos retóricos.....	69
3.1.2	A perspectiva crítica na análise dos gêneros.....	74
3.2	DA ANÁLISE TRIDIMENSIONAL À MULTIDIMENSIONAL.....	77
3.2.1	Percorrendo as dimensões de estudo do gênero: categorias para descrição e análise de sua ação.....	80
4	A PETIÇÃO ON-LINE: UM GÊNERO DE AÇÃO POLÍTICO-CIDADÃ.....	82
4.1	CATEGORIZAÇÃO DO CORPUS.....	82
4.2	(RE)DEFININDO O GÊNERO PETIÇÃO ON-LINE.....	86
4.2.1	Ainda sobre os propósitos comunicativos.....	95

4.3	A ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS QUE TIPIFICAM O GÊNERO: ANÁLISE TEXTUAL.....	97
4.3.1	Os movimentos retóricos do gênero.....	97
4.3.1.1	Um caso à parte: os títulos de petições	109
4.3.2	Alguns processos de composição.....	110
4.3.2.1	A exigência satisfeita pela petição on-line	111
4.3.2.2	Processos de escrita de petições	115
4.4	O ESPAÇO SOCIAL DE CIRCULAÇÃO DA PETIÇÃO.....	122
4.4.1	Práticas de leitura.....	122
4.4.2	Papéis sociais.....	126
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS	137
	APÊNDICES	145
	APÊNDICE 1: QUADRO 1 – CATEGORIZAÇÃO DO CORPUS	145
	APÊNDICE 2: QUESTIONÁRIO	149
	APÊNDICE 3: RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO	154
	APÊNDICE 4: RESPOSTAS DAS QUESTÕES ABERTAS	160
	APÊNDICE 5: SOBRE OS SITES DE PETIÇÕES	171

1 INTRODUÇÃO

A internet nos permite ver mais interações sociais do que jamais esperávamos, e agora nos deparamos, em muitos casos, com o excesso de uma coisa boa. Que esperança temos de fazer sentido a partir de dados tão complexos? Esta é uma questão que agora atravessa todas as ciências – todos nós compartilhamos o novo mundo dos sistemas complexos.
(Halavais, 2015, p. 15)

Caracterizada como um meio que oferece variadas oportunidades para a criação de novos canais e configurações de comunicação, a internet dispõe a possibilidade de formação de uma teia infinita de debates. A velocidade da circulação das informações e o baixo custo dessa circulação que o *ciberespaço* favorece, viabilizaram o surgimento de novas formas de exercer a cidadania, em movimentos políticos que se multiplicam pelo mundo. Organizações Não Governamentais (ONG), movimentos sociais e representantes de diversas comunidades dedicados à luta pela mudança ou manutenção de uma dada situação potencializaram o alcance de suas reivindicações pelo politicamente correto, pelo cumprimento dos direitos humanos, pela retidão das ações etc.

Assim, pessoas interessadas em expor ideias, defender pontos de vista, levantar bandeiras, ou apenas opinar a respeito de fatos do cotidiano ganham espaço e força dentro da internet. Mais do que partidos e governos, o engajamento com questões políticas encontra no *ciberespaço* capacidade de expansão relevante, com a participação política (em sentido amplo) e democrática ganhando “um potencial de engajamento cívico considerável, na medida em que, para além da política partidária, a defesa de causas, interesses e estilos de vida encontra ressonância em uma forma específica de espaço” (MARTINO, 2014, p. 109), espécie de *ágora* contemporânea.

“Se em seus primeiros anos de massificação a internet foi uma fronteira comercial, cultural, comportamental, os últimos tempos vêm desenhando uma grande rede, cada vez mais consciente do seu potencial político” (NOGUEIRA, 2013, p. 64), a partir da livre conexão de pessoas e da livre, e virtualmente infinita, distribuição de informação. Para Bazerman (2006, p. 112), a internet tem favorecido novos tipos de participação (e-participação) e cidadania. De acordo com este autor, os gêneros da vida política na internet estão em fluxo corrente, e “muitas pessoas estão colocando muita esperança na internet como um novo canal para a participação democrática”. Bazerman, nesse sentido, aponta para a

pesquisa sobre identidade cidadã e qualidade da participação política tomando a dimensão pública como um lugar discursivo.

Diante disso e da visível influência do papel da internet no exercício das ações em torno do engajamento político e social, apresentamos nesta tese um estudo da constituição sociorretórica do gênero petição *on-line*¹. Tendo em vista que gêneros tanto organizam como geram espécies de textos e de ações numa dinâmica e complexa relação recíproca, entendemos que os textos organizam as nossas ações diariamente, criam significações e fatos sociais em um processo interativo tipificado em sistema de atividades que encadeia ações discursivas, estando, portanto, inseridos em práticas sociais (BAZERMAN, 2006).

Pertinentes ao universo do *ciberativismo*, petições convidam a uma parada para reflexão sobre questões que fazem parte da vida em sociedade e que estão, normalmente, distantes do poder de decisão da população em geral. As pessoas são provocadas a assumirem um lado em questões de diversas naturezas; são chamadas à intervenção. Por sua vez, os internautas têm ao seu alcance a chance de poder intervir na ordem das determinações políticas e sociais apenas preenchendo um formulário com seu endereço de *e-mail*, e clicando para “assinar” e/ou compartilhar aquela causa com seus contatos (por redes sociais² como *sites* de relacionamento ou *e-mail*).

De acordo com Bazerman (2006, p. 91),

A carta de petição, como um meio para o indivíduo manifestar interesses pessoais para as autoridades, data do mundo clássico (KIM, 1972), constituindo um instrumento regular para a expressão de descontentamento e protesto na Idade Média e nos anos seguintes.

Ou seja, o direito de petição deve ser uma garantia do Estado ao indivíduo³, e a carta de petição, inserida no domínio do jurídico, utilizada regularmente desde o mundo clássico,

¹ Nesta pesquisa, lanço mão genericamente deste termo para nomear o gênero em estudo, embora não haja uma denominação pacífica entre os usuários: petição, abaixo-assinado virtual, manifesto *on-line* etc.

² De acordo com Martino (2014, p. 61), o termo *rede social* vem da sociologia, e tem origem no estudo feito em 1950, por J. A. Bernes, o qual descreve o campo de relações sociais de um vilarejo, constituído “pelas ligações de uma pessoa com outras, que, por sua vez, mantinham ligações com outras, e assim por diante, formando uma espécie de ligação contínua entre vários indivíduos que nem sempre se conheciam ou tinham contato direto”. Esse conceito foi ampliado para descrever as relações *on-line*, baseadas em conexões descentralizadas. A rede social, portanto, segundo Recuero (2014, p. 24), é uma metáfora estrutural elaborada para a compreensão de grupos expressos na internet, a qual envolve “atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações e laços sociais).

³ Enquanto pedido/ação popular, o direito de petição é garantido pela Constituição Federal (Art. 5º; inciso XXXIV; alínea “a”) como um direito fundamental, individual e coletivo: “são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou

servindo de instrumento tipificado de luta por direitos, promove ações e situações retóricas recorrentes que, por sua vez, determinam compreensões também recorrentes das próprias situações (MILLER, 2009; BAZERMAN, 2006). Constituído desse modo, o gênero petição *on-line*⁴ se reveste, na internet, de credibilidade e serve aos interesses dos ativistas virtuais em suas reivindicações, garantindo roupagem legal/jurídica para as causas encampadas.

Nova forma de ativismo, instrumento de reivindicação e fortalecimento da democracia, lugar privilegiado para a formação de cidadãos. Porém, como esse gênero funciona? Como é tipificado e se constitui sócio-retoricamente na internet? Que ação(ões) as pessoas acreditam estar realizando quando assinam uma petição *on-line*? Como esse gênero promove a ação social na internet? Orientados por essas questões, delineamos como objetivo desta pesquisa analisar o funcionamento sociorretórico do gênero petição *on-line*, interpretando suas regularidades a partir da compreensão do gênero como ação social (MILLER, 2009) com vistas à investigação do gênero em seus espaços textual, sócio-cognitivo e social de circulação.

Orientados por uma concepção de linguagem como interação social, temos o gênero como a unidade dessa interação, o qual está imerso socio-historicamente, constituindo as e sendo constituído pelas práticas sociais. Dentro de relações padronizadas que se estabelecem na sua produção, circulação e uso, os gêneros habilitam pessoas a realizarem ações, representarem os estados do mundo, performarem identidades e tipos de práticas reconhecíveis nas relações sociais. Tais aspectos podem ser entendidos como contextualizadores, e devem emergir na pesquisa com o gênero.

Para isso, centramos nosso estudo na perspectiva sociorretórica de análise de gêneros (MILLER, 2009; BAZERMAN, 2006), apresentando um viés crítico a partir da vertente da Análise Crítica de Gêneros desenvolvida por Bhatia (2004; 2008; 2012). Além disso, a fim de caracterizarmos a petição como um gênero de ação política/cidadã, encontramos suporte para essa discussão no âmbito da ciência política nos escritos de Mouffe (1996), os quais apresentam uma definição ampla e dinâmica de política e de cidadania.

No que se refere às categorias de análise, seguimos o quadro desenhado por Bhatia (2004), que desenvolve um esquema que se orienta conforme a perspectiva do estudo (se

contra ilegalidade ou abuso de poder.” Esse é um canal, estabelecido pela Carta Magna, de interação democrática entre cidadãos e poderes públicos. É, portanto, uma forma de ação legitimada pelo Estado brasileiro.

⁴ A título de informação técnica, optamos por utilizar a grafia das palavras *on-line* e *off-line* assim, com hífen e em itálico, em conformidade com o registro feito por Houaiss (2009) por mera necessidade de convencionar tais grafias, respeitando, porém, as grafias próprias dos originais citados. Outra informação, diz respeito às traduções das citações feitas a partir dos originais em inglês (ou outro idioma): estas são livres e feitas pela pesquisadora.

pedagógica ou crítica) pelas dimensões analíticas, entendidas como espaços: o textual, o socio-cognitivo e o social. Segundo esse modelo multidimensional, cada dimensão possui categorias analíticas específicas e podem estar diluídas na análise, servindo aos propósitos específicos de organização da pesquisa. A partir de tais dimensões procuramos responder aos objetivos específicos de nossa investigação, seguindo uma perspectiva crítica com vistas a alcançar, na abordagem do gênero, o espaço social em que é moldado.

Assim, o primeiro objetivo específico propõe discutir as novas formas de participação política e de exercício e expressão da cidadania na internet. Juntamente com a definição do *político* e de *cidadania*, esboçamos na Seção 2 desta tese uma perspectiva que, acreditamos, amplia a interpretação dos fenômenos postos em análise, clarificando a compreensão das atuais formas de participação política e de cidadania, trazendo, na abordagem de Chantal Mouffe (1996), entre outros, uma visão mais adequada ao posicionamento crítico com o qual nos alhamos aqui.

Após a abordagem das definições centrais que norteiam o estudo dos gêneros textuais na perspectiva sociorretórica e do desenho das ferramentas analíticas que orientarão a análise, feitos na Seção 3, desenvolvemos a análise nas seções seguintes conforme os demais objetivos específicos: i) Caracterizar a petição *on-line* enquanto gênero textual de e-participação política/cidadã. ii) Descrever o conteúdo organizacional e retórico da petição *on-line*, considerando os recursos textuais recorrentes que tipificam o gênero, tais como: movimentos retóricos, padrões organizacionais (tipo de informação encontrado, extensão do texto e como é dividido) e estilo (tom/registo de linguagem mais usado, recursos argumentativos). iii) Investigar o entendimento dos usuários acerca do gênero, em termos das práticas de leitura empregadas e dos papéis sociais implicados pelo gênero, a fim de compreender como eles o classificam em suas atividades diárias, indagando sobre a consciência ou não das ações decorrentes do engajamento com o gênero petição *on-line*.

Nesta tese, levamos em consideração o fato de que os gêneros textuais têm impacto no modo como as pessoas usam a língua e organizam atividades sociais. Entendemos que os usuários da língua, na interação social, se constituem não apenas como falantes, ouvintes, escritores ou leitores, mas, sobretudo, como membros de grupos sociais, ou seja, “pertencem a organizações, profissões, comunidades e culturas diversificadas” (SILVEIRA, 2005, p. 34). Além disso, compreendemos que um gênero não indica apenas uma forma específica de texto, mas evoca processos particulares de produção, distribuição e consumo desses textos – isto é, práticas discursivas nas quais estão incluídos indivíduos que constroem sentidos e

conhecimentos que alteram a vida diária (BAZERMAN, 2006), a prática social. Por isso, acreditamos que o estudo do gênero textual inserido em seu contexto de produção e circulação é útil para a compreensão do discurso das esferas que orientam a interação social, contribuindo para uma melhor apreensão de como as pessoas operam na sociedade e na cultura.

Quanto mais complexas as relações se tornam com os avanços tecnológicos, mais “generificada” se torna a vida. Deixando de lado a visão do gênero como recurso comunicativo isolado, a pesquisa em gêneros textuais se insere numa rede complexa, no interior da qual o gênero transita entre diversificadas formas de expressão pela linguagem. Segundo Bazerman (2006, p. 114), “mudanças na tecnologia caminham de mãos dadas com os usos mais amplos de novos canais da comunicação escrita”. Assim, identidades e formas de vida são construídas dentro dos espaços sociais em desenvolvimento, identificados por atos comunicativos reconhecíveis. O trabalho de analistas de gênero é acompanhar essas regularidades textuais e irregularidades reconhecíveis e explicá-las em termos das circunstâncias sociais relevantes e pertinentes e das exigências retóricas que elas geram (SWALES, 2009a).

Conforme Bazerman (2013, p. 13), gêneros são associados a “sequências de pensamento, estilos de autoapresentação, posturas e relações autor-audiências, conteúdos e organizações específicos, epistemologias e ontologias, emoções e prazeres, atos de fala e realizações sociais”. Não por acaso, há diversas abordagens para a compreensão de gênero, dada a riqueza de seu conceito. Diante de tal diversidade, neste estudo, optamos por desenhar uma abordagem que passa por concepções de base nos estudos retóricos de gênero e na análise crítica de gênero, na linha desenvolvida por Vijay Bhatia. Tal abordagem, acreditamos, fornece um fértil caminho de pesquisa, com ferramentas capazes de nos apontar respostas para as inquietações provocadas pela busca do entendimento dos arranjos sociais e da produção humana de sentido por meio do gênero.

Por conseguinte, a escolha do estudo do gênero *on-line* se justifica pela possibilidade de, através deste, descortinar parte deste novo campo de exploração científica que é a internet. Com uma ampla e intensa produção de linguagem, o meio virtual se mostra como o responsável por grande circulação de textos que compreendem infinitas formas de

integração dos recursos semióticos⁵ e possibilidades interpretativas. Isto é, o mundo virtual estabelece a agenda do dia das discussões da mídia, do dia a dia das pessoas, bem como dos vários campos do saber. Assim, com a visível mudança na participação política e no comportamento social das pessoas decorrente do crescente uso de tecnologias digitais, um estudo centrado em um gênero textual com foco em tal participação pode representar grande relevância e impacto para as pesquisas que se propõem a compreender o funcionamento de dinâmicas sociais complexas.

Outra motivação para a escolha desse gênero como objeto de estudo é a possibilidade que se vislumbra de se contribuir para o entendimento da atuação dos grupos ativistas virtuais, tão presentes atualmente. Considerando que “toda utilização estratégica de um sistema signficante pode ser legitimamente considerada como uma retórica” (PLANTIN, 2008, p. 9), tratamos do uso que tais grupos fazem das ferramentas que a internet oferece para dar circulação a suas causas, colaborando para a compreensão da ação social promovida por meio de um dos gêneros de que lançam mão, os quais habilitam os usuários/participantes a agir socialmente para modificar uma situação.

Além disso, nos parece indispensável citar a presença frequente desse gênero dentro dos ambientes virtuais. Conforme Barrucho (2013), “o número de abaixo-assinados criados e firmados já cresce no Brasil a taxas superiores às de outros países”. Títulos como⁶: “48 horas para salvar minha filha”, “Fim do 14º e 15º salário parlamentar!”, “Você viu? Nós podemos salvar o Ártico”, “Dilma: Salve a Amazônia!” etc. circulam pelo mundo virtual de modo espantosamente rápido. São convites para a tomada de posição perante injustiças, arbitrariedades políticas, crimes ambientais. Enunciados como esses invadem caixas de entrada de *e-mails*, postagens em *sites* de relacionamento e *blogs* do Brasil e do mundo.

Contudo, que ações sociais o internauta, individualmente, acredita realizar para além do ato de acessar uma petição, lê-la (ou não), assiná-la e/ou compartilhá-la? Certamente, podemos ligar tais ações à expressão da cidadania – entendida como algo além da titularidade de direitos e deveres, mas como uma forma de identidade política –, porém, entendemos que o exercício de tal cidadania precisa ser não só incentivado como mais bem discutido, para que as ações não se tornem vazias e sejam mais do que um simples *click*, já que:

⁵ A semiótica social estabelece *recursos semióticos* como um sistema maior no qual estão incluídos a língua (palavras faladas ou escritas), imagens visuais, gestos, sons, esculturas, notações matemáticas, música, símbolos técnicos etc. Recursos semióticos são pautados em relações simbólicas (não reais) e são passíveis de análise.

⁶ Títulos escolhidos aleatoriamente a partir da caixa de entrada de nosso *e-mail* pessoal.

A questão sobre o que um cidadão é e deve ser é algo que é descoberto através da criatividade do indivíduo e dos múltiplos atores, explorando as possibilidades comunicativas de sua era e buscando as formas de vida mais satisfatórias disponíveis. Retóricos, em vez de advogar pelos ideais da cidadania enraizados em modelos históricos idealizados, podem ser mais efetivos em manter as possibilidades da cidadania abertas, observando as atuais oportunidades de participação cívica, as consequências daquelas formas de participação e a forma protética das várias e envolventes esferas públicas. (BAZERMAN, 2006, p. 129)

Diante dessa ótica, contemplar o gênero petição *on-line*, tomando-o como prática discursiva ligada ao *ciberativismo*, se revela particularmente interessante, visto que nos deparamos cada dia mais com sua influência. Nesse sentido, abordar o ativismo virtual enquanto participação que se impõe cidadã deve nos ajudar a discutir como esta se desenvolve, levando-nos a reflexões sobre a qualidade da participação política dos internautas. Já no contexto da análise de gêneros, em particular, o conhecimento deste gênero é potencialmente relevante para se desenvolver um entendimento dos usos e possibilidades dos recursos linguísticos e dos gêneros no ambiente de circulação virtual, uma vez que

o déficit de participação não é um problema na internet, mas já que as comunicações digitais em rede representam um conjunto novo de ferramentas para o estabelecimento e a extensão das redes sociais, para produzir novas formas de colaboração, informação e interesse político, por que não imaginar que talvez se possa encontrar aqui alguma alternativa de incremento de participação política e engajamento cívico? (GOMES, 2011, p. 20).

Teoricamente, a relevância do estudo consiste em voltar o enfoque de abordagens de gênero que se dedicam ao estudo das esferas acadêmico-disciplinares e profissionais, desenvolvida principalmente por Bhatia e Swales, para o trabalho com gêneros de circulação pública. Ou seja, saindo do ambiente relativamente estabilizado da academia e do âmbito profissional para a complexidade da circulação e produção de gêneros no contexto da internet, com circulação menos previsível e participantes menos conhecidos e definidos. Assim, abordamos os sólidos desenvolvimentos metodológicos e conceituais destes autores, adaptando critérios, enfoques e ferramentas analíticas, a fim de, com a compreensão dos propósitos comunicativos e dos movimentos retóricos do gênero, chegarmos às ações sociais e à mediação do gênero entre estas e o contexto, preconizados pelos estudos retóricos.

Nesse sentido, para nós, gêneros estão no nível de mediação entre a prática discursiva e a social, são considerados “como ações, modos de ser, mais do que texto” (REINALDO, 2010, p. 164). Conforme variam os fatores sociais envolvidos, varia a prática discursiva.

Assim, cada gênero envolve uma prática discursiva particular, materializada em processos de produção, circulação e consumo diferentes.

Por fim, queremos salienta a contribuição que o estudo de gêneros oferece para o entendimento da sociedade, da complexidade das relações e do fenômeno comunicativo humano, levando-nos a refletir sobre a atuação das pessoas na realidade que constroem e da qual são constituídas, “usando a linguagem simbolicamente para estabelecer identificação e induzir à cooperação” (BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 84). Esperamos travar um diálogo que corresponda minimamente às dinâmicas sociais e discursivas mobilizadas pelo gênero em questão, acreditando que as “atribuições sociais partilhadas sobre gênero ajudam a nós e àqueles com quem nos comunicamos a pensar da mesma forma ou o mais próximo possível em nossos propósitos práticos” (BAZERMAN, 2013, p. 13).

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

O entendimento do gênero dentro das concepções atuais estende a análise para além do produto textual, incorporando o contexto em sentido amplo. Segundo Bhatia (2004), nesse nível, em adição ao conhecimento textual, a análise do gênero tem em conta a consciência e o entendimento das práticas compartilhadas pelas comunidades de discurso e suas escolhas de gênero para realizar suas tarefas diárias. Daí resulta a multidisciplinaridade da análise de gêneros praticada atualmente, a qual, para tentar abordar o “mundo real do discurso” – complexo, dinâmico, em constante desenvolvimento e muitas vezes pouco previsível (BHATIA, 2004) –, se concentra em suas regularidades: uso de recursos léxico-gramaticais, discursivos e genéricos; situações retóricas que frequentemente ocorrem; formas de uso, de interpretação e de representação de si dos usuários etc.

Nesse sentido, para se realizar uma análise que atenda minimamente às demandas complexas e dinâmicas da atuação do/pelo gênero textual, será exigida uma metodologia de pesquisa também complexa. Assim, para compreendermos as práticas e os conhecimentos que o gênero petição *on-line* mobiliza, elaboramos um percurso metodológico apoiado em Bazerman (2006), que recomenda o exame de uma coleção de textos do mesmo gênero para aumentar as perspectivas de pesquisa empírica sobre gêneros escritos, e em Bhatia (2004), que desenvolve um modelo multidimensional e crítico para a análise baseada em gêneros do discurso escrito. Embora este autor esteja comprometido com gêneros das esferas

disciplinares e profissionais, buscamos aliar sua proposta metodológica ao nosso interesse em tratar de um gênero público cuja produção/circulação se dá na internet, levando o seu enfoque para lugares mais amplos de circulação de gênero, conforme a seguinte:

Estudos sobre gêneros públicos – gêneros cuja função social é ocasionar a ação/mudança – permitiriam que os retóricos examinassem lugares de intervenção, analisando como tais gêneros possibilitam a participação em processos públicos, ao mesmo tempo em que limitam a intervenção e a ação social. Estudar os gêneros públicos também pode desafiar os estudos retóricos de gênero a olhar além de contextos institucionais razoavelmente estáveis e limitados, como os lugares de trabalho e a academia, e examinar o que acontece quando os gêneros são bem mais difusos. (BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 196)

A pesquisa é caracterizada como descritivo-interpretativa, cujas ações se dão a partir de uma abordagem qualitativa, a qual contribuirá para o processo de apreensão de detalhes e de reflexão e análise da realidade de nosso objeto. Além disso, a partir de uma inspiração etnográfica, cara para os estudos sociorretóricos de gênero e para a “compreensão do papel e da complexidade da comunicação mediada por computador” (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2015, p. 173), nos valem da aplicação de questionários para a coleta de dados pertinentes ao universo dos usuários do gênero petição *on-line*.

De acordo com Fragoso, Recuero e Amaral (2015), a internet tanto pode ser objeto, local ou instrumento de pesquisa. No nosso caso, ela é, em grande medida, aquilo que se estuda (o objeto), o ambiente onde a pesquisa é realizada (o local), bem como fornece os dados e os instrumentos para sua coleta (o instrumento). É diante da perspectiva de que a internet constitui “uma representação de nossas práticas sociais e demanda novas formas de observação” (HALAVAIS, 2015, p. 13) que desenhamos um método que viabilize uma lente para se enxergar o que almejamos, uma vez que, dada a amplitude e flexibilidade que as questões podem alcançar nesse ambiente, não se torna tarefa fácil se observar a interação social que se dá aí.

Outro aspecto que merece ser destacado, é que se constata que a internet está presente de modo quase essencial na vida cotidiana das pessoas. Isso é o que garante a sua eficácia e poder. Assim, consideramos, de acordo com Martino (2013, p. 110), que “em uma sociedade em rede, não faz mais sentido pensar em *online* e *offline* como domínios diferentes”. Tal concepção de integração dos âmbitos *on-line* e *off-line* nos leva ao tratamento de internet como *artefato cultural*, perspectiva que observa a inserção da tecnologia na vida cotidiana (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2015). Ao fazer parte das práticas sociais que as

pessoas criam, a internet, assim como o gênero, incorporam conhecimento e legitimidade, nas várias dimensões daquilo que conhecemos por cultura humana.

Isto posto, esta pesquisa tem em seu desenho uma abordagem que compreende a internet como vinculada à realidade social e sua complexidade, constituindo-se em produto de nossas intenções e propósitos (artefato cultural), fazendo um recorte temático desse universo a partir do *ciberativismo* em termos de ação política/cidadã via internet, e o seu objeto de análise é a petição *on-line* compreendida enquanto gênero textual. Os dados foram coletados a partir de dois momentos metodológicos: a composição de um *corpus* e a elaboração e aplicação de questionário.

Constituição do corpus

Para compor o *corpus* desta pesquisa, fizemos uma incursão pelo ambiente virtual e identificamos inúmeros *sites* de hospedagem de petições *on-line*⁷ (ou abaixo-assinados virtuais), tanto brasileiros como internacionais com versões em português. Na ordem de relevância exibida na busca virtual pelo *site* Google, ao utilizarmos a palavra-chave “petição on-line”, as quatro primeiras páginas publicadas foram: www.peticaopublica.com.br, www.avaaz.org/po, www.activism.com/pt_BR/peticoesonline.com e www.peticao24.com; já para a palavra-chave “abaixo-assinado virtual”, tivemos: www.abaixoassinado.org, www.euconcordo.com, www.peticaopublica.com.br e www.change.org.

Vale salientar que a ordem de relevância da busca no Google é calculada, de acordo com o suporte do *site*, a partir de três fatores: 1) *rastreamento*, processo pelo qual o indexador localiza páginas novas e atualizadas; 2) *indexação*, onde se processam informações e atributos nos rótulos de conteúdo; e 3) *publicação*, retorno dos resultados baseado em cálculos de relevância, determinada por vários métodos matemáticos, dentre eles o *Pagerank* (algoritmo que mede a importância de uma página contabilizando a quantidade e qualidade de *links* apontando para ela). Segundo o mesmo suporte, “se um *site* estiver bem classificado para uma palavra-chave, é porque determinamos com base em algoritmos que seu conteúdo é mais relevante para a consulta do usuário”⁸.

⁷ É importante destacar que nos concentramos nos *sites* que prestam o serviço de criação, suporte, hospedagem e divulgação de petições exatamente, embora saibamos que esse gênero é encontrado em sítios de outras naturezas, sobretudo de ONG, como Greenpeace e Anistia Internacional.

⁸Fonte: <https://support.google.com/webmasters/answer/70897?hl=pt-BR>

Selecionamos, a partir daí, três *sites* – dos quais coletamos o conjunto de textos a serem analisados –, tendo como critério tanto o número elevado de membros, destacado nas próprias *homepages* das comunidades, como o fato de apresentarem, também disponíveis nas páginas iniciais (por *hiperlink*) política de privacidade, termos de uso e *copyright*. Intuímos que esses critérios possam conferir algo de relevante e confiável às páginas conforme sejam buscadas por outros usuários da internet. Além disso, tanto os “termos de uso” como a “política de privacidade” dos *sites* podem nos fornecer mais dados acerca das práticas discursivas, das restrições e atribuições do gênero e dos participantes. Concentramo-nos, também, em *sites* voltados para o contexto brasileiro de circulação.

Tivemos, portanto, o Avaaz.org, o Change.org e o PetiçãoPública.com.br – os três são organizações internacionais com sedes operando no Brasil. Considerando, de acordo com Lima Neto (2014, p. 194), “que o tempo na internet parece correr diferentemente do tempo cronológico, em virtude da potencialidade maleável e extremamente volátil do meio digital”, escolhemos um dia para a coleta dos textos, dado que os *sites* são atualizados com uma frequência indeterminada, demandada pela produção dos usuários. Assim, destas três páginas, coletamos em um dia – 26/07/2014 – as petições disponibilizadas diretamente nas respectivas *homepages*, totalizando 52 textos: 15 do Avaaz, 23 do Change e 14 do Petição Pública. A fim de preservar o *layout* original do gênero, optamos por utilizar um programa de computador que “fotografa” a página diretamente do navegador, o *Webpage Screenshot*.

Sabendo-se que no “ambiente retórico relativamente desestruturado da internet [...], construir conhecimento e concluir um trabalho não são necessariamente as exigências motrizes” (MILLER & SHEPHERD, 2009, p. 63), dado o tamanho que os *corpora* podem alcançar, e tendo em vista a dificuldade de se estabelecer um recorte temporal, uma vez que não temos um momento discursivo a ser investigado, mas sim, nos deteremos em um trabalho de caráter sincrônico, consideramos que o volume de exemplares coletados em um único dia oferece dados importantes para se estabelecerem recorrências no gênero. Porém, a fim de considerar, de acordo com Bazerman (2006, p. 44), “variações em diferentes situações e períodos”, buscamos estender a amostra para incluir um maior número e variedade de textos em busca de mais padrões recorrentes, pois “o tamanho da amostra deve ser grande o suficiente de forma que, mesmo a adição de mais exemplares, dificilmente implicará maiores novidades ou variações”.

Assim, fizemos mais uma incursão para coleta de novos textos, conforme o mesmo procedimento acima descrito, nos *sites* escolhidos, trinta dias depois, período que

consideramos razoável, já que não há como assegurar a frequência com que novas petições são postas ou retiradas do ar nos respectivos ambientes virtuais. Com isso, obtivemos mais 20 novos textos: 1 do Avaaz, 10 do Change e 9 do Petição Pública. Esse universo de 72 petições *on-line* serviu de amostra para a observação da recorrência dos recursos e aspectos observados. Contudo, tendo em vista que estamos diante da velocidade das mudanças do meio virtual, no decorrer da investigação, outros exemplares foram acrescentados conforme imperou a demanda por exemplificações que nos pareceram pertinentes.

Acerca do número de assinaturas que uma petição recebeu, este não foi escolhido como critério de seleção dos textos para fins de constituição do *corpus*, apesar de parecer apontar para um “sucesso” do alcance dos propósitos de determinada petição, porque ele se atualiza constantemente, enquanto a petição estiver no ar. Contudo, tal critério poderá ser evocado para justificar a inserção de um exemplo de petição bem sucedida que nos pareça relevante incluir na explanação ou destacar do próprio *corpus*.

Aplicação do questionário

O questionário está centrado na investigação do entendimento do tipo de engajamento estabelecido pelos usuários do gênero em termos de práticas de leitura e de papéis sociais desempenhados aí. Este é o momento em que a análise se volta para a busca da compreensão dos aspectos ressaltados dentro da investigação do *espaço sociocognitivo* e do *espaço social* em que se dá a circulação do gênero, foco desta pesquisa. Isto é, por meio da aplicação de um questionário para usuários da internet que se declaram assinantes de petições *on-line*, buscamos respostas acerca da sua consciência de gênero e das ações que realizam (ou acreditam realizar) ao lançar mão da petição *on-line*, conforme as regularidades observáveis apontadas por Paré e Smart (1994).

O questionário foi elaborado com o apoio da ferramenta *Formulários Google*⁹ (*Google Forms*), que permite preparar formulários com perguntas de diversas naturezas (múltipla escolha, abertas, com respostas longas, curtas etc.), e que facilita o trabalho de divulgação no ambiente virtual por meio do compartilhamento tanto por *e-mail* como por páginas de relacionamento (*Google +*, *Facebook* e *Twitter*), registrando as respostas, em forma de lista ou de gráfico, na plataforma e, caso seja escolhido, por *email*. Os internautas, por sua vez, foram acionados de modo aleatório, através de contato por nosso *e-mail* pessoal, bem como

⁹<https://docs.google.com/forms/>

por meio de nossa conta no *site* de relacionamentos *Facebook*, onde compartilhamos o questionário¹⁰. A identidade destes foi preservada, sendo solicitadas informações pessoais que pareciam potencialmente relevantes para a pesquisa, como faixa etária, escolaridade/formação acadêmica, sexo etc. (Cf. Apêndice 2).

O questionário foi colocado no ar no dia 27 de maio de 2016 e encerrado em 03 de junho de 2016. Nesse período de oito dias, arrecadamos a contribuição de 330 internautas, que voluntariamente participaram da pesquisa. As respostas para cada pergunta não eram obrigatórias, por isso o seu número varia de uma questão para outra. Assim, acerca das informações pessoais declaradas pelos participantes, importantes para a interpretação de alguns dados, temos que 38,3% são do sexo masculino e 61,7% do feminino; destes 46,8% (153 pessoas) declararam ter mais de trinta anos, 23,2% estão entre 23 e 27 anos, 13,8% entre 28 e 30 anos, 13,5% se encontram na faixa etária entre 18 e 22 anos e 2,8% estão entre 13 e 17 anos.

Inquirimos também sobre a profissão e a formação acadêmica dos participantes. Acerca da profissão, encontramos um universo relativamente heterogêneo, embora, dos 299 participantes que a informaram, 100 disseram ser professores, 12 professores universitários e 54 estudantes (Cf. Apêndice 3). Para a formação acadêmica: 31,9% disseram ter graduação, e 20,9% afirmaram estar com a graduação em andamento; enquanto que 13,2% estão com o doutorado em andamento, 9,5% com mestrado, 7,4% com doutorado, outros 7,4% com ensino médio completo, 6,7% com mestrado em andamento, 2,5% com ensino médio em andamento, 0,6% (2 participantes) com ensino fundamental completo.

Portanto, em resumo, a maior parte dos internautas que se dispuseram a responder o questionário é representada por mulheres, maiores de trinta anos, que exercem a profissão de professora, e que são graduadas ou com graduação em andamento. Esse perfil pode ser relevante para a interpretação de alguns dados da pesquisa.

1.1.1 Ações da pesquisa

A abordagem que apresentamos não se pretende linear ou estática, mas deve esboçar as idas e vindas da pesquisa nesse campo, da situação para o gênero e do gênero para a situação. Entretanto, a busca de alguma objetividade é necessária quando se trata de pesquisa.

¹⁰ No momento da postagem do questionário no *Facebook*, pedimos que, quem tivesse interesse, o compartilhasse entre os seus contatos. Houve 37 compartilhamentos.

Assim, após o esforço empreendido na construção do aparato teórico que sustenta as análises, seguimos os procedimentos da investigação orientados por três objetivos específicos, elaborados segundo o atendimento da proposta de análise multidimensional de Bhatia (2004), como já foi dito.

i) Caracterizar a petição on-line enquanto gênero textual de e-participação política/cidadã. Neste primeiro passo realizamos um levantamento bibliográfico na internet, em portais de periódicos e no banco de teses e dissertações Capes, de pesquisas voltadas para o estudo da petição, e nos deparamos com trabalhos em diversas áreas (ALDÉ & SANTOS, 2012; GALVÃO, 2014; TULLIO, 2012; FRANCESCHETTO, 2013, entre outros). Encontramos em Galvão (2014) importante distinção entre *sites* informais de abaixo-assinado virtual (onde se insere nosso objeto) e os ambientes públicos de produção e circulação do gênero, a qual adotamos. A partir de tais estudos e dos aportes teóricos estabelecidos nas seções de fundamentação, analisamos a petição *on-line*, caracterizando-a a partir dos critérios postos por Lima Neto (2014) e Bhatia (2004).

ii) Descrever o conteúdo organizacional e retórico da petição on-line, considerando os recursos textuais recorrentes que tipificam o gênero. Mantendo o teor descritivo e interpretativo, nesta fase da pesquisa nos debruçamos sobre as regularidades textuais do gênero a partir da observação do *corpus* empírico. Depois de feita a categorização e recorte do *corpus*, computamos as unidades de informação que compõem os *movimentos retóricos* (SWALES, 1990; BEZERRA, 2006; BHATIA, 2004), as recorrências que caracterizam a organização do gênero (tipo de informação encontrado, extensão do texto e como é dividido), os padrões de registro da língua e as estratégias argumentativas estabelecidas. Tal procedimento viabilizará a confirmação dos propósitos comunicativos do gênero previamente estabelecidos na primeira fase da análise e a identificação de novos propósitos, o que comporá parte da descrição formal e funcional da petição *on-line* dentro do que Bhatia (2004) denomina de *espaço textual*.

iii) Investigar o entendimento dos usuários acerca do gênero, em termos das práticas de leitura empregadas e dos papéis sociais implicados pelo gênero. Como determina a pesquisa sociorretórica em gêneros, encontramos os usuários nesta fase da análise. Aqui, diante dos resultados expressos pelos questionários, nosso exercício interpretativo está voltado para a compreensão de como eles classificam o gênero em suas atividades diárias, como se dão as práticas em torno do engajamento com o gênero (leitura, interpretação, uso, tomadas de decisão, relações sociais implicadas etc.). Neste momento, alcançamos a

compreensão sobre a consciência ou não das ações decorrentes do engajamento com o gênero petição *on-line* por parte do usuário.

1.2 ARQUITETURA TEXTUAL

Esta tese está dividida em quatro seções, em que se desenvolve o estudo, e nas considerações finais, onde é traçada a discussão de alguns resultados e apontadas limitações e possíveis desdobramentos futuros para o tema em questão. Neste ponto, informamos sobre o conteúdo de cada uma dessas seções.

Seção 1: Nesta seção é localizada a “*Introdução*” da tese, com a apresentação do tema, dos objetivos, da justificativa e do percurso metodológico desenhado para a produção do estudo.

Seção 2: Nomeada como “*Internet: espaço de expressão do dissenso e da cidadania plural*”, nesta seção exploramos concepções ligadas ao campo da ciência política, abordando conceitos trabalhados, principalmente, na obra de Chantal Mouffe (1996), de modo a desenvolver nosso olhar para fenômenos ligados à política e à democracia. Trazemos, ainda, contribuições do debate em torno da participação política pela internet (e-participação), clarificando desdobramentos ligados ao *ciberativismo*, aos movimentos sociais contemporâneos e ao nosso objeto de estudo.

Seção 3: Aqui, falamos sobre a teoria que norteia a análise como um todo. Em “*Sobre teoria de gênero: princípios sociorretóricos e análise crítica*” é desenhado o aparato teórico-metodológico que norteia nossa visão acerca da teoria de análise de gêneros, salientando a abordagem multidimensional e multiperspectiva a partir de um viés crítico, como defendida por Bhatia (2004). É apresentada, ainda, a contribuição de Paré e Smart (1994), cuja definição das dimensões de estudo do gênero se apresenta como ferramenta fértil para o estabelecimento de um perfil distintivo de regularidades observáveis no gênero.

Seção 4: “*A petição on-line: um gênero de ação político-cidadã*” é onde nos detemos à construção, análise e interpretação dos dados de nossa pesquisa. Para tanto, iniciamos com o recorte do *corpus* por meio de um critério quantitativo dado a partir de sua categorização, e seguimos, norteados pelos objetivos específicos da pesquisa, com a análise proposta, construindo-a a partir da discussão de exemplos colhidos do *corpus* restrito.

2 INTERNET: ESPAÇO DE EXPRESSÃO DO DISSENSO E DA CIDADANIA PLURAL

Em 1º de fevereiro de 2013, o senador alagoano Renan Calheiros foi eleito presidente do Senado Federal a despeito de inúmeros protestos civis que circularam, principalmente, pelo ambiente virtual. Postagens em *blogs* e *sites* de relacionamento, circulação de *hashtags*, convocação virtual para manifestações e a criação e o compartilhamento de uma petição pedindo um presidente “Ficha Limpa”, que arrecadou cerca de 400 mil assinaturas, compuseram um cenário de mobilização que antecipou a escolha dos senadores.

Minutos depois da confirmação da eleição de Calheiros, a continuação dos protestos virtuais foi marcada pela criação de nova petição no *site Avaaz*, exigindo o “*Impeachment* do Presidente do Senado: Renan Calheiros”. De acordo com o portal *Congresso em Foco*¹¹, em oito dias a causa ganhou um milhão de apoiadores, e ultrapassou a marca de 1,3 milhão, representando 1% do eleitorado nacional¹², em dez dias. Esse episódio ilustra bem a formação de uma “rede de indignação e esperança” (CASTELLS, 2013), que se faz no amplo e livre espaço público recentemente aberto pelas potencialidades da internet.

Os desdobramentos desse caso importam menos aqui do que o emblemático alcance dessa petição *on-line* e as questões que suscita. A este respeito, uma possível resposta à pergunta “como e por que determinada petição *on-line* consegue adesão?” deve passar, a nosso ver, pela compreensão de representações que são compartilhadas pelas pessoas enquanto atores políticos, cujas opiniões e conhecimentos são adquiridos, mudados ou reafirmados no processamento discursivo (VAN DIJK, 2008).

Além disso, a empatia pode ocorrer no processo comunicativo a partir da utilização de recursos semióticos que promovam a proximidade entre os participantes, momento em que são divididos os sentimentos de raiva e indignação (as paixões) que motivaram a produção daquela petição, por exemplo. Se há muitas pessoas indignadas, que não foram ouvidas, que se sentem humilhadas, mal representadas etc., há grandes chances de uma petição ser bem sucedida.

¹¹ COELHO, Mário. 1,5 milhão assinam petição contra Renan Calheiros. Publicado em 14/02/2013. Disponível em <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/15-milhao-assinam-peticao-contra-renan/>>. Acessado em 30/05/2015.

¹² Esse é o mínimo para que uma iniciativa popular adquira *status* de projeto de lei, segundo a Constituição Federal (BRASIL, 2011).

Ficha Limpa no Senado: Renan não!



500.000
454.372
 454.372 assinaram. Vamos chegar em 500.000

Atualização: 5 Fevereiro 2013

Nossa petição, lida no plenário do Senado e mencionada em toda a mídia, marcou a eleição de Renan pela oposição pública dos brasileiros contra a escolha dos senadores. Este movimento não para por aqui: seguiremos aumentando a pressão para exigir dos parlamentares um Congresso Ficha Limpa.

O **Senador Renan Calheiros**, que **acaba de ser denunciado criminalmente** ao STF pelo Procurador-Geral da República, **é o favorito para ser o próximo presidente do Senado**. Somente uma mobilização gigantesca pode impedir esta vergonha.

A última vez que Renan Calheiros foi Presidente do Senado, em 2007, ele teve que renunciar após **sérias denúncias de que um lobista pagava suas despesas pessoais**, paralisando o Senado por meses. A denúncia agora é que **para se defender daquelas acusações ele apresentou notas falsas**. Após a aprovação da lei da Ficha Limpa e do julgamento do Mensalão o país precisa deixar claro que não aceita mais que a moralidade pública fique em segundo plano.

Antes da denúncia ao STF, Renan era franco favorito, mas agora **está surgindo uma forte articulação entre os Senadores contra sua candidatura e uma mobilização popular gigantesca nas próximas 24 horas** -- antes da eleição na sexta-feira -- pode enterrar de vez os Planos de Renan. Assine agora essa petição, que foi criada pela ONG Rio de Paz, e ao atingirmos 100.000 assinaturas ela será lida no plenário do Senado por Senadores que se opõem a Renan.

ASSINE A PETIÇÃO

Senado Federal:

Fazemos um apelo aos Senhores Senadores para que escolham um presidente ficha-limpa, comprometido com o desenvolvimento social e que seja capaz de dirigir o Senado com independência e dignidade.

Você já é um apoiador da Avaaaz? só precisa preencher seu email e clicar "Assine"

Primeira vez aqui? Por favor preencha o formulário.

Avaaaz.org vai proteger sua privacidade e lhe manter atualizado sobre essa e outras campanhas semelhantes.

ENVIAR

ASSINATURAS RECENTES

- 3 semanas atrás Boris Lawrence, Brasil
- 4 semanas atrás Iais Fernandes Almeida, Brasil
- 4 semanas atrás Sabrina Costa, Brasil
- 4 semanas atrás Felipe Fróes Couto, Brasil
- 5 semanas atrás David Aparecido da Silva Domingues, Brasil

facebook	144K	Compartilhe essa campanha no Facebook.	email	4551	Abra um novo email no seu computador.
twitter	18K	Clique aqui para compartilhar no Twitter	orkut	3798	Clique para compartilhar esta campanha no Orkut!

Clique para copiar: **COPIAR**

Figura 3: Petição “Ficha limpa no Senado: Renan Não!”. Disponível em: <
http://www.avaaaz.org/po/ficha_limpa_no_senado_renan_ao/>. Acesso em 17/04/2015.

A maior e mais efetiva comunidade de campanhas online para mudanças

COMECE UMA PETIÇÃO

Impeachment do Presidente do Senado: Renan Calheiros



1.538.115

10.000.000

1.538.115 assinaturas coletadas. Nos ajude a chegar a 10.000.000

Por que isto é importante

Povo Brasileiro! Acabamos de ser chamados de Palhaços!!!
 O Senador Renan Calheiros acaba de ser eleito Presidente do Senado com 56 votos secretos!! Isso é um absurdo! E não podemos ficar calados diante de tal ATROCIDADE!!!

Não podemos ficar de mãos atadas!

ASSINE. DIVULGUE. COMPARTILHE.

O Senador Renan Calheiros foi eleito, em 2010, com 840.809 votos.

Uau! Nós ultrapassamos nossa meta! Vamos agora chegar a 1,6 milhão antes do fim do Carnaval -- o dobro do número de pessoas que votaram em Renan para Senador. Assine agora e envie para todos!

Se você já assinou essa petição, visite a minha página no Facebook. Se você ainda não assinou, clique à direita para assinar e compartilhar com seus amigos e, em seguida, visite a página no Facebook:

www.facebook.com/EuQueroORenanFora

Postado Fevereiro 1, 2013

Relatar isso como inapropriado

 Criado por
 Emiliano
 Magalhaes II.
 Brasil

 A ser entregue
 para:
 Senado do Brasil

ASSINE A PETIÇÃO

“Vamos conseguir 1.360.000* assinaturas (1% do eleitorado nacional), levar esta petição para o Congresso e exigir que os Senadores escutem a voz do povo que os elegeu.

Segundo nossa Constituição “A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles”.

Infelizmente essa ferramenta popular foi criada apenas para propor leis e com requisitos tão complexos que quase ninguém consegue fazer uso dela. Mas se 1.360.000 se juntarem a nós, poderemos causar um rebuliço na mídia, desafiar as restrições desta Iniciativa popular e exigir a revogação do presidente do Senado, Renan Calheiros. Vamos usar o poder do povo agora para exigir um Senado limpo.

Coloque seu endereço de email:

Avaaaz.org vai proteger sua privacidade e lhe manter atualizado sobre essa e outras campanhas semelhantes.

Compartilhe essa campanha no Facebook

Esta petição foi criada por Emiliano Magalhaes N. e pode não representar a visão da comunidade da Avaaaz.

ASSINE

ASSINATURAS RECENTES

- 6 horas atrás josiel francisco dos santos silva, Brasil
- 18 horas atrás leandro ivair abreu do rio, Brasil
- 23 horas atrás Henrique Zucca Jr., Brasil
- ontem adebrandi, Brasil

facebook

560K

twitter

48K

email

61K

 Clique para Copiar: <https://secure.avaaz.org/po/petition/ir>

COPIAR

Figura 4: Petição “Impeachment do Presidente do Senado Renan Calheiros”. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/po/petition/Impeachment_do_Presidente_do_Senado_Renan_Calheiros/?pv=658>. Acesso em 14/04/2015.

As petições motivadas por esse momento discursivo sintetizam, entre tantas questões, a construção de papéis dentro da disputa pela validade da democracia representativa. Os eleitores, isto é, a audiência, o ‘nós’, desses textos são representados como aqueles que detêm o poder de mobilização, aqueles cuja união é essencial para a criação de uma voz e de um mecanismo legalmente aceito diante do poder: *“Mas se 1.360.000 se juntarem a nós, poderemos causar um rebuliço na mídia, desafiar as restrições desta Iniciativa popular e exigir a revogação do presidente do Senado, Renan Calheiros. Vamos usar o poder do povo agora para exigir um Senado limpo”* (Figura 2).

Já o ‘adversário’ contra o qual são colocados os interlocutores do discurso, ou seja, o ‘ele’, é mostrado como um inimigo a ser combatido, alguém indigno de ocupar o lugar de um “Ficha Limpa”: *“O Senador Renan Calheiros, que acaba de ser denunciado criminalmente ao STF pelo Procurador-Geral da República, é o favorito para ser o próximo presidente do Senado”* (Figura 1). O fato social gerador de insatisfação e ao qual se opõem os produtores desses textos é exatamente o que dá a sua condição de possibilidade. Esse lugar é ocupado pelo antagonismo, indissociável da vida em sociedade.

O amadurecimento da participação política na internet coincide com os debates em torno da garantia de maior participação política do cidadão, uma vez que o voto deixa de ser desejável como única forma desta participação. À democracia cabe dar possibilidade a diferentes pontos de vista de se manifestarem (MOUFFE, 2003; 2005). Contudo, segundo Galvão (2014), o modelo hegemônico elitista do início do século 20 restringiu a participação do cidadão ao voto dado nos períodos eleitorais ou plebiscitários, desvirtuando os princípios democráticos liberais que instituem o voto e a contestação ao poder por meio do direito de petição como forma de incorporação de uma identidade democrática – com a qual os sujeitos buscam identificação na tentativa de estarem como parte do “jogo democrático”.

Assim, em uma democracia representativa, em que o voto da maioria elege seus representantes, a crise está no desejo de maior participação das pessoas nas decisões políticas, não apenas pelo voto. A possibilidade de rápida conexão entre participantes em torno de conflitos e impasses sociais gera no sujeito maior desejo de ser ouvido quanto aos seus anseios e suas opiniões, o que se choca com a realidade do voto a cada quatro anos, fator limitador da ação, neste caso. A petição, por sua vez, acaba catalisando forças contrárias a essa realidade. Pois, aqui, os eleitores se colocam num polo oposto ao de seus representantes políticos. As petições em questão destrincham o discurso do confronto, da inquietação e da insatisfação perante o desconforto com relação à decisão do Senado. A discussão política,

enquanto algo que move emoções, desperta as pessoas a escolherem posições a serem defendidas.

Com esse exemplo, queremos ilustrar os aspectos que serão abordados nesta seção, os quais devem abrir o caminho para a reflexão acerca das práticas que estão no entorno do gênero petição *on-line*. Tal reflexão nos permitirá compreender as novas formas de exercício e expressão da cidadania, e a emergência de novas formas de ação no campo do político. Assim, assumimos que um estudo centrado mais nos conjuntos de práticas (ou procedimentos ou sistemas de atividades) orientadas por gêneros textuais se faz produtivo, uma vez que tais conjuntos estão inscritos em formas de vida compartilhadas e em acordos sobre juízos, por isso são aceitos e seguidos (MOUFFE, 2005). Queremos, portanto, observar a ação cidadã a partir da ótica dos tipos de prática promovidos pelo gênero, e não apenas das formas de argumentação.

Para defender essa ótica, buscamos na ciência política algum aparato teórico para situar concepções que nos parecem pertinentes. Nesse sentido, recorreremos à teoria política elaborada por Chantal Mouffe (1996) para a definição da noção de *político* e de *cidadania*. Acreditamos que tal perspectiva amplie nossa visão para a interpretação dos fenômenos identificados aqui, no intento de situar um entendimento sobre as atuais formas de participação política e de cidadania, já que esta nos parece mais adequada ao posicionamento crítico diante dos fatos da linguagem e da vida com o qual nos alinhamos.

Além disso, seguindo esse caminho, desejamos salientar o caráter instável das relações sociais e a incompletude e precariedade da construção de identidades expressas nos textos. Ainda, a fim de situarmos nosso objeto de estudo, fazemos algumas considerações acerca da emergência do espaço público virtual, da ocupação deste espaço pelo *ciberativismo* e da localização da petição *on-line* neste universo que buscamos desvendar.

Enfim, com a finalidade de compreender o fluxo de sentidos dentro do espaço virtual por meio da investigação do gênero, queremos desenvolver a proposta não de oferecer conhecimento técnico para a utilização de um meio [a petição *on-line*], “mas de compreender o indivíduo dentro do ambiente midiático no qual ele está inserido” (MARTINO, 2014, p. 232). Isso significa que precisamos construir um percurso que permita a interpretação, apreensão, reconstrução e entendimento da produção, circulação e uso dos textos que emergem desse espaço, acreditando que, a partir daí, será permitido alcançar os modos de ser dos espaços sociais nos quais “as mediações simbólicas acontecem *na e a partir da* comunicação” (MARTINO, 2014, p. 232).

2.1 O ANTAGONISMO COMO CONSTITUTIVO DO POLÍTICO NA PERSPECTIVA DE CHANTAL MOUFFE

Mouffe (1996), filósofa política contemporânea, aporta na noção de *antagonismo* sua definição do político. As concepções da autora procuram se afastar da compreensão dos sentidos em torno do político do paradigma hegemônico liberal-democrata de possibilidade do consenso, situando essa noção no lugar instável, provisório e complexo do antagonismo. Sua abordagem reconhece o pluralismo político, a cidadania democrática e o dissenso como essenciais à democracia.

No cenário dominante, da teoria democrática liberal, racionalista, os atores políticos são tidos como indivíduos que são direcionados apenas para a obtenção de vantagens (individualismo) para si e agindo dentro dos limites da moralidade. Segundo Mouffe (2001, p. 18), nessa perspectiva, “as paixões são retiradas do campo da política, o qual é reduzido a um campo neutro de interesses que competem entre si”. Nega-se, portanto, o conflito em que se constitui a natureza do político, isto é, o antagonismo, fechando as possibilidades de suas formas de emergência. As concepções da autora dão suporte à postulação de um modelo alternativo de democracia, chamado *pluralismo agonístico* – no qual o dissenso ocupa lugar de destaque –, que se desenvolve menos a partir de uma pretensa harmonia de valores comuns do que de visões antagônicas em que a política é caracterizada pelo conflito e pela divisão.¹³

De acordo com Mouffe, em *O regresso do político* (1996, p. 13), tomar consciência da impossibilidade da eliminação do antagonismo na constituição de uma sociedade plenamente democrática leva-nos a entender a existência de “um elemento de hostilidade entre os seres humanos”, fundamento do conflito político, de modo que a relação amigo/inimigo em política exerce um papel central e pode assumir muitas formas e tipos de relações sociais diferentes. O antagônico, nesse caso, não é o que poderíamos ver como danoso ou fator que impossibilita a convivência entre as pessoas, mas sim, a base das relações sociais (sejam religiosas, étnicas, econômicas, ou outras), as quais estão no centro de um antagonismo político.

Tal elaboração aponta para a incompletude das identidades e dos discursos, bem como para o caráter provisório dos arranjos políticos de modo geral (MENDONÇA, 2012a). Assim, em consonância com uma visão de sujeito que se constitui na interação com o ‘outro’ (“elemento externo constitutivo”), assume-se que as identidades são relacionais, ou seja,

¹³ Não é nossa intenção aqui localizar o quadro teórico-metodológico em que se desenvolve a teoria do discurso à qual Chantal Mouffe se filia. A este respeito, cf. Mendonça (2012) e Bordin (2015).

constroem-se na relação com o outro, na oposição, no conflito com outras particularidades, por isso se afirmarem na diferença.

Mouffe (1996, p. 13) justifica sua ênfase nos antagonismos na medida em que entende que as identificações coletivas se dão em função “da criação de um ‘nós’ pela delimitação de um ‘eles’” no processo social. Nas tensões surgidas nesse contexto de conflito e diversidade inerentes, o “político” consiste em domar a hostilidade e tentar neutralizar o antagonismo que existe nas relações humanas (MOUFFE, 2003), criando a unidade. Ele é responsável por estabelecer as fronteiras entre o ‘nós’, determinando um ‘eles’. Daí que sempre irá existir a possibilidade de tal relação (nós/eles) ser transformada em uma relação do tipo amigo/inimigo.

Nesse sentido, de acordo com Mouffe (1996, p. 13),

o político não pode ser limitado a um certo tipo de instituição ou encarado como constituindo uma esfera ou nível específico da sociedade. Tem que ser concebido como uma dimensão inerente a todas as sociedades humanas e que determina a nossa própria condição ontológica.

A contribuição de Mouffe está em considerar todo ato em sociedade como um ato político. Em outras palavras, uma concepção de político como uma ontologia social. A autora baseia sua visão alternativa na diferenciação entre a esfera “do político” e a “da política” (MOUFFE, 2005; 2003). Esta última refere o entendimento de política como uma série de práticas, discursos e instituições através das quais uma ordem é criada; situam-se aí partidos políticos, igrejas, associações de classe, organizações institucionais do Estado. Tais instituições organizam a coexistência humana no contexto de conflito promovido pelo político que, por sua vez, é o espaço do poder, do conflito e do antagonismo.

“A concepção de política como uma linguagem comum de civilidade só é adequada a um aspecto da política: o ponto de vista do ‘nós’, o lado dos amigos” (MOUFFE, 1996, p. 94). Ela elimina o espaço do dissenso e se baseia na exclusão disfarçada “sob o véu da racionalidade ou da moralidade” (MOUFFE, 2001, p. 22). Nesse sentido, o político é tido como uma compreensão teórica que abarca a dimensão do antagonismo, constitutiva das sociedades e condição de possibilidade discursiva (MENDONÇA, 2012). A ênfase nessa diferenciação situa a discussão acerca do antagonismo no trabalho de Mouffe, que destina à dimensão da política o campo empírico dos trabalhos em ciência política, e à dimensão do político a averiguação da essência ‘do político’, onde está situado o antagonismo.

Nas palavras da autora:

alguns teóricos como Hannah Arendt vêem o político como um espaço de liberdade e de deliberação pública, enquanto outros o veem como um espaço de poder, conflito e antagonismo. Meu entendimento do 'político' claramente pertence à segunda perspectiva. Mais precisamente, esta é a forma como eu distingo o 'político' da 'política': por 'o político' eu entendo a dimensão do antagonismo a qual eu tomo como constitutiva das sociedades humanas, enquanto que por 'política' eu significo uma série de práticas e instituições através das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto de conflitualidade provido pelo político (MOUFFE, 2005, apud MENDONÇA, 2010, p. 485).

O antagonismo estabelece princípios radicais para o político, introduz a expressão das relações de poder, conectando o critério da relação amigo/inimigo da política. Diante de tal perspectiva, deve-se pensar o político em termos de conflito, dissenso, poder e interesse, desnaturalizando identidades e fronteiras, e reconhecendo a multiplicidade de vozes de uma sociedade pluralista.

A característica da democracia moderna, por seu turno, encontra-se numa indeterminação radical, em que a multiplicidade de posições de sujeito que constituem um só agente e a multiplicidade de suas ações se transformam em foco de antagonismo a ser politizadas.

Para conseguir pensar hoje politicamente e compreender a natureza destas novas lutas e a diversidade das relações sociais com as quais a revolução democrática ainda tem de contar é indispensável desenvolver uma teoria do sujeito como um agente descentrado e não total, um sujeito construído no ponto de intersecção de uma multiplicidade de posições subjetivas, entre as quais não existe uma prioridade ou relação necessária e cuja articulação é o resultado das práticas hegemônicas. Consequentemente, nenhuma identidade é alguma vez definitivamente estabelecida, havendo sempre um certo grau de abertura e de ambiguidade na forma como as diferentes posições de sujeito são articuladas. O que emerge são perspectivas inteiramente novas de ação política que nem o liberalismo, com sua ideia do indivíduo que só busca o próprio interesse, nem o marxismo, com sua redução de todas as posições subjetivas à posição de classe, podem sancionar, quanto mais imaginar. (MOUFFE, 1996, p. 26)

Ou seja, estamos diante de um sujeito fragmentado, fruto da mudança e dos deslocamentos das estruturas que davam ao indivíduo segurança e ancoragem no mundo social (HALL, 2005). É esse sujeito, múltiplo e contraditório, construído por uma variedade de discursos, participante de muitas comunidades, também definidoras de posições de sujeito, que elabora projetos, compartilha experiências, subverte práticas, e faz uso das possibilidades comunicativas de seu tempo para superar “a impotência de seu desespero solitário colocando em rede seu desejo” (CASTELLS, 2013, p. 18) e lutar contra poderes constituídos.

Além disso, é nesse sentido que se afirma que as lutas de grupos minoritários por reconhecimento e expressão nas suas diversificadas frentes de atuação, e as diversas manifestações e afirmações de identidade são atos políticos; e que as mídias digitais, “na medida em que se misturam com a vida e alteram as relações sociais, se articulam também com as possibilidades de ação política nos vários sentidos da palavra, agregando novas dimensões à questão” (MARTINO, 2014, p. 85). A prática política, portanto, está na constituição das identidades, no terreno precário e vulnerável dos discursos.

Nesse cenário, a sociedade, por sua vez, é construída através de atos de poder, considerada como um arranjo instável e contingente “entre relações de poder antagônicas que estruturam a ordem (ou conferem sentido ao social) em torno de determinado discurso hegemônico” (BORDIN, 2015, p. 131). A modernidade, segundo Mouffe (1996), inaugurou esse modelo de sociedade. A impossibilidade de defini-la como uma “substância orgânica”, a ‘dissolução dos sinalizadores de certeza’ – encarnados na pessoa do príncipe, fonte simbólica de legitimação –, com o advento da revolução democrática, fez com que se acentuassem as “posições de sujeito”, num mundo cada vez mais complexo, sem limites claramente definidos.¹⁴

Quando deixa de ser representada simbolicamente como um organismo, de forma totalizante, a sociedade democrática passa a dar espaço para a expressão de valores e interesses conflitantes. Assim, em tese, numa democracia pluralista, buscar compatibilizar a distinção nós/eles implica, para a autora, em tomar o ‘outro’ como adversário, o que leva a um reconhecimento de seu direito em defender ideias, as quais podemos questionar, mas não tentar anular. Isso legitimaria o inimigo, agora adversário, e poria em xeque a concepção de sociedade democrática como uma sociedade que teria realizado o sonho de uma perfeita harmonia ou transparência.

Negar que seria em algum momento possível um processo público de deliberação livre e sem restrições em relação a problemas comuns é uma tarefa crucial para a política democrática. Quando nós aceitamos que todo consenso existe como resultado de uma hegemonia provisória, como estabilização do poder e que ele sempre implica alguma forma de exclusão, nós podemos começar a visualizar a esfera pública democrática em uma diferente perspectiva. (MOUFFE, 2001, p. 21)

¹⁴ De acordo com Hessel (2011, p. 21), atualmente, os motivos de indignação são menos nítidos, porque “nem sempre é fácil distinguir entre todas as correntes que nos governam. Não lidamos mais com uma pequena elite cujas ações entendemos claramente”.

Ou seja, a possibilidade de se alcançar o consenso sobre determinadas questões não é negada por Mouffe. Conforme Mendonça (2010, p. 492), para a autora o consenso é visto como uma forma de poder, resultado contingente e provisório de uma hegemonia, também provisória e contingente, acerca de uma questão. Assim, como toda forma de poder, o consenso racional “pressupõe exclusões e a tentativa de sutura final do social, a qual parece propor o modelo deliberativo, [impedindo] que outras formas políticas tenham efeito”.

Na prática, tal concepção é essencial à construção de uma democracia pluralista segundo os termos colocados pela filósofa. Além disso, esse ponto de vista defende a necessidade de se mostrar os traços de exclusão que governam a constituição de uma objetividade social, já que, afirma Mouffe (2001), a particularidade da democracia moderna está no reconhecimento e na legitimação do conflito e na recusa em suprimi-lo por meio de uma imposição de ordem autoritária. A nosso ver, é no espaço desses traços de exclusão que nascem as práticas ativistas e de resistência ao poder, dentre elas, as que buscamos analisar aqui.

Depois de reconhecer e aceitar a natureza diversa do sujeito e, conseqüentemente, das relações sociais – porque marcadas por situações de conflito, tensão e opressão, em que são evidenciadas as disputas pela ordem e pelo poder –, a impossibilidade de um mundo sem antagonismos e a necessidade do político, sustentando a importância do dissenso na formação de uma sociedade democrática, Mouffe (1996, p. 15) esclarece: “o que será necessário encarar é a forma como, *nessas condições*, poderemos criar ou manter uma ordem democrática pluralista” (grifo no original).

A proposta que busca esse fim, elaborada na obra de Mouffe, se desenvolve no âmbito de uma empreitada intelectual, que promove a elaboração de um aparato teórico para a explicação de fenômenos sócio-políticos, empreendida em conjunto com o pensador Ernesto Laclau (MENDONÇA, 2012). Os desenvolvimentos desta autora para responder aos desafios de uma ordem democrática plural, até aqui expostos, lançam mão de tal aparato teórico a fim de, a partir da crítica ao modelo de democracia deliberativa, na perspectiva, principalmente, de Habermas, propor uma teoria política normativa e um modelo de democracia (o *agonismo*).

Conforme Mendonça (2010), entretanto, os dois principais movimentos teóricos de crítica às teorias deliberativas e de apresentação, em alternativa a estas, do modelo agonístico de democracia executados por Mouffe não são suficientes para estabelecer um “modelo político normativo estruturado”. Assim, uma vez que, num nível alto de abstração, tal modelo

não permite, numa série de condições e formas de execução, ter “um ‘aspecto visual’ de suas propostas”, nem responde a questões sobre “como criar ou mesmo aumentar espaços agonísticos? Como tratar os excluídos da arena agonística num sistema democrático, tendo em vista que a dimensão do político sempre prevê exclusões? Enfim, como aumentar o nível de participação e de inclusão de identidades a partir do modelo agonístico?” (MENDONÇA, 2010, p. 494-5) – ao contrário do que ocorre com o deliberacionismo, por exemplo –, o que só permite falar em *princípios*.

Tendo em vista nosso intento de situar as práticas e os conceitos em torno do gênero petição *on-line*, discutindo aspectos que dizem respeito a participação política, deliberação, caracterização plural e antagônica das identidades, da sociedade e da cidadania etc., nos posicionamos favoravelmente a essa crítica no sentido de enxergar uma possibilidade de ancorar nossa investigação a partir de princípios de ação definidos diante de concepções teóricas que dialogam com nosso lugar teórico e visão de mundo. E que localize o nosso objeto de estudo como parte de toda essa complexidade.

Nesse sentido, em resumo, os princípios agonísticos são converter: i) o antagonismo inerente às relações humanas em agonismo, num contexto político democrático invariavelmente dominado pelas relações de poder; e ii) os inimigos em adversários, que se reconhecem como portadores dos mesmos direitos, de legitimidade dentro de sua diversidade, e que compartilham e respeitam os mesmos princípios ético-políticos, que são liberdade e igualdade (MOUFFE, 2005). Isso implica aliar as paixões contidas nos interesses da esfera pública – e não eliminá-las, como advoga o consenso racional, segundo Mouffe (2005) – aos desígnios democráticos, por meio de “mecanismos que sejam capazes de mobilizar, dar existência a tais paixões e interesses dentro de princípios e regras democráticas” (MENDONÇA, 2010, p. 492).

No que se refere à petição *on-line*, esta parece favorecer tais princípios, podendo ser caracterizada como um desses ‘mecanismos’ que dá a ver paixões, mas que se reveste, no jogo democrático, de regras, apelos e arranjos próprios da ação política democrática, assegurando a possibilidade de exposição dos antagonismos políticos, cujos limites, porém, são dados pela transformação de inimigos em adversários. Nesse sentido, observando o exemplo do caso Renan Calheiros, é possível afirmar que o gênero se reveste do apelo democrático quando evoca a participação dos eleitores (*Somente uma mobilização gigantesca pode impedir esta vergonha; Assine agora essa petição* – Figura 1; *Não podemos ficar calados diante de tal atrocidade; Vamos conseguir 1.360.000 assinaturas* – Figura 2) e das

leis (*Após a aprovação da lei da Ficha Limpa e do julgamento do Mensalão o país precisa deixar claro que não aceita mais que a moralidade pública fique em segundo plano* – Figura 1; *Segundo nossa Constituição “A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional* – Figura 2), e surge como um meio para a participação política direta na medida em que dá vazão aos anseios das pessoas.

Além disso, uma vez que todos os tipos de relações sociais podem tornar-se palco de conflitos políticos, “a democracia pluralista necessita criar espaço para o dissenso e criar instituições através das quais este possa se manifestar” (MOUFFE, 2005, p. 21). A partir dessa afirmação podemos identificar a petição *on-line* como possível reflexo de uma demanda da sociedade democrática plural por tais espaços de expressão de dissensos, já que o *boom* das petições reflete o anseio da sociedade por maior espaço nas decisões políticas e sua descrença no modelo político vigente (BARRUCHO, 2013), bem como o desejo pelo exercício de uma identidade cidadã.

2.1.1 Por uma cidadania democrática

De acordo com Mouffe (2005), a confrontação agonística entre adversários deve oportunizar o dissenso por meio de instituições onde ele possa ser manifestado, de modo a dar vazão às diferentes vozes que se manifestam por meio de identidades coletivas e em torno de posições diferenciadas. Localizamos tais aspectos no nosso objeto de estudo, tendo em vista que este parece favorecer tais movimentos de construção identitária e manifestação do dissenso, podendo ser caracterizado como uma possibilidade de escolha para a ação cidadã.

Vital para a política democrática, a noção de cidadania figura aqui como um aspecto a ser explorado nas nossas análises. Portanto, esclarecer tal entendimento de maneira que corresponda às perspectivas abordadas até aqui é muito importante. De acordo com Bazerman (2006, p. 113), o modelo tradicional de cidadania emerge das práticas na ágora grega, que se desenvolveu em torno das formas de justiça, da defesa dos interesses e da honra de alguém, num apelo persuasivo cuja deliberação estava atrelada à ideia de consenso ou orientação comum. Segundo Mouffe (2005, p. 21), a cidadania deve ser observada sob a ótica de diversas possibilidades de concepção, as quais correspondem às diferentes interpretações dos princípios ético-políticos: “liberal-conservadora, social-democrata, neoliberal, radical-

democrática e assim por diante. Cada uma delas propõe a sua própria interpretação do ‘bem comum’ e tenta implementar uma forma diferente de hegemonia”.

É constatado por Chávez e Fuentes (2010) certo esgotamento e insuficiência da noção liberal de cidadania – ser titular de direitos e deveres – para dar conta de práticas cidadãs emergentes. Mouffe (1996, p. 79) defende que a forma como definimos cidadania está intimamente ligada ao tipo de sociedade e de comunidade política que desejamos. Assim, pensar a cidadania como algo mais do que a simples titularidade de direitos e deveres está, a seu ver, atrelado a uma concepção moderna de cidadania, que respeita o pluralismo e a liberdade individual. Uma vez que o sujeito se inscreve em relações sociais, e não existe independentemente destas, “um certo tipo de cidadania é resultado de determinadas práticas, discursos e instituições”.

A autora entende a cidadania como uma ‘identidade política’, o que impõe a construção de uma nova concepção de cidadão. Como forma de identificação, e não um estatuto legal puramente, o cidadão deixa de ser apenas “um recipiente passivo de direitos específicos que goza da proteção da lei”, tornando-se muito mais dinâmico a partir do momento em que, por meio de uma identidade política que assume, pode se empenhar “em muitos empreendimentos com finalidades diferentes e com diversas concepções de bem, mas que, na procura de sua satisfação e na execução das suas ações, [aceita] submeter-se às regras prescritas pela *respublica*¹⁵” (MOUFFE, 1996, p. 95).

Tal abordagem insere o sujeito como definido anteriormente, portador de diversos projetos identitários, na definição de cidadania, sustentando nosso entendimento de que a ação cidadã está ligada a uma *performance* de construção pública de identidade a ser examinada em relação às práticas discursivas relativas ao gênero petição *on-line*. Nesse sentido, a autora destaca que a cidadania não é uma identidade entre outras, mas um princípio articulador, já que une pessoas através do reconhecimento e compartilhamento de um conjunto de conhecimentos e valores ético-políticos. Esse princípio articulador “afeta as diferentes

¹⁵ A *respublica* corresponde ao interesse público comum que especifica condições a subscrever e respeitar, as quais unem os participantes. Mouffe (1996, p. 92) se apropria desse conceito para se opor à ideia de que os participantes de uma comunidade política se associam por um empreendimento comum, mas sim, eles estão unidos em torno do reconhecimento da autoridade das condições que especificam o seu interesse comum ou público, isto é, em torno da *respublica*. De acordo com a autora, esta “é uma forma de associação que pode ser constituída entre indivíduos relativamente estranhos, pertencentes a várias associações com objetivos específicos e cuja fidelidade a comunidades específicas não é considerada conflitante com a sua qualidade de membros da associação civil. Isto não seria possível se tal associação fosse concebida como uma *universitas*, como associação com um objetivo comum específico, porque esta não permitiria a existência de outras associações idênticas em que os indivíduos fossem livres de participar”. Nessa perspectiva, a participação em e o respeito a uma comunidade parecem estar mais ligados às práticas e regras constituídos no interior de suas instituições, e não aos seus objetivos propriamente.

posições de sujeito do agente social, ao mesmo tempo que permite uma pluralidade de compromissos e o respeito pela liberdade individual” (MOUFFE, 1996, p. 96). No entanto, como não podia ser diferente, a identidade de cidadão possui concepções divergentes, isto é, são possíveis tantas quantas forem as interpretações de democracia/valores democráticos – ou as representações mentais compartilhadas entre as pessoas, as quais são adquiridas, mudadas, ou confirmadas (VAN DIJK, 2008; 2012).

No regime ocidental, cujas regras hegemônicas são dadas pela política democrática-liberal, de acordo com Mouffe (1996), o interesse do público será guiado pelas regras – o reconhecimento das condições que especificam o interesse comum e que une os participantes – baseadas nos princípios políticos preconizados por aquele regime, as quais nortearão a ação cidadã, quais sejam, igualdade e liberdade para todos. Ou seja, considerando que a política busca a criação da unidade em um contexto de conflito e diversidade pela delimitação de um ‘nós’ em oposição a um ‘eles’, e que para a filósofa o consenso possível, porém conflitivo, se dá em relação aos princípios éticos e políticos que norteiam a noção de cidadania, as condições que são levadas em consideração na ação devem ser entendidas como uma exigência subscrita de se tratar os outros como pessoas livres e iguais.

Assim, reconhecer os princípios democráticos liberais e estar associado a eles faz parte do significado de cidadania que a autora propõe. Contudo, há, nesse entendimento, um espaço que Mouffe (1996, p. 96) enxerga como “claramente aberto a interpretações potencialmente muito radicais”, que poderão enfatizar o questionamento de relações sociais onde existem relações de domínio no sentido de se aplicarem os princípios da liberdade e da igualdade. Esse movimento interpretativo é descrito pela autora com a finalidade de defender um dos pontos importantes do tipo de pluralismo que ela preserva. A interpretação democrática radical que leva à construção de tal pluralismo deve estar em função da compreensão de que os grupos diferentes que lutam pela extensão da democracia se reconheçam no seu interesse comum e na submissão a determinadas regras, também comuns, conduzindo “à construção de uma identidade política comum de cidadãos radicais democratas”.

Reconhecendo as exigências equivalentes, os diversos movimentos sociais fortalecem uma concepção de cidadania que, através de uma identificação comum com os princípios de liberdade e igualdade podem construir um ‘nós’ articulado “pelo princípio da equivalência democrática”. Isso favorece o fortalecimento identitário dessas forças, uma vez que podem ir além da concordância em torno da ampliação da esfera dos direitos de grupos excluídos, a qual, muitas vezes, é construída à custa da exclusão de direitos de outras categorias.

A identificação coletiva com uma interpretação radical dos princípios de liberdade e igualdade, além disso, “pressupõe que estes princípios sejam entendidos de forma que se tomem em consideração as diferentes relações sociais e posições de sujeito em que são relevantes: gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual etc.” (MOUFFE, 1996, p. 97). No caso de uma política democrática moderna, marcada pela defesa do pluralismo, a ideia de liberdade individual, a separação entre Estado e Igreja e o desenvolvimento da sociedade civil, num contexto de luta pela “defesa da dignidade de cada um”, acende “o direito humano fundamental de ser respeitado como ser humano e como cidadão” (CASTELLS, 2013, p. 182-3).

De acordo com Mouffe, essa abordagem permite que se visualize a forma como a percepção de igualdade e liberdade informa as ações dos participantes em todas as áreas da vida social. Assim,

um projeto de democracia plural e radical reconhece a impossibilidade de uma completa realização da democracia e a conquista final da comunidade política. O seu objetivo é utilizar os recursos simbólicos da tradição democrático-liberal para lutar pelo aprofundamento da revolução democrática, sabendo que se trata de um processo interminável. A minha tese é a de que o ideal de cidadania poderá contribuir significativamente para uma tal extensão dos princípios da liberdade e da igualdade[...] uma nova e moderna concepção democrática de cidadania poderá restituir a dignidade à política e facultar um meio para a construção de uma hegemonia democrática radical (MOUFFE, 1996, p. 99).

No atual contexto, em que se percebe que a democracia é reduzida “a um mercado de votos em eleições realizadas de tempos em tempos, mercado dominado pelo dinheiro, pelo clientelismo e pela manipulação midiática” (CASTELLS, 2013, p. 183), o que se discute não é a reconstrução de um ideal democrático inalcançável, mas a criação de um aporte para a reflexão da dinâmica social colocada em questão aqui. Explicar a multiplicidade de manifestações para a defesa de causas que se pode realizar por meio do engajamento com um gênero, considerando, para isso, o maior número de aspectos suscitados por ele, nos trouxe até aqui.

Seguimos Chávez e Fuentes (2010, p. 14) quando afirmam que “o cidadão é uma das metáforas mais potentes para entender a articulação entre as responsabilidades que os indivíduos têm como membros de redes sociais mais amplas e o desenvolvimento da liberdade e da autonomia individual”. Encarar a cidadania como uma forma de identificação com uma identidade política, não apenas um estatuto legal, é um desafio que deverá ser construído ao longo de nossas análises, e não um dado empiricamente determinado, já que “a

cidadania é um caso particularmente interessante da formação de identidade, para examinar em relação à prática discursiva” (BAZERMAN, 2006, p. 111).

2.2 EMERGÊNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO VIRTUAL: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA INTERNET

A forma como as pessoas se comportam, interagem entre si e reagem a informações vem sofrendo profunda transformação em função da massificação do acesso à internet ocorrida, principalmente, no início deste século 21. Isso não quer dizer que as relações sociais, as ideias e as práticas que circulam na rede sejam exclusivas daquele ambiente, mas as mídias digitais, certamente, imprimem particularidades a tais eventos. É nesse sentido que se diz que a articulação das mídias digitais com o nosso cotidiano é tão intensa na atualidade, que as relações humanas ligadas a elas são responsáveis por alterar os processos básicos que constituem as civilizações, como a política, a arte, a economia, a cultura; e os próprios entendimentos de si, dos relacionamentos, das limitações e dos problemas humanos, no que têm de mais sublime e complexo (MARTINO, 2014).

Nas palavras de Lévy (2002, p. 32), “a violência do processo de mudança cultural em curso não concerne apenas à esfera ‘exterior’, factual, material e medível da economia e da técnica, também implica a das aprendizagens fundamentais da mente humana”. Isso implica que estamos diante de um novo salto na história da linguagem e, com ela, da cultura, da política, das formas de ver e de sentir o mundo. Para esse autor,

a rede telefônica mundial, a televisão por satélite, a multiplicação dos canais televisivos e, mais recentemente, a interligação mundial dos computadores, que integra todos os *media* anteriores num meio de comunicação interativa original, leva ao nascimento de *um novo espaço público*. Este novo espaço redefine radicalmente as condições da governação e vai, provavelmente, gerar novas formas políticas, ainda dificilmente previsíveis. (LÉVY, 2002, p. 29)

No espaço público são comunicadas as questões de interesse público, isto é, aquelas que os membros de uma sociedade julgam requererem reconhecimento e ação coletivos. Para Castells (2013, p. 18), o espaço público institucional, representado pelos meios de comunicação de massa, aquele constitucionalmente designado para a deliberação, “está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes”. Isto é, o espaço público tradicional é dominado pela hegemonia dos poderosos. Dentro do ambiente virtual, de elevada

interatividade, com conexões multidirecionais entre membros interconectados, além de um baixo custo de comunicação, há o desenvolvimento da capacidade do indivíduo de ampliar sua participação num novo espaço público, sozinho ou em coletivos, exercendo um efeito de contrapoder mediante processo de comunicação mais autônoma.

Nesse contexto, a participação política e o exercício da cidadania têm sido influenciados pelo *modus vivendi* do ambiente virtual, o qual amplia sobremaneira o debate e a formação de opiniões. O visível despontar do debate político na internet pode ser proveniente, de acordo com Bazerman (2006, p. 121), de uma “intensificação e maior disponibilidade de uma *tradicional cultura de fala política*” (grifo nosso), segundo a qual os falantes mergulham em informações e comentários críticos, independentes e partidários, falando para uma audiência cada vez mais ampla.

Tais informações e comentários pululam o tempo todo nas redes sociais, principalmente. Aqui, uma das mudanças importantes promovidas pelo *ciberespaço* se deu na produção e distribuição da informação. Ao contrário da forma como era feita pelos *mass media*, ou seja, de cima para baixo, agora a informação possui uma arquitetura distribuída, na qual os participantes se inter-relacionam com os produtores da informação de maneira horizontal, “com conexões multidirecionais entre todos os nós¹⁶, formando um ambiente de elevada interatividade e de múltiplos informantes interconectados” (SILVEIRA, 2008, p. 32). Além disso, os custos de comunicação são quase nulos, deixando de ser barreiras para a difusão de ideias.

Através desses canais de comunicação disponíveis, o direito à voz se torna mais dinâmico, flexível e democrático do que era na mídia tradicional. Isso ampliou definitivamente a possibilidade de as pessoas assumirem publicamente – na ânsia de se mostrarem cada vez mais – posições acerca de temas das mais diversas ordens, aumentando, também, as chances de seus argumentos serem referendados, questionados ou refratados rápida e abrangentemente.

Uma noção ampla de política, que se dirige às possibilidades de ação no espaço público, coloca tais defesas de pontos de vista, de ideias sobre governos, pessoas e estilos de vida, como um fenômeno político. Isto é, assumir um lado em questões ligadas a gênero, etnia, classe social, decidir o que se é, ter uma identidade, e debater isso no espaço público sem território da internet torna-se uma ação para além da política institucional. Esse entendimento também amplia o potencial de engajamento do público a partir das ferramentas

¹⁶ Nas redes, a ideia de *nó* estabelece a principal forma de interação.

disponíveis aí, o que encontra respaldo nos fenômenos que vemos manifestados no *ciberativismo*.

A este respeito, salienta Martino (2014, p. 110): “a forma da participação política em rede parece se desenvolver em torno de polos de interesse e ação, permitindo a formação de espaços de discussão objetivados na livre troca de argumentos entre os participantes. Em outras palavras, na formação de ‘esferas públicas’¹⁷, no plural, *online*”. Essas esferas se abrem para a “livre” participação dos interessados, abrangem todos os tipos de engajamento, não dependem das informações das mídias tradicionais, nem da presença de um cidadão de um lugar específico. Tais participações políticas podem ser ágeis, momentâneas e desconexas, traduzindo o modo de vida de uma sociedade em rede¹⁸, que não distingue mais o *on-line* do *off-line*.

Nesse sentido, se torna inadequado opor o ‘virtual’ ao ‘real’. Segundo Martino (2014, p. 31), parte integrante do real, o mundo virtual pode se opor a mundo físico, já que ele é uma possibilidade que pode ser acessada, ou seja, seus dados são virtuais até que se tornem aquilo que podem ser, na interação, constituindo-se em *atos* reais, visíveis (imagens, sons, textos etc.). “Dessa maneira, o espaço virtual é uma região potencialmente sem limites – mas nem por isso menos real”.

O fato de as redes possibilitarem a criação de agrupamentos para troca de informações, ideias e materiais em torno de interesses comuns gera, de acordo com Martino (2014), além de interação entre os usuários (ou *perfis*, conforme MALINI & ANTOUN, 2013), engajamento nas mais diversas questões políticas, sociais e culturais. Segundo Silveira (2008, p. 32-33), “a rede digital é também uma rede móvel que acompanha o andar do cidadão. Isso aumenta a descentralização da comunicação e viabiliza novos tipos de mobilização na esfera pública, impossíveis no ambiente de comunicação analógica e unidirecional”.

Por favorecerem tal mobilização, as redes “se articulam também com as possibilidades de ação política nos vários sentidos da palavra, agregando novas dimensões à questão” (MARTINO, 2014, p. 85). Assim, na medida em que se misturam com o cotidiano e alteram as relações sociais, as redes estão abrindo espaço para uma *esfera pública interconectada*, “com um potencial mais democrático que a esfera pública dominada pelos *mass media*”. Uma *esfera pública interconectada* possui uma dinâmica interna que “envolve diferentes modos de

¹⁷ Nesta tese, *espaço público* e *esfera pública* são usados como sinônimos, a despeito de considerações teóricas acerca de espaço físico e âmbito público que as denominações suscitam.

¹⁸ De acordo com Castells (2013), a sociedade em rede é o reflexo da revolução tecnológica e da reestruturação do capitalismo.

ação, distribuídos, não-coordenados, fortemente baseados em reputações. Ela amplia o potencial dos cidadãos de articular a resistência ao poder a partir do espaço público” (SILVEIRA, 2008, p. 31-32).

A utilização do espaço virtual como espaço público, dessa forma, envolve comunicação de conteúdos, tomada de posições, exposição de opiniões etc., abrindo caminho para a livre expressão de indivíduos ou de grupos em uma “virtualidade cidadã, que cresceu com a internet e utiliza-se dela para se articular dentro e fora da virtualidade e se reafirmar no mundo da vida enquanto movimento de mudança” (RIBEIRO, TEMER & TUZZO, 2013, p. 194). A horizontalidade do fluxo informacional, por sua vez, descentraliza o poder sobre a informação e proporciona a articulação de lutas sociais, numa nova maneira de se discutir assuntos de interesse público e de reagir a eles.

Acerca da questão da participação, a visão ampla de política que nos orienta não se restringe às instituições formais do Estado, mas envolve negociação e luta entre sujeitos no dia a dia, dentro ou fora de processos de associações cívicas. “Trata-se de uma abordagem que considera o contexto de movimentos sociais, que liga política a valores culturais, processos identitários e medidas de autoconfiança” (LYCARIÃO & SAMPAIO, 2010, p. 98). Em outras palavras, a noção ampliada de política, ou do político, permite pensar as lutas pela ampliação da democracia, bem como as reivindicações de grupos minoritários por reconhecimento e direito de expressão, como perpassadas por relações de poder. Nesse entendimento, não se fala apenas em participação política por ela mesma, mas, também, fala-se na busca dos próprios participantes pela construção de suas identidades, reafirmação de posições de sujeito, interpretação de sua situação em relação a outros atores sociais, e elaboração de novas formas de reconhecimento, que se dão em disputas/conflitos diariamente.

Dentro desse contexto, determinados padrões de uso da internet, por parte de atores coletivos, tendem a gerar ganhos na organização, operacionalização de ações coletivas e efeitos na esfera pública (LYCARIÃO & SAMPAIO, 2010; MAIA, 2007). Para Maia (2007, p. 48), as ações na internet de tais atores estão em função de quatro interesses democráticos identificados, ou seja, “diferentes padrões de interação que os atores coletivos cívicos estabelecem, via internet, com outros agentes da sociedade, para gerar efeitos potencialmente democráticos”. São eles: a) interpretação de interesses e construção de identidade coletiva; b) constituição de esfera pública; c) ativismo político, embates institucionais e partilha de poder; d) supervisão e processos de prestação de contas.

No padrão correspondente à *interpretação de interesses e construção de identidade coletiva* são destacados os recursos disponibilizados para que grupos minoritários expressem e atualizem identidades, através da contestação de práticas históricas, cristalizadas em regras e convenções, as quais provocam constrangimentos, suprimem direitos, disseminam preconceitos e formas de exploração. Aqui, os atores coletivos procuram *desvelar* “formas passadas e presentes de poder que limitam ou restringem as chances de vida dos indivíduos, organizando experiências em narrativas publicamente compreensíveis” (MAIA, 2007, p. 49).

São destacados aí o novo espaço discursivo dado a grupos marginalizados, no qual são tematizadas representações estigmatizantes e problemas vivenciados de modo geral, que passam a ser visíveis e percebidos, e a auto-organização, que permite a reivindicação da autoridade e legitimidade de suas vozes, empoderando os participantes. “Ganhar voz na internet não depende necessariamente de privilégios financeiros, raciais ou geográficos, mas relaciona-se com a aquisição de capacidade discursiva” (MAIA, 2007, p. 50), ressignificando experiências, habilidades e propriedades de grupos excluídos.

Na segunda categoria, *constituição de esfera pública*, a autora ressalta as exigências dadas por definição para as trocas comunicativas na esfera pública habermasiana, as quais impõem limitações para a caracterização da internet como uma *nova* esfera pública:

os participantes devem, por definição, manter os compromissos com a igualdade moral e política entre os interlocutores; a comunicação deve ser inclusiva, acolhendo novos participantes ou temas ao fórum de debate; deve conceder oportunidades para a livre expressão de opiniões e a consideração dos pontos de vista apresentados no debate; deve sustentar o caráter público das razões em disputa, diante de uma audiência potencialmente ilimitada. (MAIA, 2007, p. 50-1)

Assim, ao contrário do que foi planejado por Habermas, as interações políticas na internet, sobre temas de interesse público, muitas vezes, perdem o foco e são marcadas por disputas e intrigas pessoais. Basta acessarmos pequenas porções de comentários em *sites* de notícias para termos exemplos de como a deliberação é prejudicada por formas diversas de agressões e invasão do âmbito privado das pessoas.

Segundo Maia (2007, p. 51), “mesmo quando as identidades se mantêm desconhecidas no debate virtual, os participantes fazem uso de sexismo, racismo e outras formas de abuso ou discriminação”, fugindo ao debate crítico racional idealizado pelo deliberacionismo de Habermas, uma vez que os participantes frequentemente não se mostram interessados em considerar opiniões contrárias. Além disso, os temas postos em discussão nem sempre “dizem

respeito ao indivíduo como cidadão dentro de um Estado regulado pelo Direito” (MARTINO, 2014, p. 95), como prevê a definição clássica.

Ressaltar esses aspectos não significa afirmar que não há um movimento de esclarecimentos de mentes, de divulgação de contrapoderes, de batalhas ideológicas na internet, mas desmistifica a noção de este ser um ambiente com alta dinâmica democrática e de distribuição de informação livre de influências e de relações de poder.

Ao examinar relações associativas na internet, Palczewski (2001) e Hill e Hughes (1998) apontam que grupos com foco em questões políticas tendem a desenvolver “comunidades de interesse” ideologicamente hegemônicas, ao invés de reunir pessoas com interesses e valores divergentes ou conflitantes. Nesse sentido, talvez o mérito da internet em provocar conversações autônomas e descentralizadas não esteja exatamente em fomentar o debate deliberativo em fóruns virtuais, mas, ao invés disso, em preparar os cidadãos e os atores coletivos cívicos para debates mais exigentes. (MAIA, 2007, p. 51)

Dentro das inevitáveis limitações, entretanto, algumas ferramentas compõem esse potencial de interesse democrático, como listas de discussão, fóruns virtuais, grupos do *Facebook*, os quais promovem a divulgação de informações, inquietudes e entendimentos, numa troca de argumentos e negociações de compreensões dentro de uma ‘batalha de ideias’ que reproduz o diálogo e as estruturas sociais e culturais encontradas no mundo *off-line*, em que estão em disputa reputações.

A utilização dos recursos digitais para promover *ativismo político, embates institucionais e partilha de poder* integra diversas formas de uso. É o chamado *ciberativismo*, que pode possuir ações rápidas e fragmentadas, bem como altamente organizadas, a exemplo do *hackerativismo* praticado pelo grupo *Anonimous*. Conforme Malini e Antoun (2013, p. 19-20), a tendência *ciberativista* é uma característica que se revela desde os primórdios da internet como conhecemos hoje:

Com a emergência do ciberespaço (ambientes virtuais comunitários e participativos dos grupos de discussões), a comunicação distribuída suporta uma série de ativismos que vai da distribuição de *hacks* à articulação de ações coletivas contra sistemas totalitários; de campanhas de adesão para determinadas causas sociais ao trabalho de debate intelectual através de um fluxo constante de *replies* ligados a uma discussão teórica. 1984 é o ano em que surge o ciberativismo como sinônimo de ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede interativa.

Nesse contexto, como não poderia ser diferente, nessa categoria de mobilização em prol de interesses democráticos está o uso de petições *on-line*. Essa prática, para Lycarião e Sampaio (2010, p. 104), tem obtido maior ou menor centralidade como tática política de

acordo com a organização que lança mão desse recurso. Como veremos nesta seção, um exemplo de organização que estabelece as petições como uma forma privilegiada de tentativa de influência política é a *Avaaz*. De acordo com as autoras, os efeitos do uso de petições “podem ser identificados em função daquilo que se consegue gerar em termos de mobilização política e de respostas em relação aos atores e instituições interpeladas”.

A última categoria de uso das ferramentas virtuais com pretensões democráticas é a *supervisão e processos de prestação de contas*. De acordo com Maia (2007, p. 54), evidencia-se que os recursos da internet aprimoram o sistema de democracia representativa à medida que aumenta o fluxo informacional proveniente dos governos, tornando as autoridades mais responsivas. Isso é possível graças à transmissão de informações administrativas ou de serviços, da comunicação direta com a população, aumentando a transparência, as trocas informacionais, o debate, o acesso à informação dentro da comunidade. Em contrapartida, “a aquisição de informação torna os indivíduos aptos a demandar transparência das instituições do governo e a exigir que dirigentes e representantes de outros poderes prestem contas de suas declarações e ações”.

Todavia, a questão da transparência é mais opaca do que a autora parece entender. A busca por maior transparência tem mobilizado uma verdadeira batalha pelo controle do trânsito de informações secretas por parte de agentes do Estado e *ciberativistas* interessados em privacidade, controle de dados, distribuição de informações, espionagem, criptografia, vigilância global etc. A ação de *hackers* e de *cypherpunks* – denominação dada a pessoas que defendem a utilização da criptografia e de métodos similares como meio para provocar mudanças sociais e políticas (ASSANGE, 2013) – diante da assimetria entre governos e indivíduos, tem como máxima, segundo Assange (2013), a exigência de privacidade para os cidadãos e completa transparência para o Estado. O mais conhecido portal do movimento *cypherpunk* é o *WikiLeaks*¹⁹, o qual tem à frente o jornalista Julian Assange, conhecido defensor da liberdade de expressão cujo trabalho tem forçado a transparência e a prestação de contas por parte de governos e instituições.

Os quatro interesses democráticos categorizados de acordo com os usos dados pelos próprios agentes sociais, como se pode perceber, estão imbricados. A nosso ver, não há ações que levem a efeitos isolados. Isto é, na medida em que defendemos uma causa assinando e compartilhando uma petição em rede social, por exemplo, construímos identidade por meio da defesa de um, ou mais, interesse, colaboramos para a ampliação do espaço público,

¹⁹ WikiLeaks: <<http://wikileaks.org>>

demandamos ações de transparência por parte dos poderosos etc. Assim, diante dos aspectos até aqui apontados, entendemos que a internet favorece a formação de identidade e culturas e se caracteriza como espaço de tensão política, hegemonia e resistência ao poder (CASTELLS, 2013; LÉVY, 2002).

Contudo, reconhecemos que as classificações de Maia (2007) estão em função dos debates acerca das implicações democráticas dos diversos potenciais de uso da internet e de um conjunto de iniciativas em que o cidadão se empenha em direção ao governo. Nesse sentido, considerando o papel dos participantes diante de tais potenciais, e as consequentes motivações, habilidades e demandas exigidas pelos diferentes papéis que se pode exercer na interação, podemos tomar as classificações de interesses democráticos de Maia (2007) com o fim de distinguir esferas de atividade que indicam *conjuntos de gêneros* específicos, com os quais indivíduos/cidadãos se depararão (irão ler, produzir, se engajar) ao se reportar a cada potencial democrático (a fim de promover seus interesses) no fluxo comunicativo. Assim, nosso enfoque será dado, no próximo tópico destaseção, à discussão do interesse classificado como *ativismo político, embates institucionais e partilha de poder*, situando o lugar da petição *on-line* nessa configuração da participação política atual.

2.3 AÇÕES CIBERATIVISTAS

A tentativa de transformação da realidade por meio do ativismo se dá, por definição, por meio de argumentação que privilegie a prática efetiva de militância subordinada ao sucesso ou, pelo menos, à possibilidade de êxito na ação (HOUAISS, 2009). Como vimos, práticas políticas novas são inerentes ao desenvolvimento do *ciberespaço*. Observa-se uma profusão de causas defendidas, protestos feitos, marchas convocadas e ocupações organizadas que caracterizam a rede, cada vez mais, como espaço de disputa política. Assim, a internet, dentro de uma imensa variedade de possíveis usos, tem favorecido os esforços de grupos ou de indivíduos que se dedicam ao ativismo em nome de incontáveis causas, oportunizando alcance amplo, barato e rápido, aumentando, conseqüentemente, as chances de êxito (ou a ilusão de), tornando-se lugar privilegiado para sua prática.

A emergência do *ciberativismo* está intimamente ligada ao surgimento do *ciberespaço*. Segundo Malini e Antoun (2013), foi a invenção do *modem*, dispositivo que possibilitou a circulação de dados por linhas telefônicas, que permitiu a criação de *softwares* capazes de

estabelecer uma conexão ‘muitos-muitos’ (arquitetura distribuída) como um modelo de comunicação a partir da internet, favorecendo o surgimento dos primeiros grupos de discussão. Tais grupos, a princípio, eram dedicados a discussões *on-line* sobre os próprios computadores.

De acordo com os autores, uma das plataformas populares de conversação mais conhecidas foi a Usenet (Rede de Usuários Unix – *Unix User Network*), criada em 1984, a qual logo se tornou um meio de conversa eletrônica de larga escala. “Desse modo, o ano de 1984 pode ser lido como o ano da invenção do ciberespaço” (MALINI & ANTOUN, 2013, p. 19). A Usenet será o espaço de organização de inúmeros grupos ativistas, os quais desvirtuaram os propósitos da base capitalista²⁰ de distribuição de informação em busca da libertação comunicacional dos novos movimentos:

Na história da militância política, a Internet dos grupos de discussão vai inaugurar a política de vazamento como *modus operandi* para fazer chegar aos diferentes usuários de todo o mundo as informações privilegiadas sobre a situação social de regimes políticos fechados, a crítica a poderes econômicos e militares num contexto de bipolaridade mundial, ou mesmo ser a base de sustentação da articulação política de movimentos feministas, ambientalistas e estudantis, amparados em torno de instituições não governamentais que usam as BBSs [*Bulletin Board System*] e a Usenet para organizar suas lutas ou para vazarem notícias que sofrem barreiras das censuras políticas e econômicas locais. (MALINI & ANTOUN, 2013, p. 20)

Pode-se afirmar, portanto, que a denúncia e a contrainformação são os nós da própria articulação da rede em seu processo histórico, o qual envolve não somente os desenvolvimentos tecnológicos e técnicos dos mecanismos da internet, mas, fundamentalmente, os seus usos, dados pelos “sujeitos envolvidos e as condições históricas de produção, articulação, determinação e circulação de discursos” (MITTMANN, 2011, p. 124). A partir de tais desenvolvimentos, portanto, as pessoas viram a possibilidade de ser mais do que simples consumidoras de conteúdos, podendo ser produtoras de “bate-papo político”. De acordo com Bazerman (2006, p. 120), nesse movimento, os indivíduos “afirmam suas identidades, compartilham suas visões e agregam recursos para pessoas que se identificam com eles”. É diante desse entendimento que o autor expressa sua crença de que o ativismo tem oferecido lugar privilegiado para o desenvolvimento de indivíduos como cidadãos.

A evolução desse formato de interação alcança, no início do século 21, um nível de interação altíssimo. Em oposição ao caráter fixo da Web 1.0, a Web 2.0, surgida com a

²⁰ De acordo com Malini e Antoun (2013), antes da Usenet, a internet era um espaço de pequenos nós, sem nenhum atrativo, usado para transferências de grandes quantias monetárias.

expansão das redes sociais e das formas de produção colaborativa, no início dos anos 2000, se caracteriza pela dinamicidade, que gera constantes transformações e interatividade entre os usuários (MARTINO, 2014). Com base em plataformas “fornecidas por empresários da comunicação livre” (CASTELLS, 2013, p. 173), a partir de então, as redes sociais inauguram uma nova lógica de ação, em níveis diferentes de constituição de *perfis* e de privacidade, marcados pela flexibilidade e pela dinâmica nas relações entre os participantes.

De acordo com Malini e Antoun (2013, p. 210), no contexto da Web 1.0, os conteúdos *on-line* eram produzidos a partir do modelo da página principal (*homepage*), o que garantia às corporações globais “fazer da internet um grande meio imersivo”, no qual era possível controlar a interação dos leitores com o conteúdo. Com a emergência das redes sociais, a passividade deu lugar à interatividade. No modelo 2.0, o usuário não tem ‘*home*’, tem ‘*timeline*’ (MALINI & ANTOUN, 2013), o que estabelece uma lógica de produção, organização e consumo de conteúdos muito mais múltipla e fragmentada, caracterizada por um formato horizontal, sem hierarquia rígida, sem a força das instituições.

Em fluxo contínuo, a *timeline* se constitui como um mural em que as publicações dos participantes (ou *perfis*) são a expressão de uma cultura do consumismo e da produção não especializada da informação, cujo traço principal é a instantaneidade de uma conversa qualquer. Dentro dessa dinâmica, ocorre a oscilação permanente entre “a posição de público e autor, gerando um equilíbrio metaestável entre o próprio e o alheio”, e criando um vínculo comunicacional horizontal – com autores interconectados com outros – de produção colaborativa. Assim, “cada perfil é uma comunidade de autores, a informação criada termina por traduzir verdadeiras ‘quantidades sociais’, exprimindo uma amostra das crenças e dos desejos da sociedade em torno de algum tema” (MALINI & ANTOUN, 2013, p. 213-214).

Segundo Martino (2014, p. 56-58), uma das principais características das redes sociais é seu caráter *relacional*. Isto é, o princípio de qualquer rede está na sua natureza estruturada em função das relações sociais que se estabelecem ali, estas dão o tom de seu funcionamento e composição. De acordo com o autor, tal natureza é definida por “vínculos fluidos, flexíveis, e pelas várias dinâmicas dessas relações”. Desse modo, o anonimato perde espaço para a autoapresentação de uma pessoa real que se conecta com outras pessoas reais, com as quais nutre conhecimento (ou gostaria). Além disso, o que se verifica acerca dos vínculos formados através da rede é que “não existe necessariamente a obrigação de ter um ritmo específico de atividades, assim como não se exigem ligações exclusivas”.

Em relação a um dos principais aspectos próprios das redes sociais, o *compartilhamento*, para Malini e Antoun (2013, p. 212), esta “revolução” garante a grupos e perfis mobilizados na internet o poder de publicação de sua voz, transformando “fãs e seguidores em parceiros da produção de uma agenda informativa”. A este respeito, podemos entender o compartilhamento como um ato comunicativo na medida em que, por meio dele, os usuários contribuem para a construção de identidades e formas de vida dentro de um espaço social em desenvolvimento (BAZERMAN, 2006). Assim, com o compartilhamento, os usuários das redes sociais produzem conteúdo, transcendem tempo e espaço, estabelecem vínculos e conectam práticas em cada dimensão da experiência cotidiana (CASTELLS, 2013).

Nesse sentido, a despeito da geração, ou não, de debates em torno de determinado tema, o aspecto do compartilhamento de um conteúdo em redes sociais ajuda a ampliar a visibilidade deste – seja o compartilhamento de uma sociabilidade ou de uma indignação, de uma luta ou de uma esperança (CASTELLS, 2013) –, expondo-o ao julgamento dos demais perfis, estejam, ou não, predispostos a participar. A abordagem exposta até aqui, parece-nos evidenciar que, nas redes sociais há uma interação mais livre dos paradigmas que norteiam a produção e a circulação do texto escrito antes da internet. Isso torna ainda mais relevante a consideração dos contextos no momento de sua análise.

Esse breve panorama do desenvolvimento da dinâmica da internet se resume a descrever uma pequena parte do fortalecimento das estruturas comunicacionais humanas, fator preponderante para a revolução informacional que marca o final do século 20. A profunda relação do amadurecimento das redes sociais com a visibilidade do ativismo político já é marca do século 21. Esta relação vem dando novos contornos à capacidade de mobilização popular, que tem como ponto alto os levantes que ocorreram de forma simultânea e contagiante em diversas partes do mundo no ano de 2011 (CARNEIRO, 2012; NOGUEIRA, 2013; CASTELLS, 2013). Abordaremos alguns aspectos desse fenômeno que julgamos ser de interesse do nosso trabalho no ponto que segue.

2.3.1 Movimentos sociais do século 21

“Ninguém esperava. Num mundo turvado por aflição econômica, cinismo político, vazio cultural e desesperança pessoal, aquilo apenas aconteceu” (CASTELLS, 2013, p. 11). As palavras de Manuel Castells exprimem a estupefação de um mundo que foi sacudido pelo turbilhão de movimentos sociais que eclodiram de modo quase simultâneo e organizado no

ano de 2011. Semelhantemente às mobilizações estudantis de 1968, os atos de então “simbolizaram o esgotamento psicológico de muitos povos em um mesmo momento” (CARNEIRO, 2012, p. 8). Contudo, estes não se posicionavam contra o Estado, como os estudantes do passado. Agora, as marchas, em sua maioria, reclamavam o retorno do poder de regulação do Estado na sua relação com as pessoas, não com o mercado e as finanças.

Com formas de luta semelhantes, o que merece destaque nesses movimentos são a força e a sincronia que adquiriram com a contribuição das redes.

Houve algo dionisíaco nos acontecimentos de 2011: uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet, em particular o Twitter, tomando uma forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores. (CARNEIRO, 2012, p. 9)

A crise capitalista de 2008 produziu vozes que encontraram eco no livro-manifesto de Stéphane Hessel, ativista alemão, naturalizado francês, ex-diplomata, rebelde sobrevivente de campos de concentração nazistas. Em seu breve ensaio a respeito do mundo contemporâneo, *Indignai-vos!* ([2010] 2011), Hessel alimenta uma mensagem forte o suficiente para servir de combustível e inspiração para os “movimentos de indignados por liberdades democráticas” europeus (CARNEIRO, 2012), os insurretos do norte da África, que lutavam para derrubar ditaduras na Primavera Árabe, o movimento estudantil chileno, e os anticapitalistas do *Occupy Wall Street*: “indignem-se!”.

Hessel participou da redação da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH), em 1948, e traduziu na sua obra a fidelidade aos princípios do documento que ajudou a escrever. Para ele, numa espécie de diagnóstico da sociedade contemporânea, as relações complexas do mundo atual são marcadas pela indiferença, já que os motivos para se indignar parecem menos nítidos: “não lidamos mais com uma pequena elite cujas ações entendemos claramente”, alega (2013, p. 21). Isto é, não há um inimigo palpável como o Nazismo ou o Totalitarismo ameaçando o Ocidente.

O livro vendeu mais de dois milhões de exemplares na França, seu país de origem, e foi traduzido para cerca de trinta países (FEBBRO, 2011). Sem posição política determinada, o autor ressalta o culto à militância, rejeitando a indiferença: “a pior das atitudes é a indiferença, é dizer ‘não posso fazer nada, estou me virando’. Quando assim se comportam, vocês estão perdendo um dos componentes indispensáveis: a capacidade de se indignar e o

engajamento, que é consequência desta capacidade” (HESSEL, 2011, p. 22). Mais do que nunca, a omissão, a indiferença, se revelam como um ato político, porém inaceitável.

Tomando a DUDH como um princípio para o engajamento, se opondo ao consumismo e ao consenso, e articulando seu argumento em torno da ação, efeito da indignação, Hessel defende que, para serem eficientes, os movimentos precisam atuar em rede, utilizando-se dos meios modernos de comunicação, em ação não violenta, cujos líderes são os próprios indivíduos.

Apesar de os levantes de 2011 serem diferentes entre si, uma vez que possuem aspectos históricos e socioculturais particulares, obviamente, um traço fundamental os une, qual seja, a ausência de lideranças ou bandeiras. Este nos parece ser um sinal da potência das redes sociais em filiar pessoas sem a obrigação de intermediários, em que os participantes podem combinar queixas diversas de modo rápido, buscando soluções pacíficas. Muito embora seja possível encontrar tais intermediários em muitos dos movimentos, seu papel se diferencia na medida em que se diferenciam as formas de convocação e de ação.

Além do delineamento da ação indignada proposto por Hessel (2011), nos parece relevante, nesse cenário, a observação dos chamados *movimentos sociais conectados em rede* elaborada por Castells (2013, p. 13). A partir de suas análises feitas dos movimentos de 2011, o sociólogo caracteriza-os como híbridos, ou seja, ligados a partir do *ciberespaço* ao espaço urbano. Como reflexo da rápida propagação promovida pela internet, “em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para debate coletivo e a tomada de decisões”.

Sem demandas concretas, os movimentos em rede têm em comum a exigência de reconhecimento da voz do povo, a materialização da crise generalizada de confiança na economia e na representação política, a luta contra a desigualdade e, acima de tudo, a tradução dos direitos humanos na consciência individual, isto é, a busca da dignidade – como prenunciou Hessel. Espontâneos, coordenados pela internet, esses movimentos são mais emocionais do que programáticos (CASTELLS, 2013); expressão dos cidadãos da era da informação: aqueles que compartilham sua experiência em uma escala de alcance global.

Vale salientar, nesse contexto, que na rede, realidade fortemente presente na vida cotidiana, são criados espaços de suposta autonomia, onde a espontaneidade de projetos individuais compartilhados encontram respaldo na indignação coletiva contra a distopia do mundo real. Os indivíduos, “nem subordinados, nem independentes, mas fazendo parte, sendo

constitutivos da rede” (MITTMANN, 2011, p. 121), fortalecem-se apoiando as pequenas iniciativas democratizantes e contra a injustiça, e “entre profusões de likes, retweets e compartilhamentos dos mais díspares graus de relevância, indagações e indignações individuais [encontram] companhia” (NOGUEIRA, 2013, p. 64). Nas palavras de Castells (2013, p. 170), a proposta dos novos movimentos sociais em rede é “a utopia da autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade”.

Ao observar padrões emergentes que caracterizam os movimentos da sociedade em rede, Castells (2013) identifica traços que são reflexos da presença maciça da internet na vida das pessoas, atribuindo, contudo, um caráter que ultrapassa a instrumentalidade do seu uso. A internet, para o autor, cria as condições para a sobrevivência e o fortalecimento de movimentos sem liderança, conectando as demandas de hoje com os projetos de amanhã. Por surgirem na indignação e se insurgirem contra a injustiça e o sofrimento, assegurando certa autonomia das pessoas em relação às instituições do Estado, nos parece pertinente afirmar que tais padrões emergentes estão na base dos protestos encampados pelos usuários que se engajam socialmente por meio da produção/compartilhamento de petições *on-line*.

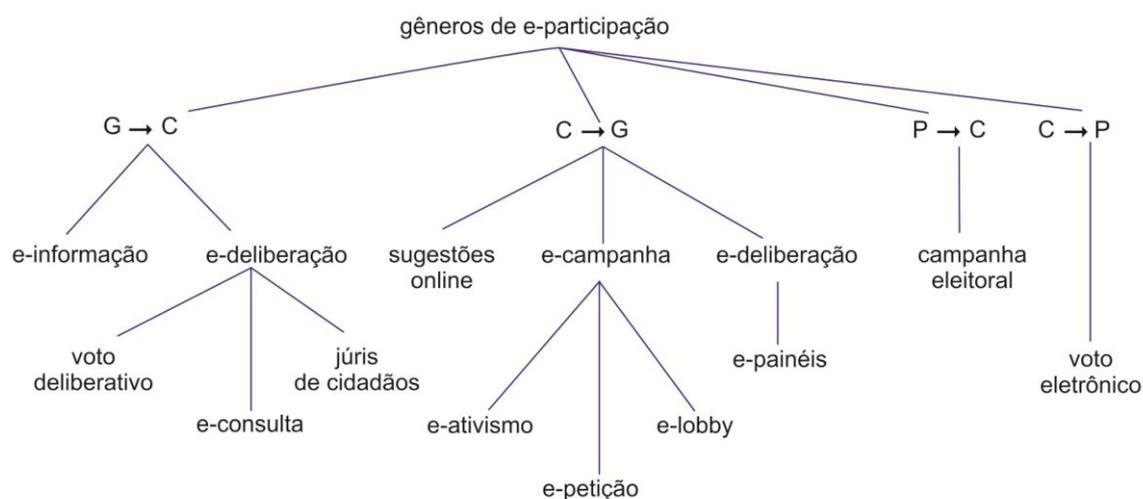
Assim, no sentido de destacar a influência das dinâmicas de um mundo híbrido, que não distingue o *on-line* do *off-line*, nas formas de participação política, de expressão do dissenso e da indignação, abordamos a petição *on-line* contemplando, de acordo com Castells (2013, p. 180) o possível legado que os movimentos sociais em rede, ainda em curso, trouxeram. Isto é, a busca pela ampliação da democracia, “uma antiga aspiração de humanidade, jamais concretizada”, já que “se há um tema predominante, um grito de pressão, um sonho revolucionário, este é o apelo a novas formas de deliberação, representação e tomada de decisão na política”.

2.4 A PETIÇÃO *ON-LINE* E O UNIVERSO DA E-PARTICIPAÇÃO

Considerando-se, segundo Bhatia (2009), que os gêneros são identificados essencialmente em termos dos propósitos comunicativos aos quais tendem a servir, parece-nos importante destacar a classificação feita por Sanford (2012), que elabora uma taxonomia referente à diversidade de práticas ligadas à e-participação. Vista do ponto de vista dos propósitos comunicativos, tal taxonomia ganha um contorno mais preciso. A este respeito, o autor desenvolve a reflexão de modo a estabelecer os limites da participação de determinadas

esferas de onde partem as iniciativas. A taxonomia de Sanford parece-nos pertinente, uma vez que os conjuntos de práticas orientam a produção dos gêneros, cujos propósitos estão ligados a fins específicos de cada comunidade, os quais servem aos interesses de grupos sociais e profissionais também específicos.

Assim, Sanford (2012) elabora um mapeamento dos tipos de e-participação, os quais, segundo aponta, promovem diálogos significativos entre as autoridades e os participantes da esfera pública:



Nota: G = governo, C = cidadão, P = políticos

Esquema 1: Taxonomia preliminar para gêneros de e-participação política (SANFORD,2012, p. 145)

Sanford (2012) divide práticas e gêneros a elas relacionados pelas instâncias em que são produzidos. Isto é, partindo do governo para o cidadão, do cidadão para o governo, do político (enquanto indivíduo representante da política partidária) para o cidadão e do cidadão para o político. Para este autor, é interessante destacar que qualquer discussão sobre o papel da internet na participação pública deve levar em conta o fato de que há muitos serviços disponíveis, cujas trocas permitem aos usuários um número variável de aplicações. Portanto, diante das possibilidades em vigor, é importante analisá-las por meio das diferentes características que podem ser abordadas individualmente, de acordo com o potencial de contribuição para a participação de cada gênero, em sua instância de produção.

Nesse sentido, ligados ao protagonismo do cidadão, na internet, os meios de participação política (e-participação) buscam dar acesso aos processos decisórios, promovendo o empoderamento das pessoas. Algumas práticas de tal participação são fundadas a partir de iniciativas *bottom-up*, ou seja, que partem do cidadão, individualmente ou

de modo organizado, para a agenda da política institucional ou das instâncias hierarquicamente mais altas, promovendo seus próprios interesses por meio do *ciberativismo* ou formação de opinião (das esferas $C \rightarrow G$ e $C \rightarrow P$). (GALVÃO, 2014)

Dentro das iniciativas categorizadas por Sanford como as que partem do cidadão para o governo ($C \rightarrow G$), a disposição da participação está ligada à promoção de seus próprios interesses no âmbito do sistema político estabelecido ou fora dele. Observando-se a classificação de Sanford dos gêneros sob o aspecto dos propósitos comunicativos, é possível perceber que o conjunto de iniciativas no qual as petições *on-line* estão inseridas está relacionado a campanhas *on-line*, fora do escopo da deliberação, como sugerimos, o que configura seus propósitos dentro do conjunto de esforços feitos para se chegar à postulação de uma agenda para os que têm o poder na mão. Ambos, e-deliberação e e-campanha, têm seu próprio conjunto de gêneros que suportam uma variedade de diferentes níveis de participação do grupo nos estágios da política.

Nesse sentido, uma vez que, de acordo com Sanford (2012), a literatura política sugere que o processo de políticas públicas é composto por um conjunto de quatro grandes etapas funcionais, que são definição da agenda, formulação de políticas, implementação e avaliação, entendemos que o nosso objeto se encontra no primeiro estágio. Isto é, campanhas, que podem ter como propósito aumentar a visibilidade de questões políticas específicas, levando-as à agenda política. Nesse estágio, possíveis soluções deveriam ser sugeridas, geradas, modificadas, negociadas e avaliadas. Contudo, tal propósito precisa ser melhor examinado no que diz respeito às petições *on-line* não governamentais, entendidas também como uma prática de resistência ao poder e de empoderamento do sujeito.

2.5 VISÃO GERAL SOBRE A PETIÇÃO ON-LINE

A petição é uma ferramenta clássica para pressionar governos e propor mudanças (ALDÉ & SANTOS, 2012; BAZERMAN, 2006; BONIFÁCIO, 2004; GALVÃO, 2014). Como meio de participação política historicamente instituído pela democracia liberal, na internet, a petição ampliou seu alcance e potencial para a mobilização dos que buscam influenciar as esferas superiores do poder. Em outras palavras, o amplo, irreversível e promissor caminho que a participação política, e com ela, o ativismo, encontrou na internet, tem, na petição *on-line*, importante instrumento de pressão.

O direito de petição, por sua vez, é um meio para o exercício da cidadania assegurado pela Constituição Federal (BRASIL, 2011) que garante a participação política direta na defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abuso de poder. De acordo com Bonifácio (2004, p. 81),

foi liberalismo, advindo com a Revolução Francesa que, ao transformar o indivíduo em cidadão e irradiar seus efeitos por todas as Constituições que se lhe seguiram, o fator decisivo para o exercício do direito de petição e não somente, para fazer tramitar as petições e impor aos poderes constituídos e órgãos adredes o dever de dar respostas às necessidades e queixas dos indivíduos.

Assim, na República, ao cidadão é dado o direito de participar do processo político não apenas na escolha de seus representantes, mas, também, na defesa dos direitos individuais ou coletivos, de interesse público. O cidadão, nesse contexto, “peticiona” para reclamar, reivindicar, denunciar, requerer, sugerir, interpor, opinar, advertir, enfim, atos que intencionam provocar a ação do Estado contra posturas em desacordo com o estado democrático e de direito, exercendo papel político ativo frente aos poderes públicos (BONIFÁCIO, 2004).

Esses atos visam modificar uma situação, e são mediados por diversos gêneros escritos, dentre os quais, podemos citar a petição inicial – “meio formal pelo qual o autor deduz em juízo uma causa fazendo assim nascer um processo” (TULLIO, 2012, p. 94) –, a carta de petição, a ação popular, o requerimento, a representação, o abaixo-assinado. Pode-se afirmar que esses gêneros compartilham pelo menos um dos seus propósitos comunicativos, dentro da esfera sociodiscursiva comum do Direito/sistema jurídico, qual seja, o de solicitar/pedir a defesa de direitos (de interesse particular ou geral) a um setor público hierarquicamente superior, já que “a existência de organizações sociais indica relações de poder e direitos de participação” (BONIFÁCIO, 2004, p. 75).

Além disso, os gêneros pelos quais se exerce o direito de petição compartilham os seus interlocutores, isto é, a pessoa individual ou coletiva, de um lado, e os poderes públicos e seus órgãos e autoridades, de outro. Saliente-se, também, no plano textual, o conteúdo temático, que abrange “reclamações ou queixas destinadas à defesa de seus direitos, da constituição, das leis ou do interesse geral” (BONIFÁCIO, 2004, p. 82); e o tom respeitoso segundo o qual o registro da linguagem deve ser elaborado, sendo redigidos de maneira lógica e compreensível (TULLIO, 2012). O que nos remete às formalidades do Direito, cujas diversas expressões frequentemente constituem “estereótipos normativos, uma vez que, fora dos seus contextos específicos e profissionais de uso, produzem ‘efeitos de verdade’, cujo poder argumentativo

reside no fato de já estarem cultural e ideologicamente cristalizados e universalmente aceitos” (MOZDZENSKI, 2008, p. 135-6).

Assim, dentro da esfera jurídica, todo indivíduo tem o direito de provocar o Estado ao se sentir lesado, e pode fazer isso, como visto, por meio desses gêneros, específicos para cada tipo de demanda. O termo *petição/peticionar* nesse sentido, portanto, está relacionado a uma propriedade jurídica de formulação escrita de pedido fundada no direito da pessoa, feita perante o juiz competente ou que preside ao feito (HOUAISS, 2001). Trazendo em sua definição a capacidade de interlocução direta entre o cidadão e o Estado/poder vigente, por iniciativa particular ou em conjunto; a petição abarca um caráter político fundamental.

No que diz respeito ao “expediente secular da coleta de assinaturas junto ao público em busca de influência sobre a esfera de decisão política” (GALVÃO, 2014), o termo *petição*, no caso das petições *on-line*, aparece como sinônimo de *abaixo-assinado*, podendo, ambos os termos, ser intercambiáveis (como verificamos em análises prévias (VITORINO, 2016)), evidenciando alguma falta de unidade quanto à nomeação do gênero (e sua funcionalidade?). No que tange a esta questão, estamos de acordo com Bazerman (2006), segundo o qual os gêneros são o que as pessoas reconhecem como tal em qualquer tempo, seja por nomeação, por institucionalização ou por regularização explícita. Já as características reconhecíveis, juntamente com as funções comunicativas ou atividades principais exercidas pelo gênero, são mais relevantes nesse reconhecimento.

Assim, considerando-se o direito de petição no domínio do jurídico, a partir do qual é possível localizar práticas discursivas que originam sistemas de gêneros, localizamos a petição *on-line* no interior de um sistema de atividade que favorece o exercício de tal direito, o qual imprime “rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder” (MARCUSCHI, 2008, p. 155). Ao mesmo tempo, inserida na esfera de circulação da internet, a qual imprime, também, seus traços, alguns aspectos institucionais da ordem do jurídico são postos em questão na medida em que as petições *on-line* não gozam de legitimação jurídica (TAGIAROLI, 2013), sendo reconhecidas menos como exercício da democracia direta do que como mais uma forma de expressão dos cidadãos (LUPION, 2013).

Acerca desse aspecto, concernente às questões de âmbito institucional e da legalidade, Galvão (2014), em parte de seu trabalho, aborda as possíveis distinções e semelhanças existentes entre as petições do âmbito público e as do setor informal de mobilizações, ou seja, aquelas que não possuem relação direta com governos ou parlamentares. Trazendo estudos dedicados à análise do peticionamento público digital, tradição em países europeus e nos

Estados Unidos, a despeito da insipiência dessa prática no Brasil, o autor destaca a petição *on-line* não governamental como uma ferramenta do ativismo digital e de protesto, que é “possivelmente um conjunto de atividades completamente diferente da participação organizada por instituições políticas” (PANAGIOTOPOULOS & ELLIMAN, 2012, apud GALVÃO, 2014, p. 98).

Isto é, as petições não governamentais, nosso objeto de estudo, são livres de requisitos procedimentais institucionalizados (e legitimados) por termos legais, enquanto as iniciativas do setor público são codificadas nesses termos de caráter formal. Resta saber se, do ponto de vista do cidadão, tal diferenciação é feita. Já que, no caso do Brasil, as ferramentas oficiais são praticamente inexistentes – Galvão (2014) cataloga apenas a plataforma do Senado, que possui um sistema de petições ainda inexpressivo –, acreditamos que talvez essa diferenciação não seja tão relevante para ser considerada do ponto de vista dos usuários, uma vez que suas demandas, em grande medida, encontram escape nos ambientes informais de peticionamento.

Porém, importa saber que tal *status* se reflete nas dificuldades de se obter resultados e decisões, uma vez que os “alvos” não estão legalmente obrigados a assumir posições: “Essa ausência de vinculação entre as petições e a decisão política faz com que as principais funções exercidas por sistemas assim, tomados genericamente, estejam mais relacionadas a ganhos menos objetivos, como agendamento de temas no sistema político, estímulo à participação, etc.” (GALVÃO, 2014, p. 100).

Centrada, portanto, no escopo de campanhas ativistas e de protesto, como já foi afirmado, a petição *on-line* não governamental favorece a reflexão sobre a participação política nos tempos atuais. De acordo com Aldé e Santos (2012, p. 19), petições são paradigmas das transformações do ativismo, as quais seguem uma “tendência dos movimentos na rede de desenvolverem dinâmicas de ‘onda’, atingindo rapidamente um grande público para depois manter apenas uma margem residual de interessados”. Com recursos que revitalizam e aumentam suas potencialidades, os quais trazem mais visibilidade e velocidade de circulação, e *sites* especializados na sua criação, hospedagem, manutenção, contagem de assinaturas etc., novos contextos para participar do debate de questões sociais e políticas são estabelecidos, e o alcance público real é garantido.

Com a facilitação do recolhimento de assinaturas em favor de uma causa, há uma canalização da expressão da opinião pública, o que dá acesso a ativistas e não ativistas, a políticos e não políticos, a um palco da mídia. Pode-se reivindicar apoio a diversas causas, desempenhando sua cidadania e participação política, elevando sua fala local para fora do seu

grupo geograficamente imediato e permitindo que se afilie a pessoas de interesses comuns, mas geograficamente separadas (BAZERMAN, 2006). É nesse sentido que Galvão (2014) e Aldé e Santos (2012) afirmam que o alcance transnacional, o imediatismo e a abrangência que tais iniciativas carregam são características importantes para um país grande como o Brasil.

Tamanha diversidade de causas é um dos aspectos que evidenciam a adaptação da participação política por meio da petição *on-line* aos novos tempos. Entretanto, é possível afirmar, de acordo com as diferenças dos modelos de participação em *sites* de produção de petições, classificados por Aldé e Santos (2012, p. 3), que essa diversidade de causas pode ser mais ou menos salientada conforme as características do modelo preconizado.

De forma geral, no tocante ao modelo, os sites de petições podem ser divididos entre os que fornecem as ferramentas necessárias para que qualquer pessoa faça suas próprias petições e os sites que produzem petições por iniciativa própria e conclamam as pessoas a participar da campanha de divulgação, sem prever a exposição de contrapontos ou propor discussões. Estas diferenças envolvem também a forma como o site espera se inserir no ambiente político, a estratégia adotada para que esta inserção ocorra e a visão que seus organizadores têm sobre a democracia.

Ou seja, ambientes como a plataforma do *Avaaz*, por exemplo, com uma proposta mais universal, cujas petições são produzidas por um corpo de ativistas profissionais, que atua em favor de valores próprios e “aprova determinado tipo de ações ou governos e reprovava outras” (ALDÉ & SANTOS, 2012, p. 10), favorecem uma diversidade de campanhas menor do que a de *sites* como o do *Petição Pública*, ferramenta à disposição de qualquer cidadão conectado, que abre espaço a um número cada vez maior de petições e, conseqüentemente, “pulverizam os apoios potenciais com campanhas, muitas vezes, redundantes. Assim, o número de acessos não necessariamente se converte em um grande número de assinaturas concentradas em uma mesma petição” (ALDÉ & SANTOS, 2012, p. 21).

Por outro lado, a variedade de causas das petições nos parece evidenciar que há demandas populares que não podem ser respondidas pela política partidária tradicional, uma vez que as instituições clássicas não têm capacidade de atender à diversidade social. Assim, “dos que, mundo afora, eram contra o bloqueio a Gaza aos moradores de um bairro que eram contra a demolição de uma escola. Dos que se dedicam à conscientização dos danos ambientais causados pela pecuária aos que buscam alguém disposto a adotar um cachorro lascado” (NOGUEIRA, 2013, p. 64), todos encontram meios na petição para expor sua indignação, buscar apoio, causar comoção, promover a mobilização, legitimar uma causa.

Além dos estudos já citados que se dedicam a analisar esse gênero, encontramos, em formato de artigos científicos²¹ produzidos, principalmente, nas áreas de Direito e de Comunicação Social, os trabalhos de Schieck (2009), Franceschetto (2013) e Raminelli (2014). Tais estudos se dedicam à observação das potencialidades da petição não governamental como ferramenta de expressão política, cidadã e democrática.

Algumas expressões utilizadas pelos pesquisadores para qualificar este gênero, coletadas nesses artigos, reconhecem nele ora certo caráter utilitário dentro do campo semântico da ação política, ora o veem como a própria ação: ‘um *movimento* que vem ganhando força no cenário das tecnologias digitais’ (SCHIECK, 2009); ‘*ferramenta* cidadã e democrática’, ‘um *exemplo* de ativismo digital na construção da ciberdemocracia’, ‘*instrumento* para a mobilização e luta por direitos coletivos’ (RAMINELLI, 2014); ‘*forma* de ativismo social’, ‘importantes *instrumentos* democráticos’, ‘*exemplo de participação* social na política’ (FRANCESCHETTO, 2013).

Essa dificuldade em distinguir o instrumento/ferramenta do movimento/exemplo de ativismo revela não só uma fragilidade conceitual mas, também, que os estudos de gêneros têm uma boa contribuição a dar a esses campos. Percebe-se, portanto, que há o interesse acadêmico de se voltar para o estudo desse objeto, porém não restam dúvidas de que há um vasto campo a ser explorado, principalmente pela linguística.

A ausência de estudos mais substanciais acerca da petição *on-line* está em detrimento dos espaços investigativos que ela abre enquanto fenômeno comunicativo fértil de produção e circulação textual. Os aspectos observados até aqui evidenciam que estamos diante de um gênero de ampla circulação e visibilidade públicas, utilizado como meio de expressão de dissenso e de paixões, de articulação de discussões e debates, e de alto poder argumentativo e persuasivo para a mobilização social em atos de lutas diversas e resistência ao poder vigente, que dá voz a grupos e a causas igualmente diversos e, muitas vezes, dissonantes. Aspectos que abrem espaço para o investimento em perspectivas e pontos de vista críticos na busca de sua descrição e entendimento. Assim, na esteira de também apresentarmos uma definição para o nosso objeto de estudo, caracterizamos a petição *on-line* não governamental como um gênero de e-participação política direta, inerente ao direito de petição, com o qual as pessoas se engajam em nome do exercício da cidadania.

²¹ Buscamos tais estudos por meio da ferramenta de buscas Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>), utilizando as palavras-chave: petição virtual digital online abaixo-assinado.

A abordagem sociorretórica a que nos propomos nesta tese, por sua vez, tem em vista o entendimento de como as pessoas usam a linguagem por meio dos gêneros textuais não só para persuadir, mas como forma de ação simbólica “para se relacionar umas com as outras, para gerar experiências e versões partilhadas da realidade social” (BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 256). Com a finalidade de ampliar esta e as demais questões postas até aqui sob o ponto de vista do gênero, na seção que segue buscamos construir um arcabouço teórico que embase a análise da petição *on-line*, a qual nos ajude a transitar pelos espaços em que se dão sua produção e circulação, desvendando as marcas deixadas por esses espaços e as possibilidades que as pessoas encontram nele (o gênero) para marcá-los.

3 SOBRE TEORIA DE GÊNERO: PRINCÍPIOS SOCIORRETÓRICOS E ANÁLISE CRÍTICA

Dado que o antagonismo é condição de possibilidade discursiva, e que aceitamos que a linguagem é profundamente dialógica, interativa e social (BAZERMAN, 2015), e que identidades, e a própria ideia de democracia, são moldadas no hibridismo, no pluralismo, na multiplicidade que subjaz as relações humanas (MOUFFE, 2003), como posto na seção anterior, encontramos em Miller (2009, p. 56) uma abordagem para retórica que valoriza a diversidade, a competição e o dissenso na sua definição.

Para essa autora, “a retórica em sua essência requer ambos, acordo e desacordo, compreensões partilhadas e novidade, premissas entimemáticas e afirmações contestadas, identificação e divisão [...]”. Evitando ver tais aspectos como desestruturantes para uma definição válida das noções que compõem as coletividades, Miller os trata como internos à construção da realidade, fator que favorece a inclusão do ‘outro’ na concepção dos elementos que compõem a prática discursiva e, juntamente, ressalta a importância das forças centrífugas advindas da “multiplicidade das comunidades nas quais e pelas quais qualquer pessoa pode se engajar” (MILLER, 2009, p. 57).

Assim, em vez de pacificar, homogeneizar e unificar, tal visão pertinentemente complexifica as operações retóricas de que nos ocupamos no dia a dia. Contudo, há, também, forças centrípetas que operam retoricamente em meio a tais disputas e que atuam para evitar que uma comunidade se dissipe; uma delas é o gênero. Como constituintes da sociedade, gêneros são aspectos principais da estrutura comunicativa, portadores de regras e recursos que fornecem “papéis reproduzíveis de falante e de ouvinte, tipificações sociais de necessidades sociais e exigências recorrentes, estruturas tópicas (ou ‘movimentos’ e ‘passos’) e modos de relacionar um evento a condições materiais, transformando-as em recursos” (MILLER, 2009, p. 52). Como nível analítico da linguagem, por sua vez, o conceito de gênero é útil para a compreensão do discurso das esferas que orientam a interação social, contribuindo para uma melhor apreensão de como as pessoas operam na sociedade e na cultura.

Em outras palavras, segundo Swales (2009), o trabalho do gênero é fazer a mediação entre situações sociais e textos, que respondem de forma estratégica às exigências dessas situações; já o trabalho dos analistas de gênero é rastrear as regularidades e irregularidades textuais e explicá-las em termos das circunstâncias sociais relevantes e pertinentes e das

exigências retóricas que eles engendram. Além disso, o potencial do estudo dos gêneros para a compreensão das relações e das ações sociais e ideológicas leva-nos a considerar seu papel preponderante na disseminação de informações, conhecimentos, desejos, insatisfações, indignações.

Assim, entendemos que, ao se engajar com a petição *on-line*, por exemplo, o sujeito estabelece pensamentos, externaliza e produz “sentimentos, esperanças, incertezas e ansiedades relacionadas ao ato de tornar-se uma presença visível naquele mundo, participante das atividades disponíveis” (BAZERMAN, 2006, p. 102). Além disso, ele passa a desenvolver e a se comprometer com identidades em construção na interação que ocorre dentro daquele domínio.

De acordo com Bazerman (2015), para explicar uma situação, o escritor se apoia em: juízos estratégicos, lugares de engajamento, ações eficazes, recursos, posições relevantes. Ou seja, em torno de um gênero e da produção de um texto há a mobilização de juízos estratégicos e de recursos que movem pessoas em lugares de engajamento para a realização de ações eficazes para a explicação de uma situação. Nessa rotina do texto, escolhas estão em função da definição de aspectos da situação e do objeto de interesse a serem constituídos/representados, destacando a mobilização de contextos e a maneira como o leitor será tocado. Por meio do texto, o produtor cristaliza essas e outras esferas envolvidas na comunicação, de modo dinâmico, com vistas ao engajamento com o outro. Sendo reconhecível e significativa, a forma textual permite dar sentido ao que o escritor faz, a fim de agir apropriadamente na situação.

Diante de tais possibilidades amplas de compreensão abertas pela perspectiva de análise de um gênero, nesta seção, expomos os fundamentos teóricos dos estudos de gênero que nos orientam no desenvolvimento dos objetivos propostos e na busca de respostas às questões impostas pelo nosso objeto de pesquisa. Para tanto, iniciamos com as definições centrais que norteiam o estudo dos gêneros textuais na perspectiva a ser seguida por nós, identificando-as como fator preponderante na aproximação entre as tendências de que lançamos mão nesta investigação. Em seguida, apresentaremos os principais conceitos e ferramentas analíticas dos estudos de gêneros que orientaram a análise.

3.1 APROXIMANDO ABORDAGENS NA ANÁLISE DE GÊNEROS

Como é amplamente sabido, os muitos fatores envolvidos na produção e processamento de gêneros fizeram emergir inúmeras perspectivas para sua abordagem, quer seja na pesquisa ou no ensino (Cf. BAWARSHI & REIFF, 2013; MOTTA-ROTH, 2008; MEURER, BONINI & MOTTA-ROTH, 2005; BHATIA, 2004; BAZERMAN, BONINI & FIGUEIREDO, 2009). Bhatia (2009; 2012) e Swales (2009a) destacam três principais abordagens desenvolvidas pelo mundo: a escola australiana sistêmico funcional, a tradição americana dos estudos retóricos (ERG), e a corrente britânica conhecida como ESP – Inglês para Fins Específicos, na sigla em inglês.²²

Tais abordagens criaram “um rico aparato teórico interdisciplinar que convida ao debate sobre práticas discursivas a partir do conceito de gênero” (MOTTA-ROTH, 2008, p. 349). Entretanto, conforme Swales (2009a, p. 4), o início deste século vem presenciando uma fusão no movimento que envolve o gênero, ou seja, “as divisões entre as três tradições tornaram-se muito menos acentuadas – mesmo se elas não tenham desaparecido completamente”.

Assim, embora tendamos, nesta tese, a desenhar um enquadre teórico mais alinhado com a perspectiva dos ERG – destacando o seu apreço pela investigação da ligação entre linguagem e vida, entre os enunciados concretos e as várias esferas da atividade humana, cujas descrições se reportam para as interações que cercam a produção dos textos, e para os textos e seus autores dentro de seu contexto sociohistórico local, na tentativa de visualizar a complexa dinâmica entre o social e o textual, bem como entre o individual e o coletivo (FREEDMAN, 2008) –, nos alinhamos à inclinação de aproximação entre perspectivas na medida em que, guardadas as devidas pertinências, não nos esforçamos para distinguir e/ou reivindicar fronteiras entre teorias e conceitos. Lançando mão, portanto, de aportes que nos pareçam adequados para o desenvolvimento dos nossos objetivos de pesquisa.

Nesse “movimento de assimilação de pontos de vista” (SWALES, 2009a), embora o foco de interesse mude dentro das tendências, há um ponto em comum: “a análise de textos, em seu conteúdo temático, organização retórica e formas linguísticas, em função dos objetivos comunicativos compartilhados por pessoas envolvidas em atividades sociais, em contextos culturais específicos” (MOTTA-ROTH, 2008, p. 343). Na mesma direção, para Bhatia (2009, p. 161), os aspectos convencionais comuns que embasam a análise de gêneros

²² Não é nosso interesse discutir cada tendência nem apresentar o histórico do desenvolvimento da pesquisa em gêneros nesta tese.

hoje são: a) a recorrência de situações retóricas; b) os propósitos comunicativos compartilhados; e c) as regularidades de organização estrutural.

Nessa esteira, Bezerra (2015), discutindo as propostas que mapeiam e categorizam os estudos de gênero pelo mundo, a fim de problematizar a possibilidade de classificação de uma ‘síntese brasileira’ destes como um modelo teórico uniforme e único identificado por Bawarshi e Reiff (2013), aponta para a tendência, no Brasil, de perspectivas mais ecléticas nos diálogos teóricos produzidos. Isto é, semelhantemente ao que Swales (2009a) chama de ‘assimilação de pontos de vista’ quando se refere às fronteiras existentes entre as abordagens de gênero feitas atualmente pelo mundo, o autor ressalta que o panorama de pesquisa em gêneros brasileiro é altamente complexo e diverso, combinando perspectivas específicas e diferenciadas, capaz de dar a ver “muitas ‘sínteses’ possíveis [...], ampla e abrangente o bastante para fazer justiça a tudo que se faz quando se faz pesquisa sobre gêneros no Brasil” (BEZERRA, 2015, p. 8).

Exemplo de tais “possibilidades de síntese” é a combinação de perspectivas que deriva a denominação “sociorretórica”. De acordo com Bezerra (2015, p. 12), a junção do aparato teórico fornecido pelas abordagens ESP mais ERG “tornou-se tão comum no Brasil que os pesquisadores nacionais chegaram a cunhar um termo específico para designar essa junção: a perspectiva ‘sociorretórica’”. Entretanto, o mesmo termo também é aplicado para referir tanto estudos em ESP como em ERG isoladamente, e, também, os estudos dos autores John Swales, Vijay Bhatia, Charles Bazerman e Carolyn Miller, dados os laços teóricos que os unem, pautados na Nova Retórica, na compreensão funcional de texto e em posições etnográficas de pesquisa, por exemplo.

Assim, tendo em vista o enquadre teórico em que estão localizados esses autores e seus respectivos interesses de pesquisa, é possível situá-los no escopo que toma o gênero como retórica, uma vez que, para eles, o gênero é parte de uma situação sociorretórica e emerge como resposta a propósitos postos socialmente e a exigências contextuais.

Diante do potencial de englobar tais campos e autores (e a sua combinação), e não encontrando ponto contraditório capaz de inviabilizar um diálogo produtivo entre estes, nem sua classificação em conjunto, assumimos tal nomenclatura para a referência aos estudos supracitados, e, sobretudo, assumimos a tendência ao diálogo eclético, interdisciplinar e amplo em nossa pesquisa, a fim de torná-la mais fértil – aliando, ainda, a Análise Crítica de Gêneros (ACG), outro campo distintivo da pesquisa feita no Brasil (BEZERRA, 2015), como será visto mais à frente nesta seção.

Assim, concentrando-nos muito mais nas convergências do que nas discordâncias de pontos de vista, na abordagem do nosso objeto de estudo, invocamos conceitos e “percursos” voltados para os traços textuais do nosso objeto, os quais devem contribuir com a ampliação do nosso escopo. Porém, tomando tais traços como respostas fruto de uma situação, e não como fins em si mesmos. Portanto, uma vez que, segundo Freedman (2008), os ERG não permitem que se lance um olhar para as entidades materializadas, já que não favorecem o uso de taxonomias que enfocam apenas os textos, privilegiando a investigação mais contextual, pretendemos elaborar uma descrição o mais abrangente possível do gênero petição *on-line* e de sua configuração sociodiscursiva.

Além disso, tendo em vista que a ênfase na forma descarta a crítica na avaliação de um *corpus*, lançamos mão do ponto de vista crítico da ACG, a fim de incluir aspectos relacionados a ideologias, identidades e relações de poder incorporados e reproduzidos pelo gênero por meio de tais padrões e traços. Ou seja, a perspectiva desenvolvida por Swales (1990; 2009) e Bhatia (2004) – identificados como o campo de investigação do ESP –, entre outros aspectos, deve nos ajudar a levar em conta na descrição da petição *on-line*: a) os *propósitos comunicativos* que o gênero realiza e que, mutuamente, o constituem; e b) a estrutura esquemática do gênero, caracterizada pelos *movimentos retóricos* realizados, voltando-se “para o exame dos aspectos textuais e linguísticos (estilo, tom, voz, gramática, sintaxe) que os movimentos retóricos realizam” (BAWARSHI e REIFF, 2013, p. 67), realizados dentro do espaço textual do gênero. A análise crítica, por sua vez, deve orientar-nos a questionar os usos que se fazem dos gêneros, nas esferas de produção, circulação e consumo do gênero.

A seguir, delineamos o campo dos Estudos Retóricos de Gêneros na abordagem, principalmente, de Miller (2009) e de Bazerman (2006), salientando nosso intuito de reforçar nosso quadro teórico de análise dentro de uma noção retórica de gênero como forma de agir socialmente.

3.1.1 Ação social e gênero na abordagem dos estudos retóricos

Segundo Artemeva (2008), o desenvolvimento dos Estudos Retóricos de Gênero como abordagem teórica foi iniciado com a concepção de gênero como ação social, proposta por Miller ([1984] 2009). O foco do estudo do gênero na ação social que o realiza permite que se reconheçam inúmeros aspectos ligados ao seu “alto poder preditivo e interpretativo das ações

humanas em qualquer contexto discursivo” (MARCUSCHI, 2010, p. 19). Além disso, reconhece-se o seu papel tanto na organização como na geração de textos e de ações, numa complexa e dinâmica relação recíproca (BAWARSHI & REIFF, 2010). Gêneros são, agora, *constitutivos* da atividade humana, tornando-a possível por suas convenções ideológicas e retóricas. Outro fator importante dessa abordagem é que, de acordo com Artemeva (2008), ela nos oferece uma perspectiva social no modo como os indivíduos aprendem e usam os gêneros.

Ao definir gênero como “ação retórica baseada em situações recorrentes”, Miller ([1984] 2009) muda o foco do estudo das características linguísticas dos gêneros para as ações realizadas por meio deles; dos requisitos formais para os fins sociais. A partir daí gêneros vão ser definidos *não só* por características tipificadas *como também* por ações tipificadas que eles fazem acontecer. Assim, o gênero é considerado como ação social, compreensão que está atrelada a um posicionamento teórico-metodológico específico, o qual não deve se furtar a ver o gênero como: i) modos tipificados de agir em situações recorrentes; ii) artefatos culturais que dizem muito sobre como determinada cultura configura situações e modos de agir; iii) objetos culturais complexos; iv) formas de cognição situada (BAWARSHI & REIFF, 2013).

Além da (re)concepção de gênero como ação social de Miller, outro ponto de convergência entre os estudos de gênero de orientação retórica são os trabalhos desenvolvidos pelo russo Mikhail Bakhtin e seu círculo, que contribuiram com as noções de endereçamento e de enunciação, bem como com a discussão da flexibilidade dos gêneros e da natureza dialógica da linguagem. De acordo com Bawarshi (2003, p. 32), “ao afirmar que gêneros medeiam todas as atividades comunicativas, Bakhtin dá, talvez, o mais significativo passo para a visão de gênero como ação social, não apenas literária”. Nas palavras de Artemeva (2008, p. 17),

As ideias de Bakhtin têm aprimorado nosso entendimento do enraizamento social dos gêneros dentro de comunidades de usuários da língua. Centrais, portanto, para o entendimento de aspectos sociais dos processos de escrita. Descrevendo a fala de um indivíduo como sempre situada dentro da fala de outros, ele salienta a importância do reconhecimento da pluralidade dos falantes para se examinar o uso da linguagem como comunicação. Todo enunciado, simultaneamente, responde a enunciados passados e antecipa enunciados futuros.

Desta feita, é enfatizado o postulado do caráter dialógico da linguagem – grau em que textos individuais atuam como *links* entre textos prévios e uma inevitável resposta de outros – o qual integra um componente social à definição de gênero, visto como não isolado da

atividade social, mas atuando como uma resposta aos enunciados precedentes em uma dada esfera comunicativa (VITORINO, 2011). Assim, indissolivelmente vinculada ao conceito de interação, a concepção dialógica propõe “que a linguagem (e os discursos) têm seus sentidos produzidos pela presença constitutiva da intersubjetividade (a interação entre subjetividades) no intercâmbio verbal” (SOBRAL, 2009, p. 32). Nesse sentido, gêneros tornam-se parte de ambos: de nossas experiências e de nossa consciência, mediando as reverberações dialógicas que compõem a interação comunicativa.

Essa dinâmica dialógica se reflete na flexibilidade de usos do gênero nas situações comunicativas diárias. Isto é, para acompanhar as constantes mudanças do mundo, tanto das suas condições materiais como das percepções individuais ou coletivas dos atores sobre ele (o mundo), os tipos produzidos devem passar por constantes mudanças. Daí os estudos de base retórica assumirem a dinamicidade e plasticidade dos gêneros como propostas por Bakhtin. Ao conceber a relativa estabilidade do gênero, o autor destaca tanto os traços que o identificam como tal, como as constantes transformações que o acompanham, em diferentes ritmos e níveis, a depender do gênero. Nessa perspectiva, conforme Sobral (2009, p. 117-8), “o gênero traz o *novo* (a singularidade, a impermanência) articulado ao *mesmo* (a generalidade, a permanência), porque não é uma abstração normativa, mas um vir-a-ser concreto cujas regras supõem uma dada regularidade e não uma fixidez”

Em outras palavras, como formas retóricas relativamente estáveis que são desenvolvidas a partir da resposta dos atores às situações recorrentes, os gêneros servem para estabilizar a experiência e dar a ela coerência e sentido (BERKENKOTTER & HUCKIN, 1995). Assim, gêneros mudam ao longo do tempo em resposta às necessidades sociocognitivas dos usuários, ou seja, “gêneros mudam, evoluem e se deterioram” (MILLER, 2009, p. 41).

Gêneros são a armação intelectual na qual a comunidade baseada em conhecimento é construída. Para ser completamente efetivo nesse papel, o gênero deve ser flexível e dinâmico, capaz de se modificar de acordo com as exigências da situação retórica. Ao mesmo tempo, contudo, ele deve ser estável para capturar aqueles aspectos da situação que tendem a recorrer. (BERKENKOTTER & HUCKIN, 1995, p. 24)

Acerca da *situação retórica*, construto social resultado de “um processo de interpretação de situações com base em esquemas ou situações sedimentadas na língua de forma típica” (REINALDO, 2010, p. 166), é importante, para Miller, destacar a sua recorrência. Já em termos de *recorrência*, alerta a autora, deve-se entender tal aspecto não de

maneira materialista, factual, pois, assim como a enunciação, a situação objetiva é única. A recorrência da situação retórica deve ser entendida como sendo comparável, similar, a outra situação:

O que recorre não pode ser uma configuração material de objetos, eventos e pessoas, tampouco pode ser uma configuração subjetiva, uma ‘percepção’, porque essas também são únicas de momento a momento e pessoa a pessoa. A recorrência é um fenômeno intersubjetivo, uma ocorrência social e não pode ser entendida em termos materialistas. (MILLER, 2009, p. 30)

Usamos nossos conhecimentos prévios para assimilar situações novas por meio do processo de tipificação, ou seja, “o novo é tornado familiar através do reconhecimento de similaridades relevantes; aquelas similaridades se constituem como um tipo” (MILLER, 2009, p. 30-1), compartilhado entre os participantes da situação, fruto de convenções sociais. Um novo tipo situacional surge quando, pelos tipos já existentes, não conseguimos determinar uma nova situação. Assim, baseamo-nos no já conhecido, tipificando as situações conforme recorrem, possibilitando o controle dos estados de coisas. Para Miller, o entendimento da tipificação da situação é importante porque evidencia como a ação humana depende de classificações.

As tipificações se relacionam de maneira fundamental com as situações e se baseiam na experiência e na premissa de que o que funcionou anteriormente em dada situação deverá funcionar novamente noutra. As tipificações são parte do que Schutz chama de nosso conhecimento habitual; são categorizações rotineiras e socialmente disponíveis de estratégias e formas de reconhecimento e ação em situações familiares. (BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 91)

Por esse entendimento, Miller reconhece a construção social da recorrência, numa relação entre situações e respostas mediada pelos gêneros (BERKENKOTTER & HUCKIN, 1995). Ainda, o número de situações materiais diferentes com que podemos nos deparar é potencialmente infinito, porém, os tipos situacionais parecem limitados. Assim, o que recorre não é a situação factual, mas a nossa interpretação compartilhada de um tipo via tipificações disponíveis. Tais tipificações são reconhecidamente os gêneros textuais. A autora estabelece, desse modo, a situação retórica como sendo um construto social, ressaltando que “a comunicação bem sucedida requer que os participantes compartilhem tipos comuns; isso é possível na medida em que os tipos são criados socialmente (ou são biologicamente inatos)” (MILLER, 2009, p. 31).

Ligado ao conceito de situação retórica recorrente está o de *exigência*. De acordo com Bazerman (2015, p. 85), “uma situação só vem à consciência e toma forma a partir da percepção de uma exigência”. Para Miller (2009), a exigência está no centro da situação e o seu estudo pode revelar muito sobre o caráter de uma cultura ou de um período histórico. Isto é, tal noção, enquanto motivo social, está relacionada a condições materiais, conhecimentos e percepções sociais disponíveis, bem como ações retóricas conjuntas típicas disponíveis em um dado momento da história e da cultura.

De natureza psicológica, no sentido de que é entendida como “uma interpretação mútua de objetos, eventos, interesses e propósitos que não somente os ligam entre si, mas também o fazem ser o que são: uma necessidade social objetificada” (MILLER, 2009, p. 32), a exigência diz sobre o momento de ‘fazer’ pela linguagem. “Só coisas que notamos e interpretamos como tendo consequências para nós nos incitam a pensar se poderiam ser melhoradas por meio de nossa criação via linguagem” (BAZERMAN, 2015, p. 86). Esse elemento da análise sociorretórica favorece a explicação acerca das motivações emergentes e dos dispositivos materiais disponíveis e conhecimentos partilhados socialmente que motivam o engajamento dos participantes com o gênero petição *on-line*, respondendo à questão *por que os usuários escrevem o que escrevem, sobre o que escrevem e da maneira que escrevem por meio desse gênero?*

Ainda, no dizer de Bazerman (2015, p. 97):

Qual o atrativo, qual a imperfeição, quais os meios eficazes à mão, qual o momento certo, qual é o público? E depois, como podemos envolver os leitores no mesmo senso de exigência e de situação que percebemos, para que julguem nossos comentários apropriados e dignos de atenção, para que achem graça em nosso humor?

Essas questões adicionam novas dimensões à estratégia da retórica, inicialmente concebida em um mundo de interações face a face, onde os fatos sociais tomaram forma no aqui e agora do alinhamento mútuo no momento.

Por fim, como formas típicas de enunciados, “os gêneros estão dialogicamente relacionados com outros gêneros e adquirem sentido na interação com eles” (BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 110). Segundo Bazerman (2006), gênero é elemento importante na estrutura comunicativa da sociedade, e cada texto, encaixado em atividades sociais estruturadas, é dependente de textos anteriores que influenciam a atividade e a organização social. Por refletir tantos aspectos da interação comunicativa, os conceitos abordados até aqui são diferenciais no entendimento do gênero como essencial dentro da totalidade da ação social.

É segundo essa perspectiva que se afirma que o foco da investigação dos estudos retóricos de gênero recai sobre as interações entre textos e contextos concretos reais; vendo-o como mais do que uma ‘ferramenta comunicativa’ situada em contextos sociais, mas sim como mediador de práticas, interações e realidades simbólicas situadas. Nesse sentido, é muito importante que os gêneros sejam estudados em seu contexto social de uso, como forma de se alcançar uma parte importante de suas ações, e de compreender o seu papel desempenhado “na maneira como os indivíduos experimentam, constroem e se engajam em práticas sociais e núcleos de atividades” (BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 81).

3.1.2 A perspectiva crítica na análise dos gêneros

Segundo Motta-Roth (2008), o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 marcam uma terceira fase dos estudos da linguagem, em que o conceito de gênero ganha centralidade e aspectos contextuais são enfatizados em sua análise, na qual a autora aponta para uma maior referência aos estudos de Mikhail Bakhtin e de Norman Fairclough. Bhatia (2004, p.12) identifica essa fase como “contextualização”, distinguindo-a da “textualização” e da “organização”, em que se verificam diferentes focos nas abordagens do gênero, e seu conceito é “cada vez mais expandido para além dos limites do léxico e da gramática, para abarcar o contexto social, o discurso e a ideologia” (MOTTA-ROTH, 2008, p. 351).

Aspectos sócio-cognitivos e históricos, noção de linguagem como interação social, bem como análises críticas, multidimensionais e multi-perspectivas (BHATIA, 2004), são contemplados pelas diferentes abordagens, que passam a considerar condições de produção, distribuição e consumo dos textos, momento histórico, finalidades, propósitos, organização dos grupos sociais, ideologias, relações de poder etc., postos como constituintes dos e constituídos pelos gêneros na interação. Agora, por se tratarem de instituições muito mais ideológicas e conceituais do que neutras e fixas, os gêneros possibilitam o acesso às diversas áreas da atividade comunicativa humana, o que leva o foco de sua análise para o social.

Nesse contexto, recebe destaque a influência da Análise Crítica do Discurso, no viés desenvolvido por Fairclough (2001) na pesquisa com os gêneros. Interessada nas condições sociais do discurso, tal corrente aponta para a conscientização dos efeitos sociais dos textos e para as mudanças sociais que podem ser promovidas por meio da superação das relações assimétricas de poder parcialmente sustentadas pelo discurso. Para tanto, Fairclough (2001) se pauta “primeiro, em uma visão científica de crítica social, segundo, no campo de pesquisa

social crítica sobre a modernidade tardia e, terceiro, na teoria e na análise linguística e semiótica” (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 23).²³

Reivindicada por Bhatia (2004; 2008), a análise crítica de gêneros tem sido desenvolvida pelo autor e tem tomado contornos específicos no enquadre da pesquisa no Brasil (MOTTA-ROTH, 2008; BEZERRA, 2015). Interessado nesse componente crítico, o autor defende que uma noção de análise crítica de gênero se baseia em analisarem-se aspectos ligados ao contexto de uso do gênero, na tentativa de estabelecer um *link* entre as práticas discursivas (construir, interpretar e usar gêneros) de uma comunidade profissional específica e a prática profissional (BHATIA, 2008). Nesse sentido, centrado no seu campo de investigação, os contextos profissional e acadêmico, o autor se empenha em fazer a teoria de gêneros desenvolvida por ele (ESP) ir além da análise dos aspectos léxico-gramaticais e de organização do gênero, a partir da combinação com a Análise Crítica do Discurso baseada em Fairclough (BEZERRA, 2015).

De acordo com Bawarshi e Reiff (2013), a análise baseada em traços e convenções recorrentes nos textos, feita em ESP, não é capaz de desenvolver o conhecimento inter e extratextual para o desempenho genérico, fator pelo qual a abordagem costuma ser criticada. Além disso, a consideração dos contextos de ação comunicativa e o fato de se tomar o gênero acima das relações sociais são mais um aspecto trazido pelos autores para distinguir ESP e ERG:

Embora tanto os pesquisadores de ESP como os de ERG reconheçam a relação dinâmica entre textos e contextos, e embora ambos reconheçam os gêneros como ações retóricas e linguísticas situadas, os ERG tendem a compreender os gêneros não só como situados em contextos como as comunidades discursivas²⁴, mas

²³ A ACD se desenvolveu em duas principais linhas teóricas, as quais são norteadas por conceitos distintos que necessitam ser tomados em conta, e cujos principais nomes são Teun van Dijk e Norman Fairclough. A primeira linha está fundamentada na linguística textual, na psicologia cognitiva e na sociocognição. A segunda, na linguística sistêmico-funcional, na noção de ordem do discurso de Foucault e no conceito de ideologia marxista. Sobre os desenvolvimentos da Análise Crítica do Discurso, Cf. Resende e Ramalho (2006), Dijk (2008), Meurer (2005).

²⁴ O conceito de comunidade discursiva é caro para os estudos em ESP, e parece, segundo Bawarshi e Reiff, ser um fator limitante para uma análise contextual como proposta por Bhatia (2004). A este respeito, a noção de comunidade retórica (MILLER, 2009) nos parece ser uma alternativa para o tratamento do gênero fora do ambiente acadêmico/profissional, já que, em contraste com o caráter taxonômico e relacional da noção, Miller supõe um caráter ‘virtual’, e conceitua: “Uma comunidade retórica, proponho eu, é apenas essa tal entidade virtual, uma projeção discursiva, um construto retórico. É a comunidade tal qual é invocada, representada, pressuposta ou desenvolvida no discurso retórico.[...] As comunidades retóricas ‘existem’ nas memórias humanas e nas suas instanciações específicas em palavras: não são inventadas do zero, mas persistem como aspectos estruturadores de todas as formas de ação socioretórica.” (MILLER, 2009, p. 55). Assim, comunidades não são algo homogêneo, uniforme. Elas nascem no caos que é a relação comunicativa. Um gênero encontra uma audiência que, por sua vez, cria a comunidade. A ideia de comunidade retórica esclarece melhor o que

também como constitutivos desses contextos – como mundos simbólicos que os leitores e escritores coconstroem e habitam [...] em geral, no estudo dos gêneros em ESP o contexto é usado para compreender textos e propósitos comunicativos, enquanto nos estudos retóricos de gêneros os textos são usados para estudar contextos e ações sociais – em particular, de que modo os gêneros medeiam ações simbólicas situadas” (BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 76-7).

Assim, tendo em vista que os ERG oferecem contornos teóricos para a investigação mais centrada no usuário e no contexto, e que, de acordo com van Dijk (2008, p. 114):

A Análise Crítica do Discurso não é, na verdade, uma diretriz, uma escola nem uma especialização semelhante a tantas outras “abordagens” nos estudos discursivos. Antes, a ACD objetiva oferecer um “modo” ou uma “perspectiva” diferente de teorização, análise e aplicação ao longo de todos os campos.

Entendemos a perspectiva crítica de análise de gêneros como um *ponto de vista teórico*. Nesse sentido, de acordo com Silva e Ramalho (2008, p. 19, grifos no original), com base na Análise Crítica do Discurso é possível ver o gênero como ação social a partir de uma perspectiva segundo a qual tais ações são “modos recorrentes não só de ‘agir e se relacionar com os outros’, mas, sobretudo, de ‘agir sobre os outros’, o que pressupõe relações de poder”.

Assim, defendemos a presença da ACD nesta pesquisa como um posicionamento frente às questões da linguagem e ao fenômeno de gênero como elemento dos processos sociais, a qual oferece não só suporte teórico-metodológico, mas, sobretudo, permeia nosso modo de olhar o texto, sob uma abordagem multidisciplinar de estudo da linguagem, e reforçando a compreensão de que linguagem enquanto prática social é representação dos tipos de relação que são estabelecidas no mundo, é instrumento de poder e controle e é construção social da realidade.

A nosso ver, esse tipo de reflexão perpassa o posicionamento de Bhatia (2004; 2008) quando ele busca “um modo de ‘desmistificar’ as práticas profissionais por meio dos gêneros” (BHATIA, 2012, p. 23), e reclama a urgência de uma abordagem multidimensional para a análise de gêneros, a qual integra perspectivas e dimensões em favor de uma análise crítica, cuja investigação deve ser centrada em como a “integridade do gênero” (conferida pelo conhecimento convencional que o baseia) é negociada e explorada para servir a intenções ocultas das corporações.

Procuramos integrar nesta tese as perspectivas até aqui abordadas, no que diz respeito ao tratamento das questões da ciência política, da e-participação e das suscitadas pelo gênero

pretendemos caracterizar, ou seja, o nexu virtual que existe entre as audiências, não necessariamente ligadas por princípios, normas e crenças, como nas comunidades acadêmicas que Swales (1990) descreve.

em si com a finalidade de desenhar esse enquadre multidisciplinar necessário à pesquisa em gêneros textuais a partir de uma visão crítica. Além disso, a análise multidimensional e multiperspectiva proposta por Bhatia, por sua vez, integra abordagens como a etnográfica, que permite ir ao coração de “lugares críticos de engajamento” através de “narrativas vivas” de *experts* e profissionais experientes, a perspectiva sociocognitiva, “que encorajará a interpretação do comportamento da audiência especialista e não especialista”, a institucional, a textual etc. (BHATIA, 2008, p. 176), como será visto a seguir.

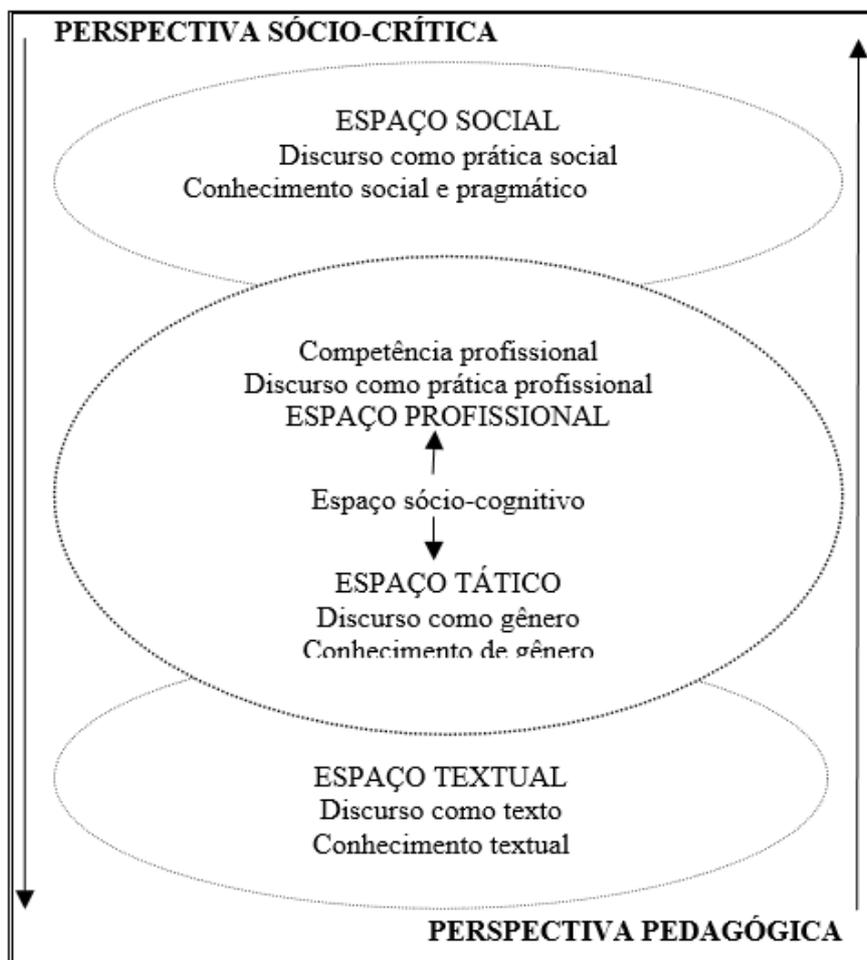
3.2 DA ANÁLISE TRIDIMENSIONAL À MULTIDIMENSIONAL

Nossa análise sociorretórica de viés crítico se fundamenta na proposta de Bhatia (2004), denominada pelo autor de *abordagem multidimensional e multiperspectiva* para a análise de gênero do discurso escrito. Tal proposta baseia-se em vários tipos de dados analíticos, por meio dos quais fornece elementos para a inserção do contexto social ou profissional em que o gênero circula, da ação social que representa, e da cultura institucional, social ou profissional que invoca quando construído ou interpretado.

Neste quadro analítico, são combinados os conceitos que orientam a análise do discurso escrito (gêneros) a partir da reflexão do seu desenvolvimento ao longo do tempo. Isto é, discurso como texto, discurso como gênero, discurso como prática profissional, e discurso como prática social, postos ao longo dos espaços textual, socio-cognitivo (que engloba o espaço tático e o profissional) e social:

A história da análise do discurso escrito apresentada aqui tem sido uma jornada através de várias concepções de espaço: começando no início dos anos 1960 com o espaço textual; e então, sob a influência da teoria dos atos de fala, da etnografia da comunicação, da análise da conversação, da psicologia cognitiva e pragmática, e, também, pelo interesse no ensino e aprendizagem de Inglês para Fins Específicos (ESP) e comunicação profissional, movendo-se para o que poderia ser identificado genericamente como espaço socio-cognitivo (tático, assim como profissional); e, finalmente, pela influência crescente dos conceitos socio-críticos, movendo-se para o espaço social. (BHATIA, 2004, p. 18)

O esquema a seguir representa tal quadro analítico:



Esquema 2: Análise multidimensional de Bhatia (2004, p. 19)
Tradução: Bezerra (2006, p. 58)

Nota-se, no esquema de análise de Bhatia (Esquema 1), o diálogo com o campo disciplinar da ACD e, por sua vez, com a concepção tridimensional de análise de Fairclough (2001)²⁵, a qual inclui as práticas em torno da linguagem como pertinentes às práticas sociais, cognitivas e materiais, ampliando em várias dimensões o estudo do gênero. Assim, o *espaço social* é visto como uma dimensão do evento discursivo; o *espaço socio-cognitivo* é extensivo à prática discursiva – relacionada à prática profissional, envolvendo o conhecimento (*expertise*) profissional, e permeada por seus processos de produção, distribuição e consumo do texto particulares –; e o *espaço textual*, mediado em relação ao primeiro espaço pelas práticas discursivas.

²⁵ De acordo com Motta-Roth (2008, p. 354), a Análise Crítica do Discurso de Fairclough “se faz sentir em vários recantos dos estudos da linguagem”. O trabalho deste autor é caracterizado, principalmente, pelo modelo tridimensional, no qual são consideradas três dimensões do discurso passíveis de análise, quais sejam a *prática social*, o *texto* e a *prática discursiva*, que faz a mediação das duas primeiras e envolve processos socio-cognitivos de produção, distribuição e consumo do texto, além de “processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares” (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 28).

Observando-se o esquema, é possível perceber que, quanto mais se afasta da noção formal de texto, mais a análise se aproxima do espaço social e do entendimento de discurso enquanto prática social. Compreendido dessa maneira, o uso da linguagem (por meio dos gêneros) é um modo de ação situado sócio, cultural e historicamente, “constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e de crença” (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 26), constituindo e sendo constituído pela estrutura social.

O que ressaltamos, contudo, é que, para Bhatia, o conhecimento do gênero se encontra mais próximo do conhecimento textual, o que justifica seu o enfoque dado às categorias textuais, a compreensão de gêneros como ferramentas comunicativas, e a preocupação mais pedagógica do campo do ESP. Enquanto que, nos estudos em ERG há o entendimento de gênero como ação social, o que aproxima sua análise mais do conhecimento pragmático e social, localizando o gênero no *espaço social* dentro do contínuo de Bhatia (2004). Nesse entender, a relação entre linguagem e sociedade é interna e dialética, por isso o gênero está dentro, mediando ações simbólicas no espaço sociodiscursivo, ele é a própria ação social, não apenas uma forma de ação comunicativa.

Na perspectiva apresentada por Bhatia há uma dupla orientação na condução da análise, que pode partir tanto de cima para baixo, como de baixo para cima. Isto é, pode-se partir tanto do espaço social para alcançar o espaço textual, numa perspectiva mais pedagógica, como no sentido contrário, numa perspectiva mais socio-crítica. Ambas as orientações devem ser perpassadas pelo espaço socio-cognitivo da prática discursiva (profissional, nesse caso). Como o nosso interesse é menos pedagógico e mais socio-crítico, empreendemos um movimento ascendente de análise com fins na compreensão da prática social e como esta é constituída pela prática discursiva (e como a constitui), por meio da observação do gênero como ação social, e deslocando sua análise em função do contexto.

No entanto, ressaltamos que a abordagem de Bhatia não é compreendida de um modo hierárquico, como pode parecer. Vemos as dimensões da análise diluídas uma na outra, as quais, conforme os objetivos que se desenham na pesquisa, podem receber maior ou menor ênfase. Desse modo, uma vez alocados no *continuum* de análise multidimensional, os conceitos que fornecem os dados para descrição e análise da petição *on-line* visam às práticas discursivas e sociais, partindo do espaço textual, como uma forma de marcar o caráter crítico da nossa abordagem. Para tanto, tomamos como ferramenta para a construção dos dados da pesquisa em torno da ação do gênero a contribuição de Paré e Smart (1994), os quais definem o perfil distintivo do gênero a partir de quatro regularidades observáveis, postas a seguir.

3.2.1 Percorrendo as dimensões de estudo do gênero: categorias para descrição e análise de sua ação

Assim como Bhatia (2004), Paré e Smart (1994, p. 128) estão preocupados em examinar a escrita no local de trabalho. Sua definição é interessada em ajudar os pesquisadores a explorar “uma gama de ações sociais que constituem as estratégias retóricas repetidas das organizações, ou gêneros”. Tal definição oferece um caminho para a análise do gênero em termos de textos, papéis e relações entre participantes. Nesse contexto, respondendo à questão “Quando concebidos como ação social, o que, além dos textos, constituem elementos observáveis do gênero?” (p. 122), os autores estabelecem quatro dimensões de regularidades: a) as dos recursos textuais; b) as dos processos de composição envolvidos na criação desses textos; c) as das práticas de leitura usadas para interpretá-los; d) as dos papéis sociais cumpridos pelos escritores e leitores.

a) os *recursos textuais*. Nível voltado para as regularidades observáveis no espaço textual, as quais envolvem a análise da superfície do texto baseada em um *corpus*, dentro das convenções e práticas genéricas. Tem-se, assim, *movimentos retóricos* particulares (práticas de citação, apelos a autoridades, padrões de causalidade e de comparação, exemplificação, definição e outros); *padrões organizacionais na estrutura* (sumário, introdução, recomendações, conclusões etc.) – aspectos léxico-gramaticais, no dizer de Bhatia (2004); e *estilo* (tamanho de sentenças e de parágrafos, uso de voz ativa e passiva, referências a si e aos leitores, termos técnicos, tom etc.). Conforme Paré e Smart, algumas tentativas de organização e padronização de características dos textos, estrutura, movimentos retóricos e estilo podem ser codificadas em guias e manuais, ou podem ser convencionadas por um acordo tácito.

b) os *processos de composição*. Exige que se observem os processos envolvidos na feitura/redação do texto, quais sejam: um evento de iniciação (entendido aqui em termos de *exigência*), coleta de informações (entrevistas, participação de reuniões, leitura de documentos etc.), escrita e reescrita, atividades colaborativas (revisão, avaliação, discussão entre pares), tecnologia de produção (REINALDO, 2010). A nós nos parece que as regularidades observadas aqui transitam do espaço textual por meio das convenções e práticas de escrita do gênero, para o espaço socio-cognitivo, já que respondem a apropriações de recursos da construção do gênero (integridade genérica) e suas estratégias (BHATIA, 2004).

c) as *práticas de leitura*. Dentro do escopo da prática discursiva, nesse momento da análise do gênero, é possível estabelecer recorrências na construção, interpretação e uso dos

textos. Paré e Smart (1994) referem aí os modos como o leitor: aborda o texto, gerencia seu modo de ler (com previsões, decisões de quais partes ler, em que ordem, com quais ênfases), constrói o conhecimento textual (questões levantadas, quadro interpretativo empregado), usa esse conhecimento para outros fins (realização de ações e tomadas de decisão, produção de outros textos) (REINALDO, 2010). A abordagem desse aspecto exige uma intervenção etnográfica, com vistas à coleta de informações acerca das práticas leitoras e interpretativas mais recorrentes.

d) os *papeis sociais*. De acordo com os autores, vários papéis podem ser implicados entre os participantes na produção e uso de textos. Isto é, indivíduos podem desempenhar diferentes papéis num coletivo. Além disso, um simples gênero pode envolvê-los em relações diversas com outras pessoas implicadas pelo discurso, criando uma audiência. Conforme Paré e Smart, os papéis relacionados a dado gênero são definidos dentro de certos parâmetros, tais como responsabilidades, níveis relativos de poder e influências, divisão do trabalho, canais e acesso a informação, e obrigação e liberdade para relatar. Essas características dos papéis e relações genéricos determinam o que pode e o que não pode ser feito e dito por indivíduos particulares, bem como quando, como, onde e para quem. Neste nível, chega-se ao espaço em que são desenvolvidos o conhecimento pragmático e social do gênero, o espaço social (Bhatia, 2004).

As regularidades na produção e interpretação entre escritores e leitores promovem estabilidade para a comunidade dentro de seu conhecimento de gênero (força centrípeta). De acordo com Bhatia (2004, p. 162):

O gênero mostra não apenas a tipicidade da organização estrutural, dos movimentos retóricos e dos estilos de escrita, mas também as funções típicas atribuídas a participantes individuais na produção e uso do texto genérico, os padrões típicos do processo de redação envolvidos, e os modos típicos de abordagem de leitura do texto. (162)

Essa é a visão ampla do gênero que o aporte teórico sociorretórico nos permite desenvolver com o entendimento das práticas sociais realizadas, as quais criam e recriam as representações dos mundos, das identidades, das práticas e das ações mobilizadas pela petição *on-line*, como será visto na seção de análise, a seguir.

4 A PETIÇÃO ON-LINE: UM GÊNERO DE AÇÃO POLÍTICO-CIDADÃ

Nesta seção, apresentamos as análises desenvolvidas e os entendimentos alcançados a partir da observação do *corpus* coletado. Inicialmente, centramo-nos no recorte do *corpus* a partir de sua categorização, para, enfim, buscar cumprir os objetivos específicos propostos na tese, quais sejam: i) *Caracterizar a petição on-line enquanto gênero textual de e-participação política/cidadã*; ii) *Descrever o conteúdo organizacional e retórico da petição on-line, considerando os recursos textuais recorrentes que tipificam o gênero*; e iii) *Investigar o entendimento dos usuários acerca do gênero, em termos das práticas de leitura empregadas e dos papéis sociais implicados pelo gênero*.

4.1 CATEGORIZAÇÃO DO CORPUS

A fim de realizarmos um recorte que viabilize o levantamento de dados para a realização de nossas análises, optamos por organizar os textos das petições *on-line* que compõem o *corpus* por categorias. Tais categorias foram estabelecidas a partir da identificação das causas postas em questão pelos produtores. Encontramos 16 categorias: Política Institucional, Ambiental, Direitos Humanos, Urbanização/Mobilidade, Defesa dos Animais, Comércio/Publicidade, Saúde, Trabalhista, Internet, Esporte/Futebol, Educação, História, Cultura, Impostos, Jurídica e Concurso Público (Ver Quadro 1 no Apêndice 1).

Para o recorte da amostragem do *corpus*, decidimos considerar como critério o número maior que três textos por categoria. Essa escolha resultou num *corpus* restrito de oito categorias (totalizando 57 textos), as quais foram abordadas na construção dos dados de pesquisa. No Quadro 2, a seguir, informamos as categorias e os títulos dos textos correspondentes. Ressaltamos que a grafia original dos títulos foi transcrita *ipsis litteris*. Além disso, para cada petição colocamos uma forma de remissão para facilitar a referência aos exemplos analisados.

Quadro 1: *Corpus* restrito

<i>categoria</i>	<i>Avaaz</i>	<i>Change</i>	<i>Petição Pública</i>
Ambiental	<p>Fechem Keystone, uma overdose de carbono. [AV1]</p> <p>UE: nossas crianças merecem um futuro [AV2]</p> <p>Um santuário marinho do tamanho do México! [AV3]</p>	<p>Cumprir com as ações propostas no Plano de ação nacional para a conservação dos muriquis. [CH1]</p> <p>Declare oficialmente a Moratória JÁ (e não em JÁ-neiro de 2015). A pesca da piracatinga começa agora na Amazônia, até janeiro de 2015 milhares de botos poderão perder suas vidas. [CH2]</p> <p>Faça a despoluição e revitalização do Rio Itapecerica [CH3]</p> <p>Hidrelétricas na Amazônia? Diga NÃO! Apoie agora! #SOSJuruema [CH4]</p> <p>Preserve a caatinga, crie imediatamente o Parque do Tatu-Bola #parquedotatu [CH5]</p>	<p>Abaixo-assinado NÃO À USINA DE BELO MONTE! [PP1]</p> <p>Abaixo-assinado Movimento Contra o Movimento Gota D'Água [PP2]</p>
Comércio/ Publicidade		<p>Congresso Nacional: Inclua qualquer bebida alcoólica dentro das restrições à propaganda de álcool [CH6]</p> <p>Pokémon Omega Ruby e Alpha Sapphire em português [CH7]</p> <p>Por uma Estante Virtual mais justa para todos! Contra o aumento extorsivo de 100% nas tarifas. Contra as decisões unilaterais. Contra os abusos administrativos! [CH8]</p> <p>Obrigam as empresas de telefonia, TV a cabo e similares a enviarem os termos da compra efetuada por telefone, via e-mail em no máximo 24 horas após o contato telefônico. [CH9]</p>	<p>Queremos tudo que seja de Programação, Brinquedos, revistas, jogos destinados ao público infantil de volta! [PP3]</p>

<p>Defesa dos Animais</p>		<p>Governo Federal: Pelo não fechamento da SUIPA e PELO absolvimento da dívida de 14 milhões de reais em impostos [CH10]</p> <p>Nós não queremos animais no filme Grande Circo Místico / Wesay no tothe use of animals in the movie Grande Circo Místico [CH11]</p> <p>Pelo fim da “Porcajada” em Campo Maior, no Piauí [CH12]</p> <p>Salve do abate milhares de jumentos no Nordeste [CH13]</p>	<p>Abaixo-assinado #LeiLobo: Basta de impunidade [PP4]</p> <p>Abaixo-assinado DIGA NÃO AO INSTITUTO ROYAL [PP5]</p> <p>Abaixo-assinado PENA MÁXIMA DE CRIME DE MAUS TRATOS PARA A ENFERMEIRA QUE MATOU O YORKSHIRE [PP6]</p> <p>Abaixo-assinado SANTA CRUZ DO ARARI / MARAJÓ / PARÁ PEDE SOCORRO [PP7]</p>
<p>Direitos Humanos</p>	<p>O comércio ilegal de escravos no Sinai [AV4]</p> <p>Podemos impedir um genocídio [AV5]</p> <p>Um pedido de ajuda da Síria [AV6]</p> <p>Um lar para Snowden [AV7]</p> <p>Uma solução para a Síria [AV8]</p> <p>Um dia sombrio para os direitos gays [AV9]</p> <p>Não à lei da mordaza “anti-mulheres” [AV10]</p> <p>Pelo fim da epidemia de estupros [AV11]</p>	<p>Não execute Meriam Yehya Ibrahim por ser cristã #SaveMeriam [CH14]</p> <p>ANALGESIA DE PARTO: um direito a se conquistar! [CH15]</p> <p>Redes abertas de televisão: divulguem fotos de crianças desaparecidas no horário nobre [CH16]</p>	
<p>Política Institucional</p>	<p>Eleições limpas: uma ideia que nasceu nas ruas [AV12]</p> <p>Vencemos! STF: queremos eleições limpas. [AV13]</p> <p>Voto aberto já! [AV14]</p>	<p>Conclua o julgamento para proibir doações de empresas para candidatos [CH17]</p>	<p>Abaixo-assinado contra o aumento nos salários do presidente de República, ministros e parlamentares. Dezembro/2010 [PP8]</p> <p>Impeachment do Prefeito Paulo Roberto Blascke [PP9]</p> <p>Abaixo-assinado CAMPANHA FIM DO POLÍTICO PROFISSIONAL [PP10]</p> <p>Bloco do Estado Laico - em defesa da laicidade</p>

			nas eleições 2014 [PP11]
Saúde		<p>Regulamentar o uso e o cultivo caseiro de Cannabis Medicinal por pessoa física no Brasil. [CH18]</p> <p>Adote medidas para acelerar a pesquisa de remédios e vacinas para tratar a febre hemorrágica do Ebola [CH19]</p> <p>Refrigerantes coloquem nos rótulos alertas sobre o risco de diabetes [CH20]</p>	<p>Abaixo-assinado PRESIDENTE DILMA, VETE O ATO MÉDICO! [PP12]</p> <p>Diga não à desvinculação do HU – USP [PP13]</p>
Trabalhista		<p>Viação Marechal, readmita o motorista de ônibus mais querido de Brasília! [CH21]</p>	<p>Abaixo-assinado Professores das redes públicas mesmo índice de reajuste dos senadores. [PP14]</p> <p>Abaixo-assinado pela aprovação da concessão do auxílio-alimentação à todos os servidores públicos estaduais do ES [PP15]</p> <p>Abaixo-assinado: Apoio ao Retorno dos APOSENTADOS DA CAIXA-PADVs, ao PLANO SAÚDE CAIXA [PP16]</p>
Urbanização/ Mobilidade		<p>#DIGA NÃO AS TORRES DE CONCRETO [CH22]</p> <p>Exmo. Sr. Prefeito Municipal Marco Aurélio Gomes: conserve limpas as PRAIAS de Itanhaém [CH23]</p> <p>Assinem a “Carta Compromisso com a Mobilidade Ciclística” [CH24]</p> <p>Manifesto a favor da implantação de ciclovias em São Paulo [CH25]</p> <p>Queremos o Parque Minhocão [CH26]</p>	<p>Metro de SP aberto até as 01:00 [PP17]</p>

4.2 (RE)DEFININDO O GÊNERO PETIÇÃO ON-LINE

Em Seção anterior definimos a petição *on-line* como um gênero de ação político-cidadã de expressão do dissenso e de paixões. Parece-nos importante situá-la, também, em suas características funcionais, uma vez que Bhatia (2004) recomenda definir com segurança o gênero com que se está trabalhando. Segundo Lima Neto (2014, p. 193), há indícios que se observam na fase emergente de um gênero textual pela qual passa rumo a sua standardização, em que se aliam recorrências de padrões reconhecidos e praticados pelos participantes e elementos em processo de moldagem e tipificação. Assim, destacamos quatro particularidades citadas pelo autor, que observamos na petição *on-line*:

1. O fato de não haver uma convenção ainda estabelecida no que diz respeito à nomeação do enunciado dado pelos usuários [...];
2. O fato de não haver ainda uma convenção no que diz respeito aos propósitos comunicativos percebidos pelos usuários [...];
3. O fato de existir certa recorrência de padrões contedúfsticos, estilísticos e composicionais em tais práticas [...];
4. O fato de uma prática de linguagem ter autonomia / ou o acabamento bakhtiniano, não precisando apoiar-se em algum outro gênero, como numa relação parasitária, para que a construção do sentido seja efetivada.

Os dois primeiros pontos ressaltam a instabilidade do gênero, enquanto os dois últimos apontam para uma consolidação no seu uso. Acerca do primeiro ponto, o da nomeação do gênero, a rigor, não há, entre os próprios *sites*, uma regularidade, fator que parece apontar para um caráter emergente da petição. Como já foi dito, nas definições encontradas nas *homepages* e nos termos de uso dos *sites* que hospedam os textos analisados, e até nos próprios textos, há um entrecruzamento, sobretudo, entre os termos *petição* e *abaixo-assinado*, beirando à confusão e inconsistência dos usos. Ora os termos são tomados um pelo outro, ora se diferenciam, como pode ser visto no trecho da petição *on-line* abaixo, representativa dessa falta de unidade quanto à nomeação do gênero.

The screenshot shows the website 'Petição Pública' with a navigation bar containing 'Petição Pública Brasil', 'Criar Abaixo-assinado', and 'Login ou Registrar'. A search bar is present with the text 'Procure Abaixo-Assinados' and a 'procurar' button. Below the navigation bar, there is a green banner with the text 'Apoie este Abaixo-Assinado. Assine e divulgue. O seu apoio é muito importante.' The main content area features a petition titled 'Abaixo-assinado PENA MÁXIMA DE CRIME DE MAUS TRATOS PARA A ENFERMEIRA QUE MATOU O YORKSHIRE'. The petition is for 'POLICIA CIVIL, MINISTÉRIO PUBLICO, GOVERNO DE GOIAS, COREN-GO E COFEN'. The text of the petition reads: 'PARA PENA MÁXIMA DE CRIME DE MAUS TRATOS PARA A ENFERMEIRA QUE MATOU O YORKSHIRE. PUNIÇÃO POR CRIME DE MAUS-TRATOS E INCLUSIVE PENA PARA OS FAMILIARES QUE OMITIRAM SOCORRO! CASSAÇÃO DO REGISTRO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM!'. On the right side, it says 'Já Assinaram 416.386 PESSOAS' and has a green button labeled 'Assinar Petição'. At the bottom of the petition text, there is a button labeled 'ASSINAR Abaixo-Assinado'. Below the button, there is a small text box that says 'O seu apoio é muito importante. Apoie esta causa. Assine o Abaixo-Assinado.'

Figura 3: A nomeação do gênero. Trecho da petição PP6.
 Fonte: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=Yorkshir>

Nota-se um uso aparentemente indiscriminado dos termos *petição* (*Assinar petição*, no canto direito) e *abaixo-assinado* (*Assinar abaixo-assinado*, no canto inferior e central). Entramos em contato por *e-mail* com os três *sites* com os quais trabalhamos, a fim de esclarecer as escolhas que cada um faz para nomear o gênero, contudo, obtivemos resposta apenas do grupo *Petição Pública*, em 11/09/2014:

“Cara Monique Alves Vitorino,

O site Petição Pública é um site internacional e em muitos países o termo "Petição" é o mais correcto para definir este tipo de solicitação popular.

Por exemplo em Português de Portugal o termo "Petição" é o mais usado, em Inglês o termo mais usual é também "Petition".

No Brasil o termo mais comum parece ser "Abaixo-Assinado" e por esse motivo usamos os dois termos. Continuamos a usar o termo Petição no site do Brasil, porque o próprio site se chama "Petição Pública", mas usamos também abaixo-assinado. São apenas dois termos para identificar o mesmo na nossa opinião.

Caso tenha mais alguma dúvida ou sugestão, não hesite em nos contatar.

Atenciosamente,
 Petição Pública Brasil
www.peticaopublica.com.br”

De acordo como Hemais e Biasi-Rodrigues (2005, p. 114), “os termos atribuídos aos gêneros são indicadores de como os membros mais experientes e ativos da comunidade, que

dão nomes aos gêneros, entendem a ação retórica das classes de eventos comunicativos”. Nesse sentido, ao que parece, para a comunidade *Petição Pública*, as escolhas, dentro desse aspecto, estão ligadas apenas a um problema de tradução, o que revela uma interpretação subestimada do potencial interacional a que o gênero está relacionado. Algo que, nota-se, os usuários/produtores captaram quando observamos nos textos do *corpus* referências ao gênero – além de “petição” e “abaixo-assinado” –, tais como: campanha, causa, manifesto.

Contemplamos a questão da nomeação no questionário (Apêndice 2), a fim de tirarmos maiores conclusões acerca do seu entendimento por parte dos usuários (leitores e produtores) do gênero. Sugerimos como resposta as três formas mais recorrentes de nomeação identificadas nos textos do *corpus*, além da opção ‘outro’. Como pode ser observado na Figura 6, abaixo, o nome ‘petição’ aparece como o preferido entre os internautas que responderam à questão. Contudo, a falta de unidade na nomeação fica evidente quando constatamos que o predomínio de uma forma de nomeação sobre a outra não é tão grande quanto poderíamos afirmar a princípio (o que as petições coletadas confirmam).

8. Como você nomeia o texto abaixo? (324 responses)

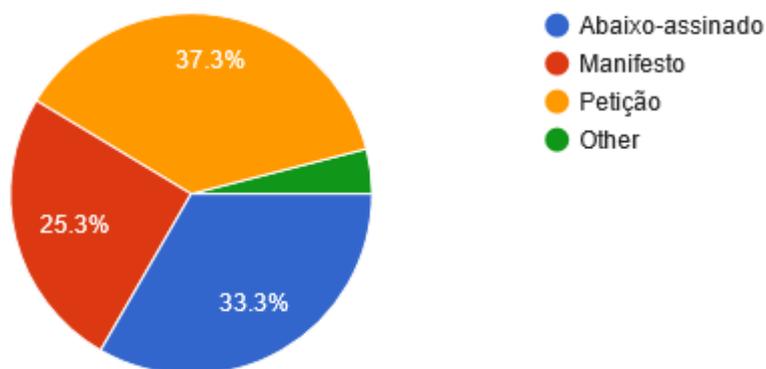


Figura 4: Como internautas nomeiam o gênero

Retomando as considerações sobre a classificação de um gênero como emergente, proposta por Lima Neto (2014), começando pelo último ponto, aquele que diz respeito ao acabamento do gênero, podemos observá-lo através do processo de tipificação, o qual envolve o reconhecimento do gênero como autônomo por meio de similaridades (ou convenções) compartilhadas entre os participantes, o que o liga ao ponto 3, o da recorrência de padrões. Podemos ressaltar, nesse aspecto, tanto os traços visuais do gênero como os linguísticos,

também os aspectos do conteúdo temático e os interacionais, além do reconhecimento dos propósitos comunicativos do gênero.

Acerca dos traços visuais, nota-se que cada *site* apresenta uma configuração típica das petições no que se refere ao uso de padrões de cores, fontes tipográficas e *design* visual que demarcam a identidade visual de cada um. *Avaaz*, por exemplo, faz uso das cores rósea e azul em elementos como título, rótulos de *links* e de contagem de assinaturas e expressões fixas dos textos ou mais salientes. *Change* segue um padrão mais limpo, com palavras pretas sobre fundo branco, destacando-se de vermelho apenas o logotipo da página e as expressões “assine”, “assine agora”, além da tarja com a contagem de assinaturas. *Petição Pública* segue um padrão também mais sóbrio do que *Avaaz*, usando letras pretas e em negrito para o título e cinza para o corpo do texto, além de diferentes tons de verde para os logotipos do *site* e das *fanpages* das páginas de relacionamento, os rótulos dos *links* etc.

O padrão organizacional dos textos, de modo geral, envolve título, imagem de impacto (ou vídeo explicativo), destinatário, espaço com a contagem de assinaturas, corpo do texto contendo a reivindicação, espaço para atualizações/notícias sobre aquela causa (quantas assinaturas faltam, os passos que ainda serão seguidos para o alcance daquele objetivo etc.), formulário para registro de nome e sobrenome, endereço de *e-mail*, país/cidade de origem e rótulo com *link* “assinar petição”, ou “assine agora” ou “enviar [assinatura]”. Nos textos de *Avaaz* e de *Change* é possível localizar um espaço destinado a uma espécie de síntese do pedido; em *Avaaz* este item fica à direita do corpo do texto, em *Change*, logo após, dentro de um quadro e escrito com uma fonte diferente, como se fosse um bilhete. Tal resumo funciona como um recado enviado diretamente do sujeito que assina aquela proposta para o outro que tem o poder de decisão sobre aquela reivindicação.

Acerca do uso de imagens nos textos das petições, a maioria possui um caráter referencial ligado a algum aspecto daquela reivindicação, com apelo frequentemente emocional. Entretanto, notamos que apenas um texto de *Petição Pública*, entre os que compõem o *corpus*, faz uso desse recurso. Isso pode ser explicado pelo fato de que, nesse *site*, a imagem aparece como um campo de preenchimento opcional, que deve ser ativado pelo usuário, contrariamente aos demais veículos, em que o produtor da petição encontra o carregamento de uma imagem (ou vídeo, no caso de *Change*²⁶) que complemente a petição, ou emocione o leitor, ou mesmo, resuma o que está sendo dito (como pode ser visto nos exemplos abaixo), como parte obrigatória para a postagem da petição no *site*.

²⁶ No *corpus* também há uma petição contendo um vídeo entre os exemplos coletados do *site* do *Petição Pública*.

Microtaga Screenshot

Petição Pública Brasil Criar Abaixo-assinado Login ou Registrar

Petição Pública

Procure Abaixo-Assinados procurar

Apole este Abaixo-Assinado. Assine e divulgue. O seu apoio é muito importante.

Metro de SP aberto até as 01:00

Para: Governo do Estado de Sao Paulo - COMPANHIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO-METRÔ



O Objetivo desse abaixo assinado é solicitar para os responsáveis pelo METRO da cidade de São Paulo, que o mesmo funcione até 01:00 em dia de grandes eventos na cidade, como eventos esportivos (jogos de futebol) e shows.

É sabido que a cidade de São Paulo tem uma infraestrutura precária de Onibus e depender desse tipo de transporte após as 00:00 faz com que muitas pessoas não compareçam a grandes eventos, deixando de gerar receita para a cidade com venda de produtos e consequentemente com recolhimento de impostos.

O Metro estando aberto até as 01:00 possibilitaria entretenimento para a população, segurança e um transporte digno.

Alem de assinar essa petição, mandem email para a ouvidoria do Metro.
 Companhia do Metropolitano de São Paulo
 e-mail: ouvidoria@metrosp.com.br
 Ouvidora: Isabel Cristina Midori Nishitani

ASSINAR Abaixo-Assinado

Já Assinaram
1.334 PESSOAS

Assinar Petição

O seu apoio é muito importante. Apole esta causa. Assine o Abaixo-Assinado.

f +

Alguns razões para assinar.
 O que dizem os outros assinantes

Tem um blog ou site? Adicione este módulo. Participe na divulgação.

Abaixo-Assinado criado por:
 Contatar Autor

Figura 5: Trecho da petição PP17

Fonte: <http://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR73400>

Webpage Screenshot

AVAAZ.ORG
O MUNDO EM AÇÃO

ENGLISH العربية DEUTSCH DEUTSCH PYCCКИЙ FRANÇAIS ESPANOL 日本語 繁體中文 臺灣中文 QUEM SOMOS
日本語 NEDERLANDS ITALIANO ភ្នំខ្មែរ TURKÇE POLSKI ROMÂNĂ

Um pedido de ajuda da Síria

SYRIANS NEED A CEASEFIRE NOW!

1,000,000
938,115

938,115 assinaram a petição. Vamos chegar em 1,000,000

Nasci em Homs, na Síria -- uma cidade sitiada, **onde crianças e bebês são torturados e vêem bombas caírem sobre suas cabeças. É o inferno na terra** e um lugar difícil de se ter esperança. No entanto, agora vejo uma chance para mudar isso, e escrevo este email para pedir a ajuda urgente de todos vocês.

Em 24 horas, pela primeira vez na história, grandes potências por trás desta guerra vão se reunir para negociar a paz. Eles dizem que querem atender as demandas do povo sírio e mostrar aos cidadãos de seus próprios países que estão fazendo alguma coisa. Faremos com que nossas vozes sejam ouvidas: vamos realizar uma pesquisa de opinião com cidadãos sírios, transmitir online seu apelo e apresentar as exigências da população diretamente para os países na mesa de negociação. E, além disso, vamos juntar um milhão de vozes para apoiar um pedido de cessar-fogo.

Foi preciso três anos de derramamento de sangue para que essa conferência pudesse acontecer, e agora temos pouco tempo para sermos ouvidos. Se unirmos nossas vozes, fizermos um apelo global pelo cessar-fogo, e comparecermos em massa na conferência -- por meio de nossas assinaturas e do vídeo com as vítimas -- poderemos dar um fim a esta carnificina. **Quanto mais de nós nos unirmos, mais atenção chamaremos, e maior pressão colocaremos sobre os envolvidos no processo de paz. Assine a petição pelo cessar-fogo na Síria agora.**

ASSINE A PETIÇÃO

Para todos os governos na Conferência de Genebra II:
Exigimos que V. Exas usem este momento único para escutar as vozes e necessidades do povo sírio, e implementem um cessar-fogo local e nacional para acabar com a matança de civis sírios inocentes.

Você já é um apoiador da Avaaaz? só precisa preencher seu email e clicar "Assine"

email **ASSINE ▶**

Primeira vez aqui? Por favor preencha o formulário.

nome completo

email

Pais CEP

Avaaaz.org vai proteger sua privacidade e lhe manter atualizado sobre essa e outras campanhas semelhantes. **ASSINE ▶**

ASSINATURAS RECENTES

52 minutos atrás Alicja, Polónia

uma hora atrás Larissa, Brasil

3 horas atrás joao batista cirilo, Brasil

4 horas atrás Diogo Nogueira Abdnor, Brasil

6 horas atrás Roberta Purgar, Brasil

Figura 6: Trecho da petição AV6

Fonte: http://www.avaaz.org/po/syria_ray_of_hope_loc/?pv=94&rc=fb

A função de resumir o que está sendo dito pode ser observada em ambos os exemplos, porém, em PP17 (Figura 5), nota-se mais fortemente essa finalidade na medida em que a foto do trem do metrô traz um letreiro luminoso que diz “Funcionando até as 1:00”, correspondendo à reivindicação que se quer ver realizada com o alcance do objetivo da mobilização. Enquanto que em AV6 (Figura 6) é possível atribuir um apelo mais fortemente sensibilizador/emocional, na medida em que a cena com os corpos enrolados em lençóis brancos manchados de sangue vem acompanhada de uma espécie de placa em que se lê “Sírios precisam de um cessar fogo agora!”, resumidora da solicitação.

Localizando a petição *on-line* no contexto das práticas sociodiscursivas brevemente descritas até aqui, e relacionando-as com os aspectos que podem ser visualizados na amostra recortada para esta análise, podemos afirmar, com base em alguns trechos dos textos, que ela compartilha o propósito comunicativo de “solicitar/pedir a defesa de direitos a um setor público hierarquicamente superior”, por exemplo:

- *Enquanto cidadãos de todos os cantos do mundo, horrorizados com o massacre de crianças inocentes na Síria, exigimos que V. Exas coloquem de lado suas diferenças e encontrem uma solução diplomática (...) [AV8].*
- *Como cidadãos de todo o mundo profundamente preocupados com a violação em massa de nossa privacidade, pedimos a V. Exas que concedam asilo a Edward Snowden, que denunciou a espionagem norte-americana [AV7].*
- *Frente ao mal (sic) estado de conservação de seu habitat principal, a Caatinga, nós estamos pedindo que o Ministério do Meio Ambiente se comprometa imediatamente com a criação do Parque do Tatu-Bola no Nordeste do Brasil [CH5].*

Por outro lado, há produções que não exibem explicitamente um pedido de solução de conflito, de resolução de um problema, de defesa de um direito etc., mas sim, têm o propósito de chamar/convocar o interlocutor para apoiar uma causa:

- *Vamos lutar contra esse crime!! [PP1].*
- *Vamos mostrar a indignação do povo brasileiro quanto ao autoritarismo evidente na manipulação do orçamento e dos recursos provenientes de arrecadação de impostos e cofres públicos [PP8].*
- *Assine e mande um recado ao governo do Sudão para que respeite o direito de escolha religiosa e para que liberte Meriam! [CH14].*

No que se refere aos interlocutores, ou os participantes produtores, estes são usuários da internet que possuam, no caso dos termos de uso do *Avaaz* e do *Change*, pelo menos 13 anos de idade (para realizar cadastro e, por sua vez, criar, assinar e/ou compartilhar petições e se engajar em outras formas de ativismo oferecidas pelos *sites*). Alguns textos trazem canais, como no caso das petições do *Change*, com *links* para os perfis, criados no próprio *site*, dos usuários que os produziram. As petições do *Petição Pública* não são assinadas pelo(s) autor(es), porém nelas há um *link*, à direita do texto, intitulado *Contatar Autor*.

Acerca do leitor, temos o mesmo público que pode criar os textos como alvo destes. Embora no gênero encontremos ocupando o lugar dos respectivos destinatários intencionados (ou simulados) autoridades e poderes públicos e hierárquicos superiores, aos quais os pedidos, reclamações, e indignações de modo geral devem ser direcionados – [PP1] *Presidente da República*, *Supremo tribunal Federal*; [CH14] *Governo do Sudão*; [AV11] *primeiro-ministro*

indiano Narendra Modi; [PP16] *Ilustríssimo Senhor Jorge Hereda, DD. Presidente da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL*, para citar alguns exemplos –, o auditório, isto é, o leitor que concentra a atenção do produtor, é o internauta, com quem ele se une a fim de lograr adesão a sua causa: *vamos lutar* [PP1], *vamos mostrar a indignação* [PP8], *se conseguirmos assinaturas suficientes* [CH5], *unimos nossas vozes às vozes do povo indiano* [AV11].

O conteúdo temático das petições *on-line*, assim como o dos gêneros que fazem parte das práticas ligadas ao direito de petição, é localizado no campo da indignação, do protesto, da insatisfação, enfim, da busca por direitos e contra ilegalidades. A seleção vocabular ativa sentidos que despertam, também, indignação, traduzindo o apelo emocional dos textos: *crime, autoritarismo, manipulação, massacre, lampejo de esperança, maus-tratos, clamores, humilhações, crise* etc. Além disso, as escolhas léxico-gramaticais, de modo geral, se enquadram no uso formal da língua, com algumas inserções que revelam a ligação deste gênero com os usos típicos do ambiente virtual, como as *hashtags*, indexadores de temas e discussões próprios das redes de relacionamento *Twitter* e *Facebook*: *#DIGA NÃO AS TORRES DE CONCRETO* [CH22], *#LeiLobo* [PP4], *#SaveMeriam* [CH14] e *#parquedotatu* [CH5]; e o largo uso do sinal de exclamação: *Vamos lutar contra esse crime!!* [PP1], *Cassação do registro do conselho regional de enfermagem!* [PP6], *Isso é nojento!* [AV11], *Saiu em toda a imprensa!* [AV7].

Com base na descrição e reflexão sobre algumas das práticas discursivas em que se insere a petição *on-line*, situamos as características que a configuram enquanto gênero pertencente à esfera comunicativa do direito de petição. Desse modo, tendo em vista que “os gêneros são, em última análise, o reflexo de estruturas sociais recorrentes e típicas de cada cultura” (MARCUSCHI, 2010, p. 34), tentamos construir, baseados em Bhatia (2004, p. 170), uma configuração geral de algumas características desse gênero traçadas até aqui.

Quadro 2: Resumo da configuração geral da petição *on-line*

Nomeação	- petição, abaixo-assinado, campanha, causa, manifesto.
Propósitos comunicativos	- Solicitar/pedir a defesa de direitos a um setor público hierarquicamente superior. - Chamar/convocar o interlocutor para apoiar uma causa. - Aumentar a visibilidade de questões específicas. - Agendar temas no sistema político.

	- Estimular a participação.
Conteúdo	Voltado para reclamações ou queixas, indignação ou protestos, insatisfações de modo geral, e destinado à defesa de direitos (particulares ou de interesse geral), da constituição, das leis e contra ilegalidades.
Participantes	Internautas. <i>Produtores</i> : jovens a partir dos 13 anos podem produzir petições (os próprios usuários que informam a idade); <i>leitores/receptores</i> : (auditório) não há como garantir maiores informações sobre os que se engajam (assinam e/ou compartilham) por meio desse gênero, já que o ambiente virtual é democraticamente livre. Contudo, de acordo com o resultado do questionário aplicado nesta pesquisa, as pessoas que declararam terem algum nível de conhecimento sobre o gênero (por isso se dispuseram a responder as perguntas), a maioria é representada por mulheres, maiores de trinta anos, que exercem a profissão de professora, e que são graduadas ou com graduação em andamento (Cf. Apêndice 3); <i>representados</i> : destinatários intencionados (ou simulados), que são pessoas que ocupam cargos mais altos hierarquicamente, como presidentes, prefeitos, diretores etc.
Meio/Canal	Meio escrito, com proposta argumentativa aparentemente mais emocional do que informacional; e hipertextual, contendo elementos que configuram uma identidade própria do gênero no ambiente virtual, tais como <i>links</i> , guias de compartilhamento por meio de redes sociais, <i>hashtags</i> , espaço para comentários etc.

O Quadro 3 favorece a visualização de aspectos gerais que ressaltam características funcionais e formais do gênero, as quais parecem apontar para um possível caráter emergente do gênero no ambiente virtual, já que atende, de modo geral, aos critérios postos por Lima Neto (2014). Isto é: 1) o gênero possui uma nomeação fluida; 2) não há uma convenção acerca do reconhecimento, pelos usuários, de seus propósitos comunicativos; 3) há padrões recorrentes de conteúdo, estilo e composição, embora haja distinções formais ligadas ao *site*

em foi produzido o texto; e 4) o gênero possui autonomia no que se refere à construção de sentido.

No entanto, isoladamente da comparação da petição *on-line* com sua(s) contraparte(s) que circula(m) fora do ambiente virtual, os mesmos traços do gênero podem não ser suficientes para nos levar a defini-la enquanto gênero novo, ou emergente. Ao que parece, o aspecto que ainda se encontra em processo de moldagem é o da nomeação, porém Bhatia (2004) assevera que os diferentes membros da comunidade têm diferentes perspectivas sobre a interpretação do gênero, por isso a divergência de nomes. Além disso, no que diz respeito à diversidade de propósitos encontrada, esta também parece ser esperada, uma vez que, conforme o mesmo autor, gêneros dão origem a conjuntos de propósitos comunicativos.

4.2.1 Ainda sobre os propósitos comunicativos

Tendo em vista o que foi discutido até aqui, parece-nos interessante ampliar a observação dos propósitos comunicativos atribuídos à petição *on-line*. Assim, buscamos investigar a convenção ou não, ou o reconhecimento, dos propósitos comunicativos no questionário, procurando informar, também, sobre a ideia que o usuário tem daquilo que se faz/busca por meio do gênero. Intencionamos ligar tal questão ao esclarecimento dos propósitos comunicativos socialmente reconhecidos, uma vez que, a identificação dos propósitos comunicativos, para Bhatia (2004), é um dos caminhos para a definição do gênero.

Levando em consideração que o propósito comunicativo tem a ver com aquilo que os gêneros realizam (BEZERRA, 2006), em outras palavras, perguntamos no questionário ‘para quê serve a petição?’ (Cf. questão 11, Apêndice 2). Informar/informação e conscientizar/conscientização foram as palavras que apresentaram maior número de ocorrências nas respostas (mais de vinte, cada). Nota-se que o teor informativo e de mobilização para a mudança de uma situação são mais salientes aos usuários, diferentemente do teor apelativo dos propósitos que identificamos a princípio, como mostrado no Quadro 3. O caráter “conscientizador” do gênero, ressaltado pelos usuários, chama-nos mais atenção, uma vez que este parece localizar como público alvo da petição o internauta que deve ser “conscientizado” para determinado problema, em vez de um interlocutor virtualmente chamado para resolvê-lo, como pode ser observado na seguinte resposta:

- *Conscientização da população e desenvolvimento de senso crítico e debate sobre os diversos temas que necessitam ser discutidos atualmente. Apesar de que acredito que uma pequena parcela da sociedade tem acesso a textos como este.*

Outro aspecto interessante a ser observado dentre as respostas a esta questão, diz respeito ao propósito de ‘alerta/alertar’. Notamos, contudo, que, apesar de esses termos aparecem recorrentemente nas respostas, alguns participantes da pesquisa não atentaram para o tom generalizante da pergunta feita, tendo direcionado sua resposta ao texto que a ilustrava. Isto é, a intenção de ‘alertar’ percebida por alguns internautas apareceu frequentemente ligada a esse tipo de resposta. Afora esse aspecto, esse dado não deve ser desconsiderado por isso, uma vez que também liga o propósito do gênero como voltado ao participante que se quer que assine a petição, e não para o destinatário representado por esta, como observado a respeito do caráter informativo e conscientizador do gênero:

- *Alertar e prevenir. Alertar que cerveja é bebida alcoólica e prevenir que crianças façam uso da mesma.*
- *Alertar e conscientizar a população sobre o uso da cerveja*
- *Alertar sobre o consumo de bebida alcoólica que muitas vezes é feito por crianças, fato que a publicidade de tais bebidas tem parcela de culpa.*
- *alertar a população que o alcool é perigoso para o publico menor de idade*

Mobilizar/mobilização e engajar/despertar engajamento/interesse/empatia também foram termos muito usados nas respostas dos internautas, estas voltadas para o estímulo à participação e ao envolvimento com as causas que permeiam o social. Assim, caracterizando-se como propósitos comunicativos reconhecíveis, portanto compartilhados, pelas pessoas envolvidas nas atividades e nos contextos sociais específicos.

- *Defender e divulgar um ponto de vista sobre determinado tema social controverso e chamar a atenção das pessoas para esse problema social com o intuito de leva-las à reflexão e de despertar o interesse delas para o engajamento no combate do problema em análise.*

A este respeito, tomando-se o propósito comunicativo como exatamente “aquilo que os gêneros realizam na sociedade, admitindo-se, porém, que *o propósito de um gênero não é necessariamente único e predeterminado*” (BEZERRA, 2006, p. 70, grifo nosso), é possível constatar, que há uma diversidade considerável de propósitos reconhecíveis para a petição. Tal diversidade configura um conjunto de propósitos aparentemente crescente, que serve também à identificação de interesses específicos de grupos sociais e profissionais, ao reconhecimento e definição do gênero, bem como determina escolhas específicas de formas estruturais e léxico-gramaticais. Este último aspecto é o que permeia a análise que segue.

4.3 A ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS QUE TIPIFICAM O GÊNERO: ANÁLISE TEXTUAL

As regularidades de organização estrutural do gênero respondem às forças centrípetas que orientam as ‘regras’ de uso dos recursos que formam a superfície textual do gênero. Neste tópico, observamos as características de uso dos recursos textuais e dos processos de composição da petição *on-line*, tendo em vista a abordagem do segundo objetivo específico da pesquisa. Sendo assim, neste ponto do trabalho nos centramos na análise dos aspectos que estruturam retoricamente o texto, isto é, dos movimentos retóricos (unidades de informação ou ações comunicativas) que definem o gênero e dos processos envolvidos na composição do texto.

4.3.1 Os movimentos retóricos do gênero

Na análise da petição *on-line* buscamos relacionar propósitos comunicativos com movimentos retóricos (BEZERRA, 2006), observando também alguns recursos léxico-gramaticais recorrentes, bem como a situação em que o texto é produzido, uma vez que a estrutura retórica de um gênero atende à situação retórica em que é produzido. A análise da composição léxico-gramatical deve atender à identificação dos traços que efetivam a realização dos movimentos retóricos.

Assim, como já mostramos, identificamos uma série de propósitos comunicativos que parecem pertencer a um conjunto de propósitos que podem ser atribuídos à petição. Neste ponto, elegendo o que parece ser um propósito central deste gênero o ato de *pedir a defesa de*

direitos a um setor público hierarquicamente superior, foi possível identificar mais outros propósitos, estes relacionados aos movimentos retóricos que foram revelados com a observação do *corpus* (Cf. Quadro 4).

Tendo em vista, portanto, a relativa estabilidade própria de todo gênero, vimos que, apesar de termos identificado uma série de movimentos que aparentemente recorrem, a petição *on-line* se caracteriza muito mais por uma fragilidade, ou imprecisão, na sua forma, evidente pela constatação de uma série de estratégias retóricas que, conforme Bezerra (2006, p. 124), “buscam atender a diferentes demandas relacionadas com as práticas sociais implicadas pela produção, uso e recepção do gênero”.

A este respeito, vale ilustrar com três exemplos constantes de nosso *corpus*, nos quais os produtores investem em diferentes estratégias para construir o seu texto. No primeiro (Figura 7), o produtor opta por construir a petição como uma “Carta compromisso” direcionada aos candidatos à presidência da república, cuja assinatura deve ser cobrada pelos apoiadores da causa. No segundo (Figura 8), encontramos no corpo do texto uma reportagem que foi colada pelo produtor da petição, que cita a fonte (Jornal Gazeta do Oeste) e expõe seu pedido apenas no título da petição. O terceiro exemplo (Figura 9) mostra uma petição escrita em primeira pessoa, no qual a produtora relata o quanto se sentiu comovida com um caso de desaparecimento de criança, o que a fez se colocar no lugar daquela família, já que ela tem filhos, levando-a a se envolver com aquela causa.

Estes exemplos refletem o quanto a produção desse gênero é livre, o que faz com que as pessoas que resolvem escrever uma petição se sintam à vontade para mobilizarem e experimentarem diversos recursos retóricos para alcançarem seu fim. Além disso, tais exemplos reforçam a ideia de que os movimentos retóricos identificados por nós devem ser entendidos como uma busca, ou tentativa, de caracterização mais genérica da petição *on-line*, não um modelo que retrate ou sirva de receita para escrevê-la, já que, segundo Bezerra (2006, p. 124), “os movimentos retóricos não indicam um modelo estático no qual o gênero deve se enquadrar, e sim um repertório de estratégias de que os usuários podem lançar mão em diferentes medidas”.

change.org Iniciar abaixo-assinado Explorar Pesquisar



Pressionando Candidatos a presidente do Brasil em 2014 ▾

Assinem a "Carta Compromisso com a Mobilidade Ciclística"

UCB Abaixo-assinado por União de Ciclistas do Brasil UCB Brazil

Nós, abaixo-assinados, requeremos que o futuro presidente do Brasil comprometa-se com as seguintes propostas, constantes da "Carta Compromisso com a Mobilidade Ciclística":

CARTA COMPROMISSO COM A MOBILIDADE CICLÍSTICA

Tendo em consideração que:

- Atualmente os subsídios públicos concedidos para a mobilidade motorizada individual são muito superiores a aqueles concedidos para o transporte coletivo e para a mobilidade não-motorizada;
- Com o crescimento da frota de automóveis, proporcionalmente aumentam a poluição atmosférica, a apropriação privada do espaço público, o tempo perdido em congestionamentos, as fatalidades de trânsito e os gastos com saúde pública, provocando a diminuição da qualidade de vida da maioria dos cidadãos;
- A bicicleta, o caminhar e o transporte coletivo são os meios de mobilidade urbana mais socialmente justos, contribuindo para a saúde pública, a preservação ambiental, a autonomia de deslocamento e o orçamento familiar;
- A falta de planejamento e de infraestrutura adequadas reprimem o uso da bicicleta como meio de transporte;
- É dever do poder público garantir a prioridade, com segurança, praticidade e conforto, de pedestres e ciclistas.

Assumo, com os cidadãos brasileiros, caso seja eleito para o cargo de presidente do Brasil, o compromisso de trabalhar para cumprir as seguintes propostas, as quais constarão no meu Programa de Governo:

- Conceder de fato prioridade, nas políticas públicas relativas à mobilidade urbana, aos modos não-motorizados, ao transporte coletivo e à integração entre eles, desta forma favorecendo a humanização do espaço público e a democratização do acesso à cidade;
- Reduzir, com metas e ações definidas, o alto número de mortos e feridos no trânsito, dedicando especial atenção aos mais frágeis;
- Criar um sistema de pesquisa, monitoramento e avaliação das políticas públicas, da infraestrutura cicloviária e da participação da bicicleta nos deslocamentos, assim como incluir a bicicleta no censo e nas pesquisas domiciliares do IBGE, de modo a subsidiar a elaboração de planejamento para o setor;
- Criar rubrica específica no Orçamento Geral da União, por meio do Plano Plurianual, para custeio e investimentos em mobilidade ciclística, bem como linhas de financiamento aos municípios brasileiros para infraestrutura cicloviária, em montante crescente a cada ano;
- Criar programa visando a desoneração tributária da cadeia produtiva da bicicleta, suas partes e peças, bem como desenvolver uma política industrial para o setor em todo o território nacional;
- Estabelecer metas claras de aumento da participação da bicicleta na mobilidade urbana e rural, envolvendo todos os setores da administração pública federal, bem como aplicar a bicicleta nas políticas públicas sociais tais como de trabalho, geração de renda, erradicação da pobreza, defesa civil, educação, saúde e moradia;
- Inserir infraestrutura cicloviária nas vias laterais construídas junto às rodovias federais nas revisões e nos futuros contratos com concessionárias;
- Elaborar manual técnico com caráter normativo para subsidiar a implantação de estrutura cicloviária adequada pela união, estados e municípios;
- Criar um Programa Nacional de Formação para técnicos e gestores públicos visando a qualificação das políticas de desenvolvimento ciclístico e dos projetos cicloviários;
- Criar um Plano Nacional de Incentivo ao Cicloturismo como forma de aumentar o conhecimento e a proteção do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e natural;
- Instalar bicicletários adequados em todos os prédios públicos federais, de todas as cidades brasileiras, quando houver espaço disponível, suprimindo, se necessário, vagas de estacionamento de automóveis;
- Normalizar a bicicleta como item de bagagem pessoal para fins de transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário em território nacional;
- Elaborar programa educativo continuado visando a criação de uma cultura de priorização dos modos ativos de deslocamento e a humanização do trânsito;
- Criar e ampliar espaços e condições de participação da sociedade civil na formulação de políticas governamentais e em órgãos colegiados atinentes à mobilidade e ao transporte.

A "Carta Compromisso", relação de candidatos que a assinaram, relação de apoiadores e demais informações estão em www.uniaodeciclistas.org.br/eleicoes2014

Figura 7: Trecho da petição CH24

Fonte: <https://www.change.org/p/candidatos-a-presidente-do-brasil-em-2014-assinem-a-carta-compromisso-com-a-mobilidade-cicl%C3%ADstica>

change.org Iniciar abaixo-assinado Explorar Pesquisar



Pressionando Secretaria do meio ambiente ▾

Faça a despoluição e revitalização do Rio Itapecerica

 Abaixo-assinado por Daniel Vespucio Divinópolis, Brazil

Ainda nos anos em que o Brasil era uma colônia portuguesa, o Rio Itapecerica já era conhecido por aqueles que se arriscavam a atravessar os sertões rumo à Picada de Goiás. A Cachoeira Grande, como era conhecida a passagem d'água no bairro Niterói, favorecia a travessia de forasteiros e tropeiros, que iam ganhar a vida ao explorar novos caminhos mata adentro.

Como um ponto de passagem e de pousada para aqueles que arriscavam a vida nos sertões, o arraial foi se formando próximo ao rio e, desde então, deu origem a Divinópolis. Hoje o rio é uma importante fonte de vida para pelo menos três cidades: Itapecerica, Divinópolis e Conceição do Pará. É do rio que vem a água para a sobrevivência de aproximadamente 250 mil pessoas.

Sua nascente está no município de Itapecerica, no Morro do Calado. O primeiro nome que ele recebe é Rio Vermelho e na junção entre os rios Gama e Santo Antônio, passa a ser conhecido como Rio Itapecerica. Em Divinópolis ele percorre um perímetro de 29 quilômetros em área urbana e rural. Seus principais afluentes na Cidade do Divino são: Ribeirão Boa Vista, Córrego Buriti, Córrego do Paiol, Córrego do Neném e Córrego Catalão.

Revitalização

Em maio de 2012 o prefeito Vladimir de Azevedo (PSDB) assinou contrato junto à Copasa para a revitalização do Rio Itapecerica. O projeto de despoluição que já estava sendo discutido em gestões anteriores prevê, de acordo com o prefeito, que o rio seja totalmente despoluído até 2016. O custo inicial será de aproximadamente 150 milhões de reais, investimento que sairá do bolso do próprio cidadão.

Contudo, o rio não estará totalmente despoluído em 2016 como se prevê. De acordo com o biólogo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Claudemir Henrique da Cunha, a despoluição do rio não acontecerá em curto prazo: "essa despoluição não vai acontecer em curto prazo. É comum ouvir das pessoas que após a instalação dos receptores, em quatro anos o rio estará limpo. Não! Essa despoluição vai ser gradativa e existe um tempo natural do próprio rio para a despoluição até ficar um nível desejado. Isso será feito de médio para longo prazo. Não é o atual prefeito que irá despoluir o Itapecerica, ele irá iniciar o processo. O que nós temos é um projeto até 2016 para poder concluir esses interceptores. As pessoas confundem a conclusão de uma obra com a despoluição do rio. Ninguém é capaz de determinar um prazo para o rio estar limpo. O que eu posso garantir é que um processo de recuperação de uma área degradada leva o dobro ou o triplo do tempo. Se não começar o processo de despoluição do Rio Itapecerica, em médio prazo, não terá como fazer mais uso da água do nosso rio. Vamos chegar numa situação complicada", afirmou o biólogo.

O projeto de tratamento de esgoto prevê que sejam instalados, ao longo do curso do rio no perímetro urbano, receptores que recolham o esgoto antes que ele caia no rio. Os dejetos serão bombeados até uma Estação de Tratamento de Esgoto – ETE – e lá serão tratados. Dessa forma o rio deixará de receber o esgoto da população divinopolitana, principal poluente.

Com a obra ainda em planejamento, outro problema deve ser fiscalizado de perto. A mata ciliar do rio sofrerá alguns danos devido à instalação dos receptores e das entradas de maquinários para fazer a manutenção deste sistema. A população ribeirinha e algumas ONGs da cidade estão lutando nos últimos dias, para conseguir preservar a mata no entorno do rio e ainda aumentar o número de árvores às margens. Porém, o biólogo Claudemir Cunha fez observações importantes a este respeito: "a prioridade do rio neste momento é sua despoluição devido à carga de esgoto lançada no curso da água. Neste momento o rio deve ser estudado como um todo, não apenas em local determinado. Nós temos uma caracterização para o perímetro urbano do rio, que o principal objetivo neste ponto é a retirada do esgoto lançado. Se realizarmos hoje um grande plantio de mata ciliar nas faixas que tem falhas, isso no futuro vai implicar num problema maior para poder fazer a despoluição do rio. Onde vão passar esses interceptores? Pouca gente tem essa visão macro do rio", explicou.

O projeto ainda prevê que alguns receptores serão instalados em Áreas de Preservação Permanente (APP), porém, antes de partir para qualquer execução, o caso deve ser analisado e aprovado pelo Ministério Público. Essas áreas que sofrerão perdas de mata serão recompensadas. Trata-se de priorizar a despoluição do rio em prol do plantio de mata ciliar em alguns pontos, pelo menos em um primeiro momento, para que essas medidas emergenciais sejam tomadas.

Figura 8: Trecho da petição CH3

Fonte: <https://www.change.org/p/secretaria-do-meio-ambiente-fa%C3%A7a-a-despolui%C3%A7%C3%A3o-e-revitaliza%C3%A7%C3%A3o-do-rio-itapecerica>

The image shows a screenshot of a Change.org petition page. At the top, the Change.org logo is visible along with navigation links for 'Iniciar abaixo-assinado', 'Explorar', and a search bar. The main content features a large photo of a young child, followed by the title 'Redes abertas de televisão: divulguem fotos de crianças desaparecidas no horário nobre'. Below the title, it indicates the petition is signed by Alexandra Schemberger. The main text of the petition is displayed in two paragraphs, detailing the author's experience with a missing child and their efforts to raise awareness. On the right side, there are two identical 'Assine agora' (Sign Now) sections, each showing a progress bar with 54,808 supporters and a goal of 20,191 signatures. Each section includes a form with fields for Name, Surname, Email, and City, an optional comment field, and a red 'Assine' button. A checkbox for 'Exibir assinatura na Change.org' is also present, along with a link to the terms of use and privacy policy.

Figura 9: Trecho da petição CH16

Fonte: <https://www.change.org/p/redes-abertas-de-televis%C3%A3o-divulgue-nas-propagandas-de-hor%C3%A1rio-nobre-das-redes-de-televis%C3%B5es-as-fotos-das-crian%C3%A7as-desaparecidas>

Nesse sentido, o Quadro 4, a seguir, mostra o conjunto dos movimentos vinculados aos propósitos, classificados a partir da análise do *corpus* restrito desta pesquisa. Vale salientar, contudo, que tanto estes como aqueles, de modo geral, não estão presentes simultaneamente no mesmo texto, e que os movimentos são realizados de formas variadas, de acordo com a estratégia e o uso do recurso utilizados pelo produtor.

Quadro 3: Movimentos retóricos da petição *on-line* (Baseado em Bezerra, 2006)

pedir a defesa de direitos a um setor público hierarquicamente superior	
MOVIMENTO RETÓRICO	- fazendo o pedido - expondo a causa - sugerindo solução - informando o destinatário/a pessoa que decide
apresentar o problema	
MOVIMENTO RETÓRICO	- explicando o problema - indicando fontes para mais informações - contextualizando/informando sobre o tema - indagando sobre o tema
exigir solução	
MOVIMENTO RETÓRICO	- apontando a solução - cobrando do órgão/pessoa responsável
chamar/pedir apoio	
MOVIMENTO RETÓRICO	- contando com o leitor - pedindo assinatura - reforçando o pedido - expondo o que deve ser alcançado - pedindo divulgação/compartilhamento
registrar apoios	
MOVIMENTO RETÓRICO	- citando apoiadores

Assim, observamos no nosso *corpus* configurações variadas²⁷: desde textos que podem ser considerados como ‘bem caracterizados’, uma vez que atendem a um número maior de movimentos retóricos do gênero, a textos que exploram minimamente um ou outro movimento (dentre os classificados como recorrentes), usando de informações imprecisas e vagas e de redação pobre.

Vejamos os exemplos em destaque:

²⁷ Observamos os movimentos retóricos mobilizados no título e no corpo do texto.

<p>AVAAZ.ORG O MUNDO EM AÇÃO</p> <h2>Um lar para Snowden</h2>  <p>1.038.919 assinaram a petição. Ajude-nos a chegar em 1.250.000</p> <p>Atualização: 14 Fevereiro 2014</p> <p>Saiu em toda a imprensa! Nossa espetacular entrega de assinaturas para o Itamaraty esteve nas principais manchetes do mundo (veja aqui e aqui). Agora ajude a aumentar a pressão até que Snowden consiga um lar - assine e compartilhe com todos:</p> <p>O maior denunciante do mundo está isolado no inverno russo, correndo o risco de ser preso em uma solitária, ser alvo de humilhações e maus-tratos e até enfrentar pena de prisão perpétua se os agentes norte-americanos colocarem as mãos nele. Mas nesta semana poderemos ajudá-lo a conseguir um porto seguro.</p> <p>Edward Snowden expôs o estarrecedor e ilegal esquema de espionagem que o governo dos EUA controla e que espia a todos nós. O asilo temporário na Rússia está quase acabando e Snowden não tem para onde ir. Mas a presidente Dilma continua bastante irritada com a espionagem americana e, segundo especialistas, ela pode se contrapor à pressão dos EUA para considerar dar asilo a Snowden!</p> <p>Vai muito além de um homem em particular. Se o ato de Snowden – contar a verdade – for recebido com repressão, estaremos enviando a mensagem errada a governos abusivos e denunciantes no mundo todo. Se 1 milhão de nós nos mobilizarmos agora, poderemos enviar à presidente Dilma a maior mensagem de apoio cidadã na história. Assine para garantir a segurança de Snowden e defender a democracia em todo o mundo.</p>	<p>Expondo a causa</p> <p>Explicando o problema</p> <p>Contextualizando o tema</p> <p>Expondo o que deve ser alcançado</p> <p>Pedindo assinatura Reforçando o pedido</p>
---	--

Figura 10: Trecho da petição AV7

Fonte: https://www.avaaz.org/po/send_snowden_home_loc/

O exemplo da Figura 10 explora seis movimentos retóricos, podendo ser, esta petição, considerada como prototípica do gênero, já que mobiliza um número relevante de

movimentos, refletindo no valor informacional do texto. O primeiro movimento, realizado pela frase nominal que compõe o título, reflete não apenas o pedido, mas a que se propõe a petição, expõe a causa para a qual se lutar, que seria encontrar ‘Um lar para Snowden’.

O segundo movimento é construído a partir de uma seleção lexical estrategicamente feita para explicar o problema sob um ponto de vista baseado no alarmismo e na hipérbole: ‘o maior denunciante do mundo’, ‘preso em uma solitária’, ‘alvo de humilhações’, ‘prisão perpétua’, ‘colocarem as mãos nele’, ‘porto seguro’. Essa característica já foi mencionada aqui, sendo o uso de palavras com apelo mais emocional constatado como algo típico desse gênero.

A contextualização do tema nomeia ‘o maior denunciante do mundo’ (‘Edward Snowden’), dizendo qual foi o ato que ele cometeu (‘contar a verdade’) que pode resultar em punição. Além disso, cita como fato já conhecido (‘continua bastante irritada’) a irritação da presidenta Dilma com a espionagem americana, o que dispensa a explicação de seu papel nesta situação.

O movimento de expor o que deve ser alcançado vem grafado com destaque em negrito, uso recorrente das petições hospedadas pelo *Avaaz*. Aqui, a finalidade da coleta de assinaturas é posta como ‘enviar uma mensagem de apoio cidadã’ à presidenta Dilma, e não ‘conseguir um lar para Snowden’. Acerca desse aspecto, isto é, a finalidade da petição ser diferente de se alcançar a solução apontada por ela, nós já tratamos quando mencionamos os propósitos comunicativos do gênero. Assim, embora haja um propósito maior, que é ‘pedir a defesa de direitos’ – neste caso o direito a um lar do participante representado –, há propósitos diversos que são realizados pelo gênero, e reconhecidos e compartilhados pelos usuários envolvidos nas atividades específicas, que não invalidam ou concorrem entre si.

Dentro desse movimento (expondo o que deve ser alcançado), gramaticalmente, um uso muito recorrente, principalmente nas petições de *Avaaz*, é o emprego de orações condicionais. Próprio de textos argumentativos (BECHARA, 2009), tal uso exprime a condição necessária para que algo seja realizado ou deixe de se realizar. Nesse caso, a condição que frequentemente aparece diz respeito a um determinado número de assinaturas a ser alcançado: ‘Se 1 milhão de nós nos mobilizarmos agora, poderemos enviar à presidente Dilma a maior mensagem de apoio cidadã na história’ [AV7], ‘Se unirmos nossas vozes, fizermos um apelo global pelo cessar-fogo, e comparecermos em massa na conferência – por meio de nossas assinaturas’ [AV6], ‘Quando alcançarmos um milhão de assinaturas, vamos levar nossos nomes em centenas de corações gigantes para dentro do Parlamento’ [AV9].

Os dois últimos movimentos retóricos frequentemente andam juntos nas petições, ou seja, na medida em que pedem assinatura, reforçam o pedido que está sendo defendido ali: ‘Assine para garantir a segurança de Snowden e defender a democracia em todo o mundo’ [AV7], ‘Assine a petição pelo cessar-fogo na Síria agora’ [AV6], ‘Ajude a tornar o processo eleitoral mais justo, assine e divulgue’ [CH17], ‘Assine e mande um recado para o governo do Sudão para que respeite o direito de escolha religiosa e para que liberte Meriam’ [CH14].

A categoria a que pertence a petição da Figura 10, isto é, ‘direitos humanos’, em geral, abriga causas com teor mais universal, voltadas para problemas que afetam o cenário internacional. Das onze que compõem essa categoria, oito foram produzidas no *Avaaz*, e três no *Change*, sendo duas destas com o conteúdo voltado para conflitos vividos no Brasil (CH15 e CH16). O predomínio de petições de *Avaaz*, nesse caso, reforça o perfil mais global das causas defendidas ali, com conteúdo mais humanista, o que se reflete na menor diversidade de categorias em que seus textos foram rotulados em nossa pesquisa (Ambiental, Direitos Humanos e Política Institucional).

Por outro lado, isso também diz algo sobre a característica dos textos presentes nessa categoria. Uma vez que são produzidos por profissionais e que passam por processo de revisão, os textos de *Avaaz* são bem caracterizados, ou mais prototípicos, ou seja, mobilizam movimentos retóricos de modo a contribuir com a informatividade do texto, além de se expressar com clareza e correção. Sendo assim, as petições em Direitos Humanos também refletem esses aspectos.

Acerca das características dos textos, os de *Change* também passam por edição, conforme o próprio *site*, porém os produtores, quando não respondem por ONGs ou entidades diversas, são pessoas comuns, o que parece explicar por que uma parte deles não executa alguns movimentos retóricos típicos do gênero. Por outro lado, os exemplos que coletamos de *Petição Pública*, em grande medida, são mais flexíveis não só no que se refere aos movimentos retóricos, mas, também, à redação, à correção gramatical e à informatividade, indicando a ausência de filtros naquele ambiente, os tornando, portanto, menos prototípicos.

Nesse contexto, tendo em vista que uma noção geral de prototipicidade passa, de acordo com Bezerra (2006, p. 51), pelo reconhecimento de padrões de similaridade “quanto à estrutura, o estilo, o conteúdo e a audiência pretendida” nas diferentes realizações do gênero, tomando como critério a mobilização de movimentos retóricos conforme a política do *site* em que são produzidas, podemos apresentar a seguinte configuração geral acerca da caracterização das petições:

mais prototípica ←→ **menos prototípica**
Avaaz *Change* *Petição Pública*

Tal configuração ressalta que, como já deixamos claro nesta tese, os traços formais não são preponderantes no momento do reconhecimento de um texto como pertencente a determinado gênero. Mas sim, que há uma estrutura retórica que pode ser mais ou menos atendida, refletindo a dinamicidade que os produtores do gênero reconhecem e aceitam. Além disso, este *continuum* ressalta que, dependendo do *site* em que se originam os textos, podem ser encontradas diferentes níveis de regularidade de organização do gênero, cujas configurações atribuímos às diferentes condições de produção dadas.

Retomando os exemplos em análise, vejamos a Figura 11:

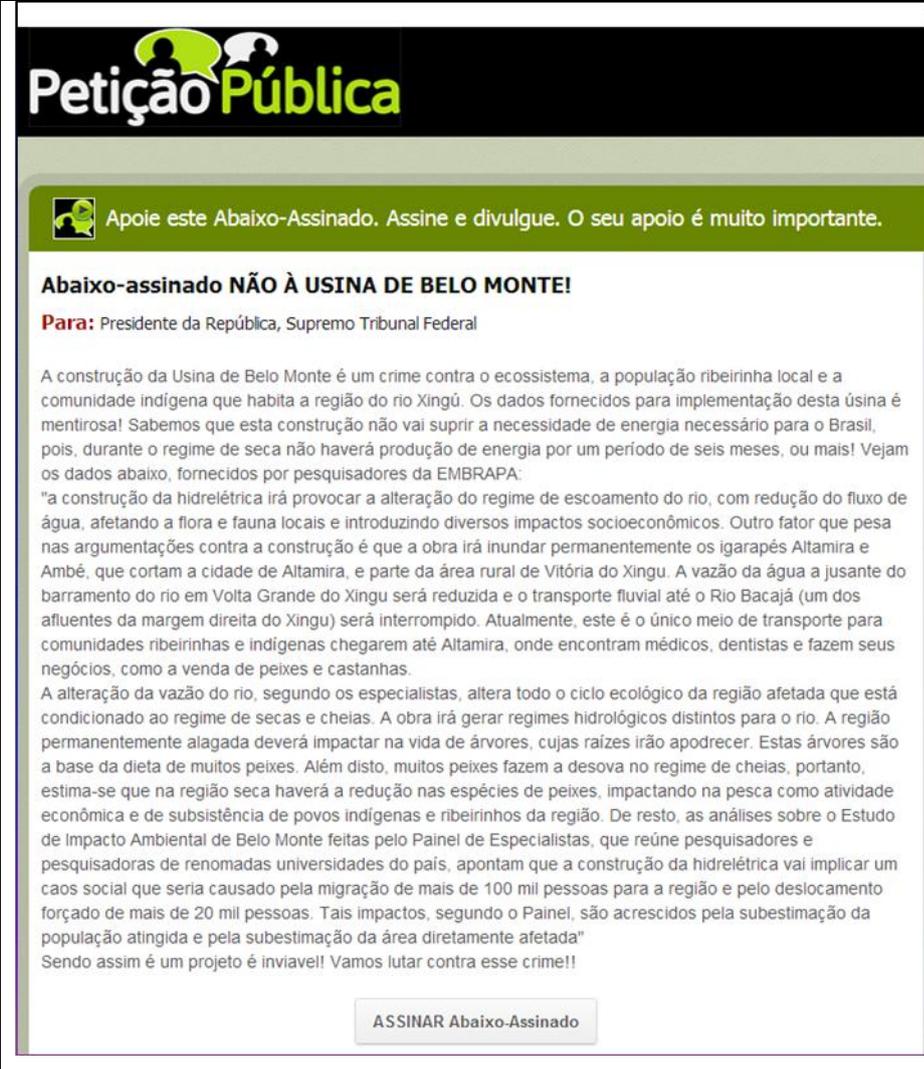
	<p>Expondo a causa Informando o dest.</p> <p>Explicando o problema</p> <p>Contando com o leitor</p>
---	---

Figura 11: Trecho da petição PPI

Fonte: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=p2012n19449>

O exemplo exibido na Figura 11 se concentra em, basicamente, explicar o problema, utilizando, para isso o recurso de citar ‘dados fornecidos por pesquisadores da EMBRAPA’, os quais trazem inúmeras consequências atribuídas à construção da hidrelétrica Belo Monte. No último movimento o autor conta com a ajuda do leitor, concluindo que aquele é ‘um projeto inviável’ diante de tantos e graves danos ambientais que trará como resultado, e chama-o para ‘lutar contra esse crime’. O movimento de contar com o leitor é expresso tanto de forma indireta, como nesta petição, como também de forma mais direta, como em ‘Contamos com a ajuda de todos para não ver mais essas espécies apenas em fotografias’ [CH1] e ‘Conto com o apoio de todos vocês’ [CH7].

O recurso de citar a voz de uma entidade responsável pelo setor ao qual aquela reivindicação pertence poderia, contudo, ter validade se a Embrapa não fosse um órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tem como preocupação a produção agrícola e pecuária do Brasil, o que aponta para uma inconsistência na argumentação em termos de coerência desta petição. Contudo, podemos ver o recurso do argumento de autoridade sendo empregado de modo mais feliz, tanto para expressar o movimento de explicar o problema, ou o de contextualizar o tema, como para citar apoiadores daquela causa: CH10 e CH12 indicam reportagens feitas por programas de televisão para maiores informações; CH6 e PP11 apontam uma série de entidades apoiadoras; PP2, PP16, CH18 e CH23 citam leis e a Constituição; CH24 e CH25 citam apoiadores e *site* com mais informações.

Nas petições categorizadas como Ambiental, por sua vez, há a recorrência, no movimento de ‘informar o destinatário’, da indicação do Ministério do Meio Ambiente como órgão responsável por aquela decisão. Das dez petições que trazem o enfoque ambiental, três são destinadas à ministra do meio ambiente, duas ao presidente Barack Obama e duas ao Supremo Tribunal Federal. Esse dado aponta para o fato de as reivindicações sobre o meio ambiente serem de âmbito nacional, ou seja, são causas que atingem um grande número de pessoas e que possuem um apelo mais abrangente.

Esta é uma petição curta, com um parágrafo apenas, porém, de modo geral, os textos apresentam mais de três parágrafos, possuindo uma extensão maior. Além disso, falta, ainda, o pedido de assinatura/apoio para a causa. Acerca desse aspecto, notamos que frequentemente o propósito de ‘pedir apoio’ não é expresso por qualquer movimento nas petições, sobretudo nas de *Change* e de *Petição Pública*. A princípio, acreditávamos que o pedido de assinaturas (ou, metonimicamente, apoio, participação, união, soma de vozes...) seria um movimento quase essencial para a produção desse gênero. Contudo, parece que ele é algo já pressuposto pelos usuários e, expressá-lo se tornaria uma redundância.

Outro aspecto que destacamos no exemplo da Figura 12 é o uso da primeira pessoa do plural (*nós*), recurso utilizado para aproximar o leitor, fazendo-o parte daquele pedido. Como não poderia ser diferente, esse recurso é muito explorado no gênero, em diversos movimentos retóricos, já que é importante que o leitor sintá-se como parte daquele problema para se sentir impelido a participar: ‘Vamos transformar a consulta pública em um verdadeiro referendo mundial’[AV1], ‘Vamos incentivar o desenvolvimento de nossa cidade’ [CH22], ‘Vamos apoiar essa ideia e construir um lindo parque para São Paulo’ [CH26].

4.3.1.1 Um caso à parte: os títulos de petições

Síntese da reivindicação feita ali, os títulos das petições são, geralmente, longos, porém objetivos, ou seja, “vão direto ao ponto”, dizendo o que querem ou pelo que lutar. Às vezes dizem o pedido, a causa e o problema: ‘Declare oficialmente a Moratória JÁ (e não em JÁ-neiro de 2015). A pesca da piracatinga começa agora na Amazônia, até janeiro de 2015 milhares de botos poderão perder suas vidas’ [CH2]; e outras, apontam mais de uma causa por que lutar: ‘Por uma Estante Virtual mais justa para todos! Contra o aumento extorsivo de 100% nas tarifas. Contra as decisões unilaterais. Contra os abusos administrativos!’ [CH8], ‘Governo Federal: Pelo não fechamento da SUIPA e PELO absolvido da dívida de 14 milhões de reais em impostos’ [CH10].

Os títulos realizam, normalmente, os movimentos retóricos de ‘fazer o pedido’, de ‘expor a causa’ e de ‘sugerir solução’. Nesse sentido, observando o Quadro 2, entendemos que o movimento de fazer o pedido, muitas vezes, vem expresso pelo uso de um verbo no imperativo ou no infinitivo (com função imperativa. Cf. BECHARA, 2009, p. 283) – como em ‘Fechem Keystone, uma overdose de carbono’[AV1], ‘Cumprir com as ações propostas no Plano de ação nacional para a conservação dos muriquis’ [CH1], ‘Salve do abate milhares de

jumentos no Nordeste’ [CH13], ‘Regulamentar o uso e o cultivo caseiro de Cannabis Medicinal por pessoa física no Brasil’[CH18].

Já os títulos que expressam o movimento de expor a causa são elaborados a partir de frases nominais – ‘Um santuário marinho do tamanho do México!’ [AV3], ‘Abaixo-assinado Movimento Contra o Movimento Gota D’Água’ [PP2], ‘Pokémon Omega Ruby e Alpha Sapphire em português’ [CH7], ‘O comércio ilegal de escravos no Sinai’ [AV4], ‘Voto aberto já!’ [AV14] –, enquanto os que sugerem solução vêm em forma de orações simples – por exemplo, ‘UE: nossas crianças merecem um futuro’ [AV2], ‘Queremos tudo que seja de Programação, Brinquedos, revistas, jogos destinados ao público infantil de volta!’ [PP3], ‘Vencemos! STF: queremos eleições limpas’ [AV13].

Bastante informativos, os títulos das petições despertam a atenção do leitor usando do mesmo tom imediatista e alarmista encontrado nos textos, explorando por meio de imperativos, exclamações e letras maiúsculas as suas exigências. Tais estratégias concentram o agir retórico dos produtores, que buscam, muitas vezes, chamar imediatamente a atenção para sua reivindicação em torno do propósito primeiro de arrecadar assinaturas.

4.3.2 Alguns processos de composição

Conforme Paré e Smart (1994), os processos de composição englobam aspectos relativos à redação do texto. Esses processos podem ser entendidos como contextualizadores, ajudando na compreensão de certos usos de recursos de construção do gênero. Neste ponto do trabalho, abordamos dois dos processos elencados pelos autores, quais sejam, evento de iniciação, entendido aqui como motivação, ou “ponta-pé inicial”, ou *exigência* – nos termos de Miller –, da escrita de um texto, e escrita e reescrita.

Vale salientar, a princípio, que os dados mostram que os textos de petição parecem ser regidos por processos de composição diferentes conforme são produzidos por ONGs (ou entidades diversas) ou por pessoas comuns (possibilidades da petição *on-line* não governamental), e, também, de acordo com o *site* de origem da petição. Assim, resolvemos olhar para os textos do nosso *corpus* tendo tais distinções em mente, já que estas parecem ser variáveis importantes a ser consideradas a respeito do gênero, como foi constatado no momento da elaboração da configuração geral das petições a partir dos movimentos retóricos.

4.3.2.1 A exigência satisfeita pela petição on-line

De acordo com Miller (2009; 2015), a exigência de um gênero possui recorrência, já que se trata do reconhecimento de uma necessidade social que mobiliza a sua produção. Mais do que “força material”, a exigência é o “motivo que nos move” (MILLER, 2015, p. 52). Assim, a motivação social, ou necessidade recorrente, satisfeita pela petição gira em torno da expressão da indignação das pessoas: da insatisfação, da não aceitação do *status quo*, do desejo de mudança, do pedido de ajuda. Desde a reivindicação mais específica e corriqueira a mais global e catastrófica, como nos exemplos a seguir.

change.org Iniciar abaixo-assinado Explorar Pesquisar



Pressionando Nintendo ▾

Pokémon Omega Ruby e Alpha Sapphire em português

 Abaixo-assinado por
João Victor Gomes
Guarujá, Brazil

NEWS: EM EXATAMENTE UMA SEMANA CONSEGUIMOS 10.000 ASSINATURAS, ISSO SIGNIFICA 10.000 EMAILS ENVIADOS PARA A GAME FREAK E A NINTENDO! NOSSA PROXIMA META É 30.000

Desde que Pokémon X e Y foram anunciados para vários idiomas surgiu a esperança de termos finalmente pokémon em português já que foi anunciado que seria lançado mundialmente no mesmo dia, apesar do André Melo ter feito um abaixo assinado: "Pokémon X e Y em Português" com mais de 17.000 (dezessete mil) pessoas assinantes, nós não conseguimos realizar essa façanha, mas chegamos muito perto, pois a game freak nos deu até uma resposta.

No Brasil simplesmente Pokémon X e Pokémon Y foram um grande estouro de vendas, shopping e lojas lotadas, sites de vendas congestionados, isso sem ter o idioma Português(Brasil).

E estamos aqui novamente, mais cedo do que nunca, para que a game freak traduza os remakes de Pokémon Ruby e Sapphire! Vamos fazer que a Game Freak e a Nintendo ouça as vozes dos Brasileiros novamente.

Conto com o apoio de todos vocês

Figura 43: Trecho da petição CH7

Fonte: <https://www.change.org/p/pok%C3%A9mon-omega-ruby-e-alpha-sapphire-em-portugu%C3%AAs>

Webpage Screenshot

AVAAZ.ORG
O MUNDO EM AÇÃO

ENGLISH العربية DEUTSCH РУССКИЙ FRANÇAIS ESPAÑOL 한국어 繁體中文 简体中文 日本語 NEDERLANDS ITALIANO বাংলা TURKÇE POLSKI ROMANA QUEM SOMOS

Fechem Keystone, uma overdose de carbono.



1.064.838 / 1.250.000

1.064.838 assinaram. Vamos chegar em 1.250.000

Atualização: 11 março 2014

*Primeira parte do trabalho feita! Mais de 1 milhão de nós **enchemos a consulta pública com comentários** e assinaturas, incluindo uma **carta de vozes de todos os cantos do mundo** organizada pelo ícone da paz, Desmond Tutu; além de colocarmos **anúncios contrários às indústrias petrolíferas** nas estações de metrô de Washington DC (EUA). Agora temos um plano para vencer o debate! Chegou a hora da decisão: vamos aumentar a pressão assinando e chamando mais pessoas para participarem:*

Enquanto lemos este email, o governo dos EUA está prestes a tomar a decisão mais importante acerca das mudanças climáticas na presidência de Barack Obama a aprovação ou não de um oleoduto monstruoso que transportará do Canadá aos EUA, por dia, até 830 mil barris do petróleo mais sujo.

Caso seja aprovado, o oleoduto Keystone XL ajudará a bombear bilhões de dólares para os bolsos de umas poucas companhias, além de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera. O oleoduto está sendo descrito como **"o detonador da maior bomba de carbono do planeta"**. Uma reação ousada da opinião pública já conseguiu atrasar o projeto antes, e outro golpe duro foi dado na semana passada, quando saiu uma decisão judicial contrária ao oleoduto. Agora, se **agirmos com rapidez e em grande número, podemos ajudar a acabar com essa ideia de vez.**

O secretário de Estado dos EUA, responsável pela maneira como o país se relaciona com o resto do mundo, abriu **uma rodada final para receber comentários da opinião pública**. Ele sabe que essa é a prova-dos-nove para definir a posição dos EUA e evitar um desastre ambiental. Vamos transformar a consulta pública em um verdadeiro referendo mundial, somando milhões de vozes de todos os países do mundo a ela, exigindo que o oleoduto Keystone seja impedido e que os EUA assumam a posição de liderança que afirmam ter para salvar nosso planeta. **Faltam só alguns dias para o fim da consulta. Assine agora.**

ASSINE A PETIÇÃO

Ao presidente dos EUA Barack Obama e o secretário de Estado John Kerry:

“ Nós, cidadãos do mundo, nos sentimos motivados quando o secretário de Estado, John Kerry, afirmou que as mudanças climáticas talvez eram provavelmente a mais assustadora arma de destruição em massa do mundo, e se comprometeu com o papel de liderança dos EUA para impedir esta ameaça. Pedimos que V. Exas rejeitem a licença para execução do oleoduto Keystone XL e reafirmem este comprometimento de liderança. O mundo está exigindo ação, e esta decisão é um referendo de sua liderança para proteger nosso planeta.

Você já é um apoiador da Avaaz? só precisa preencher seu email e clicar "Assine"

email **ENVIAR ▶**

Primeira vez aqui? Por favor preencha o formulário.

nome completo

email

Pais CEP

Avaaz.org vai proteger sua privacidade e lhe manter atualizado sobre essa e outras campanhas semelhantes. **ENVIAR ▶**

ASSINATURAS RECENTES

um minuto atrás		Thomas Hampl, Áustria
2 minutos atrás		sanchez, França
28 minutos atrás		Marco, Brasil
38 minutos atrás		osman turan, Turquia
53 minutos atrás		sinan, Turquia

Figura 14: Trecho da petição AVI

Fonte: https://secure.avaaz.org/po/stop_the_keystone_xl_pipeline_loc/?pv=96&rc=fb

O gênero satisfaz às necessidades sociais usando da argumentação como ferramenta para a transformação da realidade. Como “construção mútua de objetos, eventos, interesses e propósitos” (CAVALCANTI, 2015, 169), a motivação social mostra as necessidades sociais expressas pelo gênero, sejam elas menos ou mais complexas. Assim, tanto o pedido por uma versão em português de um jogo (Figura 13), como a importante missão de barrar a construção de um oleoduto que pode ameaçar o planeta (Figura 14), por exemplo, encontram na petição o caminho para terem concretizadas suas ambições.

Traduzidas em diferentes temas pelas petições, as demandas sociais são inúmeras, e despertam de diferentes formas os interesses das pessoas. A fim de realizar um registro de como variam tais interesses entre os internautas, indagamos em nosso questionário sobre quais temas, dentre os localizados por nós no momento de categorização do *corpus*, despertam mais ou menos o seu interesse. Os resultados foram os seguintes:

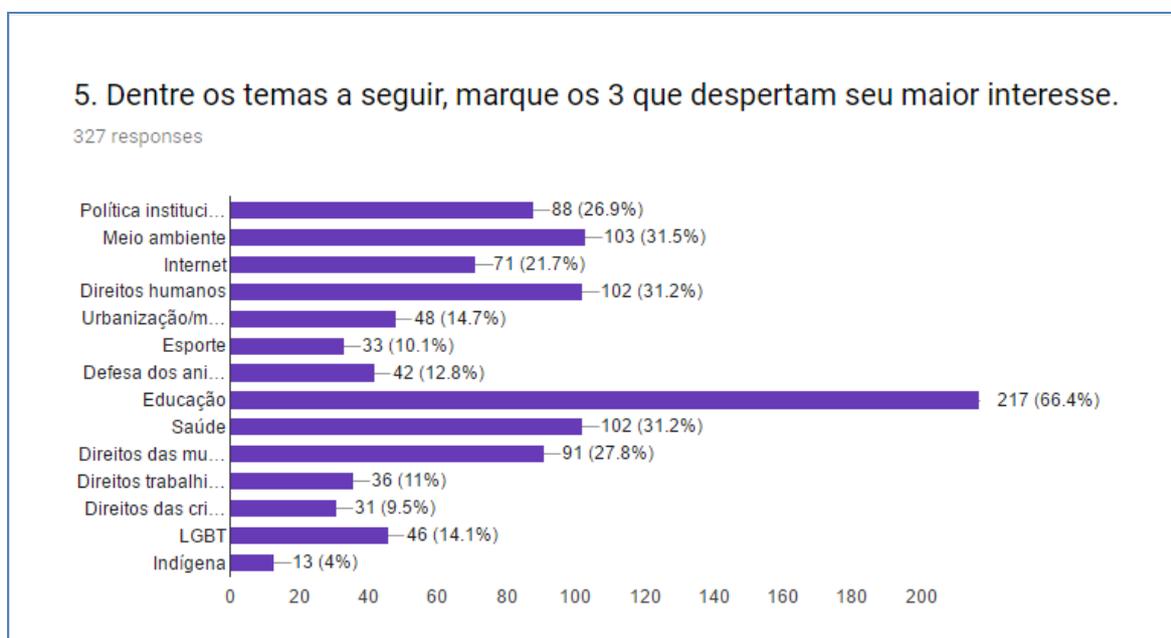


Figura 15: Temas que despertam maior interesse entre os internautas

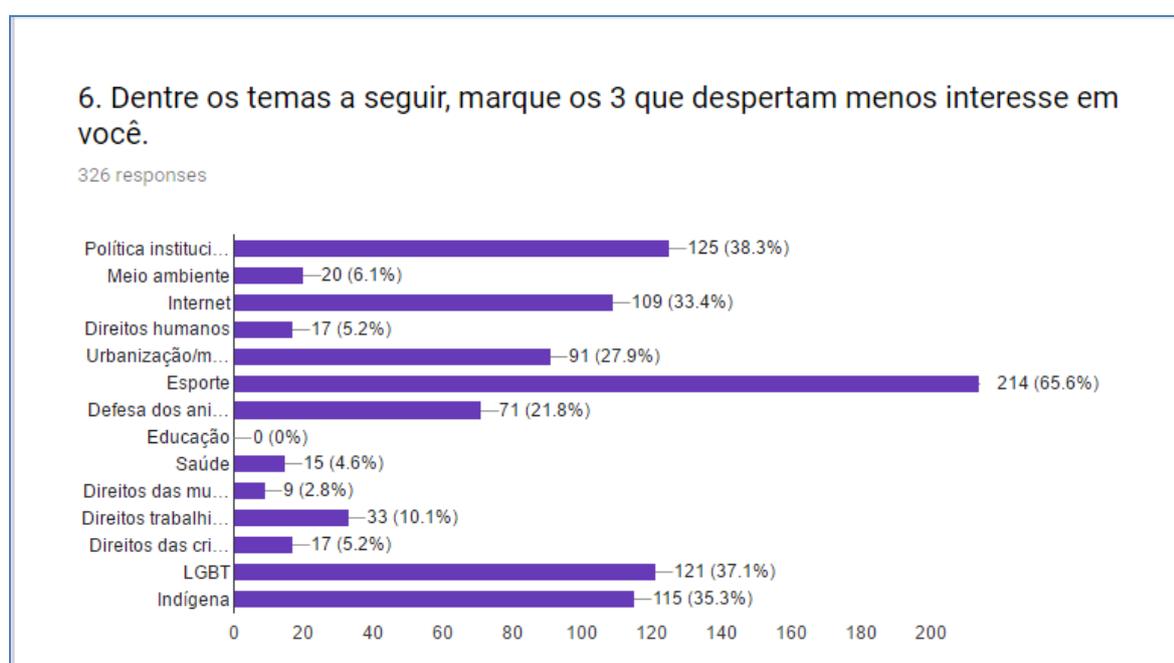


Figura 16: Temas que despertam menor interesse dos internautas

Assim, em primeiro lugar, como tema que apresenta maior interesse dos internautas está ‘educação’, atendendo a 66,4% das respostas dadas à pergunta. Em contrapartida, tal preferência não encontra reflexo no número de reivindicações feitas por meio das petições, já que catalogamos apenas dois exemplos de textos com essa demanda (Cf. Quadro 1, Apêndice 1). Afora esse dado, os temas que estão em segundo lugar na preferência dos nossos interlocutores do questionário, com pouco mais de 31% cada, são ‘meio ambiente’, ‘direitos humanos’ e ‘saúde’. Por outro lado, o tema que encontra menos interesse é ‘esporte’, embora seja mais bem representado em número de petições do que educação, ou seja, três.

Embora esperássemos que houvesse uma correlação entre o principal interesse expresso pelas pessoas e as demandas refletidas pelas petições, confirmamos tal intuição com os temas subsequentes escolhidos como de maior interesse entre os respondentes. Assim, saber de tais interesses nos leva a pensar sobre como as pessoas os expressam, ou mesmo, como a petição dá vazão às preocupações que se transformam em demandas sociais.

A exigência no que diz respeito à petição dá a ver a demanda social por trás daquele pedido, reivindicação, insatisfação, expressos pelos participantes. Obviamente, em petições promovidas por ONGs²⁸, como a da Figura 14, se reconhece mais facilmente a motivação mais abrangente, fazendo-a soar como uma causa “mais social”– a preocupação com mudanças climáticas, petróleo; a citação da opinião pública, de uma decisão judicial, da posição do governo dos EUA etc. Contudo, o que imprime uma natureza social àquela necessidade é o gênero.

É o gênero que transmite o senso de que aquela preocupação pertence a todos; ele fornece meios para que os produtores atraiam o público que coadune a sua disposição de lutar e se motivar para escrevê-lo. Nesse sentido, ocupando o centro da situação retórica, a exigência é o motivo social que encontra condições materiais nas ações retóricas conjuntas típicas disponíveis em um dado momento da história e da cultura. Como parte destas, o gênero se torna, pois, ação pela linguagem.

4.3.2.2 Processos de escrita de petições

Disponibilizar uma petição *on-line*, com todas as suas possibilidades, é algo relativamente simples para o internauta indignado. Mesmo o portal do *Avaaz*, responsável por

²⁸*Avaaz* se define como tal.

fazer circular textos produzidos por “uma equipe profissional”, oferece espaço para os internautas, ou “membros da comunidade”, exporem suas causas. Assim, cada *site* traz o encaminhamento para a produção da petição, oferecendo, inclusive, passo a passos detalhados de como escrevê-la de modo a chamar mais atenção e obter sucesso na reivindicação.

De acordo com o *Change.org*, “Uma petição bem escrita tem muito mais chances de ser levada a sério. Pode confiar: título potente, imagem forte, ‘alvo’ certo e sua história pessoal vão fazer a causa ir mais longe e vencer.” É essa a mensagem encontrada pela pessoa que pretende escrever uma petição ao acessar o *link* “Como começar”²⁹ no *site* do grupo. Tal mensagem é seguida de “dicas” da equipe, disponibilizadas em passos, que vão do um ao quatro:

- *passo 1: faça um título forte:* aqui a página sugere que se faça um título forte, direto ao ponto e apelativo, com no máximo dez palavras e um verbo de ação. Por “verbo de ação”, a partir dos exemplos dados, entende-se verbos no imperativo. Outra dica ofertada diz que “quanto mais urgente e emocional, melhor”.
- *passo 2: escolha o destinatário certo:* neste ponto, o escritor da petição fica sabendo que ele deve acrescentar à sua solicitação o *e-mail* da pessoa que será alvo da sua mobilização. Aqui é ensinado também como essa pessoa deve ser escolhida, isto é, é preferível que se fale com uma pessoa e não com um grupo ou com organizações, empresas ou governo, esta pessoa deve ter menos poder, por exemplo, é preferível um secretário a um prefeito, pois aquele não está “acostumado a ser exposto” e por isso é mais sensível à pressão. Outra informação curiosa neste ponto é a forma como a pessoa pode conseguir o endereço eletrônico do destinatário sem necessariamente revelar que intenciona criar uma campanha contra ele: “1. Busque na internet e dentro de documentos, como planilhas abertas ou apresentações que foram usadas em alguma conferência. 2. Tente arriscar combinações do padrão utilizado em empresas e governos. Por exemplo, para contatar João da Silva, tenta enviar para jsilva@empresa.com, joaos@empresa.com ou joao.silva@empresa.com. O email que não voltar é o certo! 3. Ligue para a empresa/governo, diga que você quer enviar um convite e peça o email da pessoa.”
- *passo 3: conte sua história:* nesta dica é disponibilizado um vídeo com uma reportagem em que se conta a história de duas crianças portadoras de necessidades

²⁹<http://www.comousarachange.org/como-fazer-abaixo-assinado>

especiais como exemplo de “contação de histórias”. A partir desse vídeo são explicadas as partes que uma boa história deve conter, isto é, personagens (descrever as pessoas envolvidas), objetivos e obstáculos (definir o que querem os personagens e quais os obstáculos enfrentados por eles que os impedem de alcançar aquilo) e apostas (“O que queremos que aconteça com a história e o que tememos).

- *passo 4: escolha uma imagem*: na escolha da imagem a “emoção” é mais uma vez citada como uma característica importante, já que, juntamente com o título, “é a primeira coisa que todo mundo vai ver”. Assim, o internauta é orientado a escolher fotos que contem a história do abaixo-assinado, que mostre pessoas ou animais, que possua pelo menos 1600 x 900 pixels de tamanho, e que, caso não seja possível uma imagem feita pelo próprio autor, que ela seja procurada na internet em *sites* que oferecem imagens de domínio público, como *Flickr* ou *Google Imagens*.

Chamam atenção, nessas dicas, alguns detalhes, como os que incentivam, inclusive, que o internauta minta (ou oculte a verdade) no momento de tentar conseguir o *e-mail* do destinatário da petição (passo 2). Aspectos tais que contribuem para a construção não só do texto em si, mas de tudo o que carrega o gênero, sua dinâmica e seus recursos possíveis, explicitando o quê, nos limites da forma do gênero, ajuda os sujeitos que intencionam produzi-lo a desenvolverem para uma compreensão do mundo comunicativo mobilizado ali.

Semelhantemente a *Change, Avaaz* apresenta “dicas para petições eficazes”, no *link* “Ajuda”³⁰ do *site*. A metalinguagem de *Avaaz* ressalta que aquelas são “características que as petições vencedoras têm em comum”, ou seja, partindo de traços que recorrem no gênero, o *site* destaca em sete pontos os aspectos a serem seguidos para se escrever uma petição de sucesso:

- *como nossas petições funcionam*: aqui é mostrado um elenco de “elementos de uma petição online de sucesso”, formado por estratégias a serem seguidas pelo escritor, tais como ‘comece com uma boa ideia’, ‘confie na sua intuição’, ‘crie uma petição em três simples passos’ etc. Aqui são salientados aspectos ligados ao sucesso que pode ser obtido com a criação de uma campanha e à facilidade de fazê-lo: “Tornar aquela ideia em ação é tão fácil quanto 1 mais 1 no site da Petição da Comunidade!”, “Você está pronto para arrasar. Agora, espalhe a campanha – sua petição não vai assinar a si mesma!”, “E não tenha medo de ser criativo -- o céu é o limite para aquilo que você pode fazer com sua petição!”

³⁰https://www.avaaz.org/po/petition/how_to_create_petition/

- *nomeie sua petição*: orienta o internauta a usar menos de 100 caracteres, com palavras claras, intrigantes e sintéticas. Traz ainda exemplos explicados de títulos fortes.
- *escreva o texto da sua petição*: aqui a página afirma que o autor da petição vai convencer as pessoas a se engajar na campanha com sua assinatura, para tanto o texto deve descrever o problema, identificar a solução, indicar quem pode decidir sobre aquilo, mudando a situação. Ressalta, também, que é preciso ser sucinto, já que “Muitas pessoas que não estão familiarizadas com o assunto, mas podem se interessar por ele, não lerão uma ‘tese’ sobre sua causa”. Traz, ainda, elementos chave que devem ser contemplados no texto e dicas para torná-lo melhor.
- *estabeleça seu objetivo*: o objetivo da petição é o pedido que por meio dela é feito. Aqui, *Avaaz* apresenta as dicas de como se fazer o pedido certo, uma vez que este é fundamental para a vitória da campanha. Assim, desde a escolha da solução até o conhecimento dos fatos são elementos descritos como importantes para serem seguidos nessa parte.
- *escolha um alvo*: o alvo é colocado como a pessoa certa para agir a partir da reivindicação apresentada na petição. Ao contrário dos outros passos, a escolha do alvo é posto pela página como algo difícil, o que justifica a “lista de coisas para pensar na hora de escolher o alvo para sua petição”. A lista é composta por dicas que dizem sobre como escolher e convencer esse alvo, tal como: o alvo é um indivíduo com poder, tem emoções, amigos, família, “considere como que essas coisas podem influenciá-lo na decisão sobre seu assunto e o que isso significa para ele.”
- *selecione uma imagem*: aqui é dito que uma boa imagem dá vida a uma campanha, e serve para chamar atenção das pessoas. Para explicar esse ponto são dadas oito dicas, que orientam o olhar do escritor para a mensagem que uma imagem é capaz de transmitir: 1. Conecte com uma história humana – foque num indivíduo; 2. Reflita a campanha; 3. Mostre a escala do problema; 4. Inclua o alvo; 5. Torne-a agradável visualmente; 6. Mostre contraste; 7. Recolocação de marcas e culturas; 8. Imagens violentas nem sempre são as melhores.
- *espalhe sua petição*: aqui é ensinado a promover a petição. Citam-se as formas de compartilhamento possíveis que se pode fazer para divulgar uma petição *on-line*, destacando que é importante que o internauta se aproprie de todas, e não apenas da sua favorita.

Assim como *Change*, *Avaaz* instrui o internauta esmiuçando as características do gênero, as quais podem não ser tão dadas ao escritor que deseja se iniciar no ativismo virtual. Em ambos os *sites* tais instruções são oferecidas tanto por meio de um *link* específico, como um manual, como no momento mesmo de se redigir a petição, através de quadros informativos que são ativados a cada etapa de construção do texto, como pode ser visto abaixo:

Figura 17: Instruções para a escrita da petição *on-line*, etapa 2

Diferentemente, *Petição Pública* traz orientações para o internauta somente no instante da escrita da petição, também em forma de quadros que são ativados quando se passa o cursor do *mouse* sobre a palavra “ajuda”, ao lado das etapas “Destinatários do Abaixo-Assinado” e “Declaração do Abaixo-Assinado”.

Petição Pública Petição Pública Brasil Criar Abaixo-assinado Login ou Registrar

Procure Abaixo-Assinados procurar

Criar Abaixo-Assinado

Título do Abaixo-Assinado [ajuda]

O título do Abaixo-Assinado

Destinatários do Abaixo-Assinado [ajuda]

Escolher pessoas, organizações ou órgãos do governo federal

Declaração do Abaixo-Assinado [ajuda]

Escreva aqui o texto do seu Abaixo-Assinado

te.aspx#

Destinatários da Petição: Coloque o nome da organização, empresa ou pessoa a quem se destina ou que deve receber o abaixo-assinado.
Exemplos: Exmo. Sr. Presidente da República
Exmo. Sr. Governador/Prefeito de São Paulo
Câmara dos Deputados / Congresso Nacional
Exmo. Sr. Gerente/Administrador da Empresa

É necessária apenas uma pessoa para iniciar a mudança.

Pode criar aqui um Abaixo-Assinado Online e fazer com que a sua mensagem seja ouvida.

O site Petição Pública Brasil é totalmente gratuito e fornece a forma mais fácil e rápida de criar ou fazer um abaixo-assinado.

Figura 18: Ajuda para a escrita da petição em *Petição Pública*

Os balões de ajuda nesta página se limitam a duas instruções sobre duas etapas da produção da petição, sendo menos enfáticos e detalhados, apresentando recomendações mais objetivas: “*Destinatários da Petição: Coloque o nome da organização, empresa ou pessoa a quem se destina ou que deve receber o abaixo-assinado*”: ao contrário dos outros dois exemplos, não diz sobre as pessoas mais indicadas para ocupar este lugar ou sobre como escolhê-la; “*Declaração do Abaixo-Assinado: Esta é a base do seu abaixo-assinado, é neste texto que você vai pedir às pessoas que concordem e subscrevam o seu abaixo-assinado. A nossa recomendação é que escreva o texto do seu abaixo-assinado cuidadosamente e off-line, utilize um corretor ortográfico para evitar erros, por último copie e cole o texto neste campo*”: não cita o conteúdo do texto nem apresenta exemplos, como fazem as outras páginas.

Ao que parece, a maior dedicação à explicação do que é e de como fazer uma petição encontrada nos outros *sites* repercute no estilo dos textos. A comparação entre os textos do *corpus* é possível de ser feita sobretudo entre os exemplos coletados de *Change* com os de *Petição Pública*, uma vez que representam textos produzidos também por um público que busca o portal como ferramenta para este fim.

Petição Pública Brasil Criar Abaixo-assinado Login ou Registrar

Procure Abaixo-Assinados procurar

Apoie este Abaixo-Assinado. Assine e divulgue. O seu apoio é muito importante.

Abaixo-assinado PRESIDENTE DILMA, VETE O ATO MÉDICO!

Para: Presidente da República Federativa do Brasil; Congresso Nacional do Brasil; Supremo Tribunal Federal;

EXMO. SRª PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF;

SOLICITAMOS GENTILMENTE VOSSA SABEDORIA "VETAR" A LEI DO ATO MÉDICO POIS DENTRE OUTRAS SITUAÇÕES PECULIARES O MESMO INFRINGE O DIREITO DE EXERCÍCIO DE DIVERSAS PROFISSÕES SENDO O MESMO DE OBJETIVO REALIZAR UMA RESERVA DE MERCADO AO QUAL NEM MESMO A COMUNIDADE MÉDICA PODERIA SUPRIR TAMANHA DEMANDA.

POR FIM O ATO MÉDICO PREJUDICA MUITOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE E A POPULAÇÃO QUE FICARÁ SOB DECISÃO DIRETA E INDIVIDUALIZADA DO PROFISSIONAL MEDICO, O QUE SE TORNA UM MONOPOLIO.

ASSINAR Abaixo-Assinado

Já Assinaram
226.795 PESSOAS

Assinar Petição

O seu apoio é muito importante. Apoie esta causa. Assine o Abaixo-Assinado.

f e-mail g+ t

Figura 19: Trecho da petição PP12

Fonte: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR77724>

Assim, como foi visto quando tratamos dos movimentos retóricos do gênero, as petições coletadas de *Petição Pública* atendem, de modo geral, com menor rigor a padrões de estrutura e de estilo. Na Figura 19 vê-se um bom exemplo de uma petição cujo cuidado com a redação não é o que chama atenção. Talvez por não possuir prática de editoração dos textos dos internautas, ou possuir menor rigor na convencionalização de características do gênero por meio de um guia tão abrangente quanto os outros *sites*, textos como esse ocorram com tanta frequência entre os coletados do portal *Petição Pública*.

Importa, contudo, que o escritor pode atender a critérios outros que compõem o gênero, já que, segundo Bazerman (2015, p. 40), “os gêneros são simultaneamente categorias de formas textuais, formas de interação social e formas de reconhecimento cognitivo e de formação de motivações e pensamentos.” Nesse sentido, os autores de petições contribuem com o estabelecimento de novos fóruns de discussão política, espalhando sua mensagem de forma mais fácil e abrangente. Ao criar sua petição, eles podem criar uma identidade política “mergulhando-se numa variedade de opiniões, associando-se com redes de pessoas da mesma opinião e inserindo-se numa cultura política pública” (BAZERMAN, 2006, p. 122).

4.4 O ESPAÇO SOCIAL DE CIRCULAÇÃO DA PETIÇÃO

Neste momento da análise nos dedicamos à observação de aspectos ligados aos modos como o texto é interpretado, os quais compreendem duas instâncias: a prática de leitura e os papéis sociais implicados pelo gênero. Refletindo sobre “que tipo de prática social emerge com as formas de discurso virtual pela internet” (Marcuschi, 2010a, p. 38), abordamos o nosso terceiro objetivo específico de pesquisa, investigando sobre que novas dimensões podem ser atribuídas às estratégias retóricas promovidas pelos usuários da petição *on-line*.

4.4.1 Práticas de leitura

Dentro das práticas de leitura, acerca da abordagem do texto feita pelo leitor, é importante salientar que, em hipertextos, a leitura é não linear, isto é, “em relação ao texto convencional, o hipertexto não impõe ao leitor uma ordem hierárquica de partes e seções a serem necessariamente seguidas. Há na tela um esboço com caminhos sugestivos, totalmente ‘violáveis’” (XAVIER, 2010, p. 211). Assim, apesar de haver convenções de leitura compartilhadas entre as pessoas, na internet a leitura é mais livre, sem uma ordem tão marcada como em um texto impresso.

É possível destacar, ainda, aspectos ligados ao gerenciamento do texto. Uma pista que pode orientar esta compreensão pode ser tirada das informações disponibilizadas pelos participantes que se dispuseram a responder o nosso questionário de pesquisa (Apêndice 2). Para esclarecer parte dessa questão, solicitamos que os internautas indicassem quais partes eles leem antes de assinar uma petição.

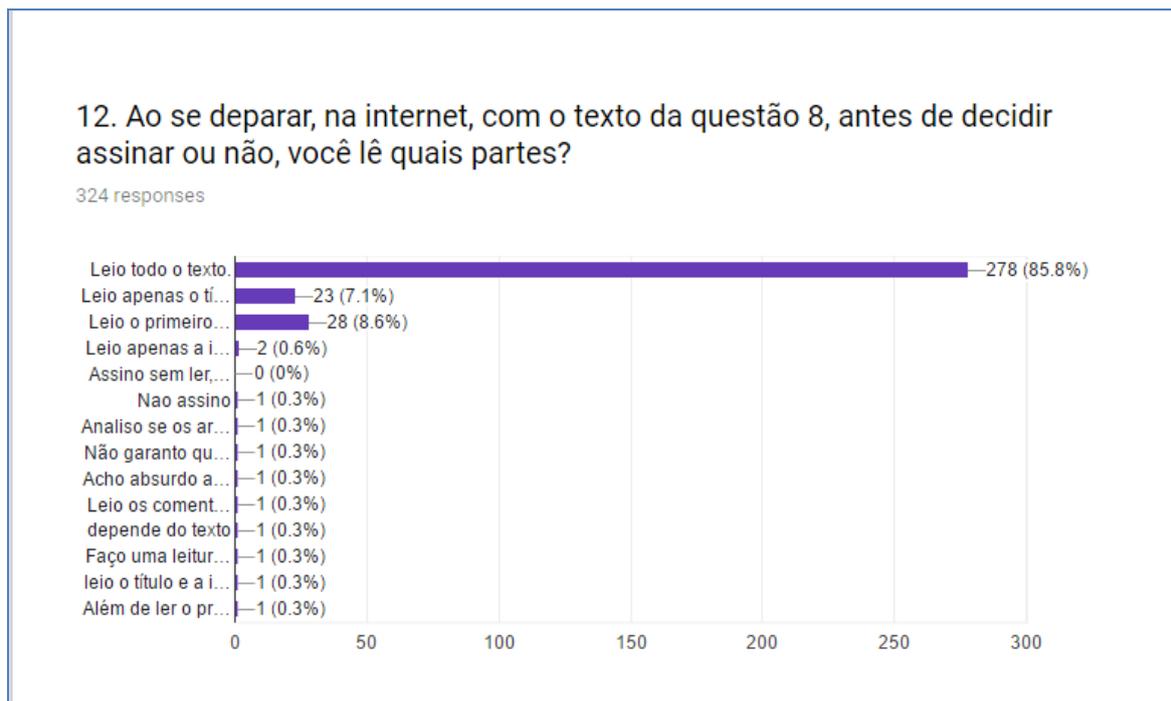


Figura 20: Práticas de leitura da petição

A partir de um exemplo de petição, foi perguntado ao respondente quais partes ele lê antes de decidir assinar. Foram dadas cinco alternativas de resposta, mais a opção “outro”: leio todo o texto; leio apenas o título e a imagem; leio o primeiro parágrafo; leio apenas a imagem; e assino sem ler, o importante é apoiar a causa. Das 324 respostas para essa pergunta, 85,8% informaram ler todo o texto antes de tomar a decisão, o que representa um alto índice de pessoas que assumem aceitar a condição de ler todo o texto. Isso parece um resultado positivo, como é positivo também que nem um internauta tenha afirmado assinar a petição sem ler.

Nove pessoas partiram para a opção “outro” para responder à questão. Dentre estes, há os que quiseram detalhar mais a sua prática de leitura:

- *Analiso se os argumentos utilizados são coerentes com uma visão de mundo que pense mais no bem-estar coletivo.*
- *Acho absurdo assinar qualquer manifesto sem ter conhecimento do assunto. Infelizmente todo tipo de mentiras são expostas, principalmente na internet, que viram verdades absolutas.*
- *Além de ler o próprio documento, pesquiso mais a respeito, para avaliar argumentos contrários aos da proposta.*

Nessas respostas, percebem-se performances exemplares de práticas de leitura que procuram ir além do que é oferecido pelo texto. São leitores que afirmam analisar argumentos, comparar a coerência da proposta, aprofundar o conhecimento do assunto e avaliar argumentos contrários. Tais atitudes nos colocam diante de um leitor experiente, aquele que dispensa esforço inferencial e de busca de informações para preencher lacunas, sanar dúvidas deixadas pelo autor e efetivar a compreensão.

- *Leio os comentários da postagem, procurando dar um scoup no tipo de pessoa que se encontra ali. Normalmente indivíduos com personalização política no avatar são um repelente.*
- *Faço uma leitura dinâmica.*
- *Leio o título e a imagem, se me interessar leio o restante.*

Aqui notam-se estratégias que parecem visar à otimização da leitura: um que, como critério do que escolher ler, parte para a avaliação de comentários e, por conseguinte, das pessoas que interagem por meio do texto em questão, outro que diz fazer uma leitura dinâmica (e o que quer que isso signifique), e outro que procura ser fisgado pelo título e pela imagem antes de se aventurar pelo “grosso” do texto. Embora tais leitores não afirmem lançar mão de movimentos que promovam o aprofundamento de informações ou o questionamento de argumentações, como foi expresso anteriormente, não podemos afirmar que estes leitores sejam menos experientes ou proficientes do que os outros. Ao buscar estratégias que dinamizem sua relação com o que está sendo/será lido, o leitor realiza tão somente novas maneiras de compreensão, “efetivando gestos de interpretação ou de uso, porque, em última análise, é ele mesmo quem define a versão cabal do que será lido e compreendido” (XAVIER, 2010, p. 216).

Paré e Smart (1994) colocam, ainda, o uso do conhecimento da leitura para outros fins como um dos elementos observáveis da prática de leitura. A este respeito, os autores destacam a realização de ações como um desses usos. Tomamos o compartilhamento como uma possibilidade de ação que se dá no engajamento com o gênero, já que ao compartilhar um texto com outros potenciais leitores, por redes sociais, o participante também age comunicativamente.



Figura 21: Compartilhamento da petição

Nesse sentido, conforme a Figura 21, a maioria dos participantes (41.8%) respondeu que nem sempre, ou seja, às vezes é que compartilha uma petição com pessoas com as quais mantém contato. Outros 38.4%, afirmou compartilhar as petições cujas causas eles apóiam por páginas de redes sociais. Assim, seja “às vezes”, ou “sempre”, os leitores se empenham em compartilhar a petição *on-line* pelos meios disponibilizados na internet, produzindo conhecimentos e conteúdos, construindo identidades e desenvolvendo interação.

Outra possibilidade de uso possível do conhecimento dado na prática de leitura é a tomada de decisão. A este respeito, perguntamos no questionário o que influencia o leitor para decidir apoiar uma petição. As respostas sugeridas foram: o pedido de um amigo, meu interesse pelo que está sendo defendido, o número alto de assinaturas, o *site* onde está hospedado o texto, a indignação perante a injustiça mostrada, outro. Os resultados foram os seguintes:

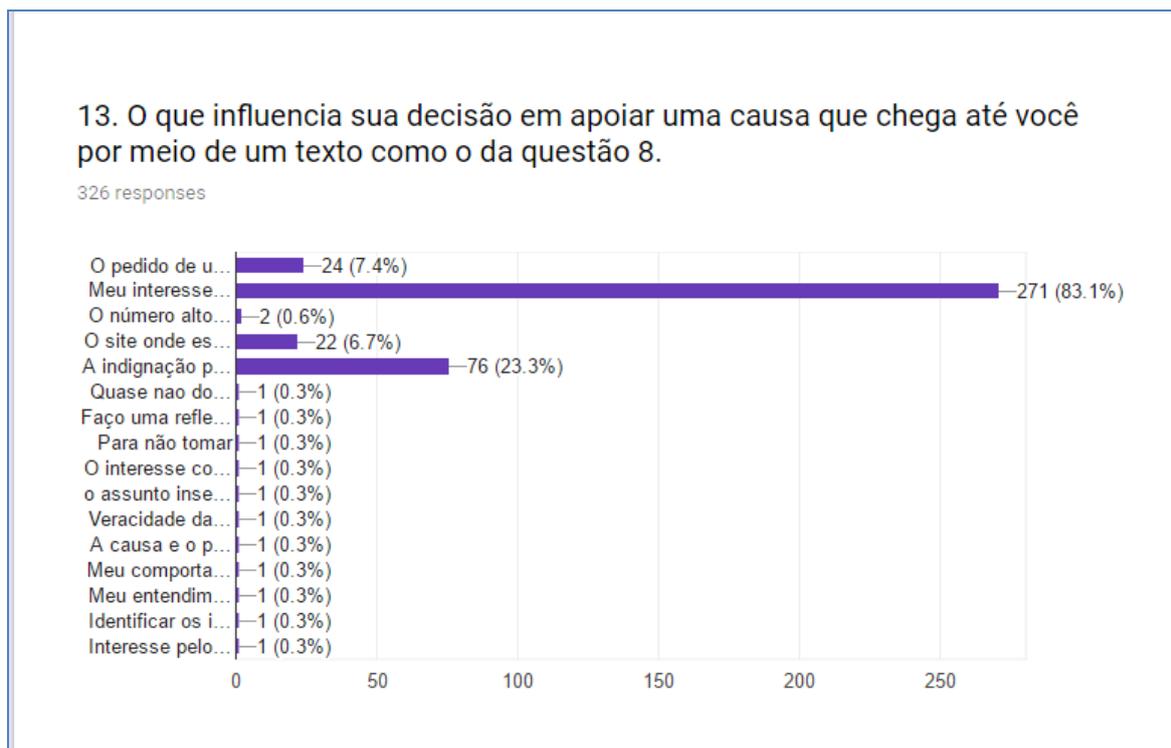


Figura 22: Sobre a tomada de decisão

De acordo com Bazerman (2015, p. 161-2), “para ver o mundo que está sendo apresentado, cada leitor usou o que sabe, pensa e assume como parte da produção do sentido, ligando a ideia do autor ao que ele já tem em mente”. O gráfico da Figura 22 mostra um pouco como a participação do leitor está ligada ao que ele já domina e conhece, uma vez que o interesse particular pelo tema é mais forte para o usuário no momento da tomada de decisão (83.1%), enquanto que a indignação mostrada responde por 23.3% das respostas. Este resultado pode ser indicativo de que, caso o internauta não possua um interesse ou conhecimento prévio acerca de um tema, talvez ele não vá se interessar ou se convencer de que aquilo seja importante, mesmo diante do pedido feito por meio do compartilhamento de uma petição por um contato (amigo), pois “quanto mais significativos os textos são para os leitores, tanto mais profundamente mobilizam toda a dinâmica de suas mentes” (BAZERMAN, 2015, p. 164).

4.4.2 Papéis sociais

Nos espaços sociais de interação são construídas identidades e formas de vida (BAZERMAN, 2006), as quais são reconhecíveis por meio de atos comunicativos compartilhados entre os participantes. Desse modo, os papéis sociais implicados aí podem ser

identificados na produção e no uso dos gêneros. Neste ponto do trabalho, nos centramos na busca do entendimento de parte desses papéis, focados, contudo, no uso da petição *on-line*, abordando, para tanto, os dados colhidos das respostas ao questionário (Apêndice 2).

Vários papéis podem ser implicados pelos diferentes tipos de participante da interação estabelecida pela petição. Por exemplo, o(s) produtor(es) possui(m) responsabilidade sobre o que é dito, as pessoas que assinam (leitoras) exercem influência sobre o leitor, e este (que também é autor) propaga o conhecimento por meio do compartilhamento. Assim, para a compreensão dos papéis do leitor (usuário), partimos do próprio entendimento que ele tem sobre o que ele acredita realizar por meio do engajamento com a petição *on-line*. Abordamos essa questão em duas perguntas no questionário: “Quando você assina por uma causa, você acredita que:”; e “Como você se sente depois que assina por uma causa?”

A primeira foi uma pergunta aberta, com inúmeras possibilidades de resposta (Questão 14, Cf. Apêndice 2). O papel de ‘ajudar/contribuir’ com a causa foi o que obteve mais ocorrência (mais de 20), evidenciando que os usuários atribuem uma expectativa positiva a respeito da obtenção de resultados com aquela petição – ou nem sempre: “*Estou contribuindo para resolver um problema, embora nem sempre se chegue aos objetivos*”. A palavra ‘mudança’ também foi bastante citada entre as respostas. A possibilidade de modificar, gerar a mudança de uma situação por meio de uma assinatura também acena para a alta expectativa que os usuários têm com o gênero. Outras respostas que podem indicar esse mesmo resultado são ‘vai resolver/vai dar certo’ (mais de cinco ocorrências), ‘a proposta surtirá efeito/alcançar o objetivo’, ‘colaborando com a melhora de algo’ etc.: “*Poderá ser um termômetro de interesse social ao tema, daí pode ter folego para um pedido na esfera superior e que realmente possa mudar o que é pedido*”, “*Devemos lutar pelo que acreditamos ser justo. A ação coletiva pode fazer a diferença*”.

A ideia de ‘cumprir com o papel de cidadão’ foi citada três vezes, o que parece um índice baixo perante a nossa expectativa no que diz respeito à identidade cidadã atribuída por nós à petição *on-line*. Outro papel interessante que teve mais ocorrências foi ‘fazer pressão’, que foi citado mais de sete vezes, coadunando uma das intenções explicitadas pelo gênero. Além deste, um aspecto que apresentou frequência de ocorrências, e que condiz com uma intenção explícita do gênero, foi ‘colaborar com a divulgação/chamar atenção para a causa’, com mais de seis: “*Qnt mais gente assinar mais pressão se faz para que o assunto seja visto e revisto*”; “*A solicitação quando enviada aos responsáveis terá mais visibilidade se possuir um maior número de assinaturas*”.

Há, ainda, os respondentes mais pessimistas, que acreditam que ‘nada’ se realiza por meio da participação com o gênero, com três ocorrências – “*Não adianta de nada... Mas assino mesmo assim*” –, e outros que afirmam que assinar uma petição contribui com a criação de uma ‘sensação’ de que se está agindo, de que se está fazendo “a nossa parte”, mesmo que os resultados sejam obscuros: “*Não deve fazer diferença, mas é melhor ter a sensação de que se está tentando fazer algo pelo assunto do que ficar de braços cruzados*”; “*fiz a minha parte, independente do resultado*”.

Ao que parece, o engajamento com o gênero mobiliza as pessoas a agirem em prol de suas demandas, numa variedade de opiniões que as faz se associar com redes de pessoas de mesma opinião, criando uma cultura política, mesmo quando os participantes acreditam que não obterão resultados práticos com a assinatura de uma petição, por exemplo. “*Não adianta de nada... Mas assino mesmo assim*” parece ser a síntese do tipo de papel que a petição *online* desperta nas pessoas, ou seja, elas acreditam que estão ajudando a causa a ganhar visibilidade, a fazer pressão em nome de um resultado, a modificar uma situação; mesmo sem fé no resultado: o que importa é participar.

A segunda questão que lançamos no questionário a fim de se alcançar a compreensão dos papéis sociais suscitados pelo gênero inquire sobre como o usuário se sente após participar assinando por uma causa por meio de uma petição. Oferecemos, além da opção ‘outro’, as seguintes alternativas como sugestão de resposta: sinto que cumpri com meu papel de cidadão, sinto-me responsável por uma mudança, sinto-me solidário com as pessoas envolvidas ali, sinto que perdi meu tempo. O gráfico com o resultado segue na Figura 23, abaixo:

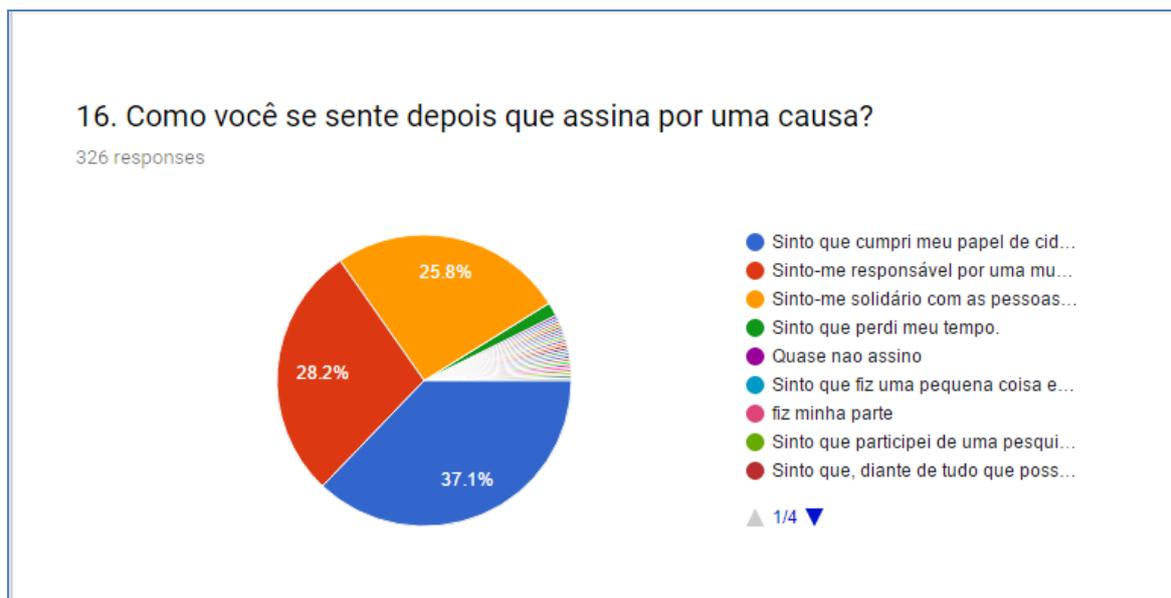


Figura 25: Como o internauta se sente quando assina uma petição

Como se vê na Figura 23, a maioria dos internautas, quando motivados por uma sugestão prévia, reconhece na petição o exercício de um papel cidadão por trás do engajamento com este gênero, corroborando a nossa expectativa quanto ao papel preponderante ligado ao usuário. Em segundo lugar, aparece a responsabilidade por um *status* a ser mudado/alterado, e, em terceiro, a solidariedade com os participantes representados e/ou produtores da solicitação, papéis provenientes das propostas explicitadas pelo gênero.

A título de registro, outras respostas foram: “*Quase não assino*”, “*Sinto que fiz uma pequena coisa e que devo fazer mais*”, “*fiz minha parte*”, “*Sinto que participei de uma pesquisa*”, “*Sinto que, diante de tudo que posso fazer, fiz algo, ainda que menos do deveria*”, “*Depende o que estou assinando*”, “*Tenho cuidado para não partidária de corrente*”, “*Neutro*”, “*Sinto-me solidário, mas sem atitude de nada*”, “*Sinto-me solidário a causa que é apresentada*”, “*Mais um que contribuiu*”, “*Sinto que contribuí em alguma medida com o movimento proposto em favor da causa em questão*”, “*Acho inútil*”, “*Sinto que deveria fazer mais, mas sei que é bastante difícil, por culpa da cultura popular e da burocracia*”, “*Fico em dúvida se o que fiz faz algum sentido*”, “*Sinto-me esperançoso para que aquilo aconteça*”, “*Sinto que fiz o que eu deveria ter feito*”, “*Tranquilo com meu princípio*”, “*Sinto-me cumpridora do papel cidadão e responsável pela mudança. Vale 2 respostas? Se não, sorteie uma das duas. Rsrtrs...*”, “*Espero que ajude em alguma coisa*”, “*Possa ser possível alcançar a mudança*”, “*Sinto que cumpri um pequeno papel, mas que exerci uma das várias vias de participação democrática*”, “*Sinto-me solidário à causa e cumprido meu papel de cidadão*”, “*Sinto que demonstrei minha opinião e defendi algo*”.

Nessas respostas, verifica-se, portanto, uma síntese dos papéis constatados na questão anterior. Fazem presença aí, principalmente, a questão da solidariedade com o que é defendido, a do papel cidadão e a de que nada ou pouco se faz com o gênero. Explorando as possibilidades comunicativas do gênero, os participantes reconhecem o papel cidadão por ele evidenciado, despertando para os diferentes papéis que podem ser assumidos nas situações do dia a dia, estando tais papéis relacionados às possibilidades promovidas pelo gênero e diretamente ligados aos seus propósitos e intenções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, nos colocamos diante da tarefa de descrever e analisar, na busca de melhor entender, uma pequena parte do universo de possibilidades que se desenrola com a participação política pela internet. Confiando que o estudo da constituição sociorretórica de um gênero específico nos traria tal entendimento, nos enveredamos pelos caminhos apontados pelo gênero petição *on-line*. Perseguimos, pois, o objetivo de analisar o funcionamento desse gênero, interpretando suas regularidades a partir da teoria de gênero como ação social.

Para alcançá-lo, além de desenhar um suporte teórico que passeia pela ciência política e pela teoria de gêneros, estabelecemos três objetivos específicos que respondem às dimensões analíticas do modelo multidimensional, desenvolvido por Bhatia (2004), e às regularidades observáveis nos gêneros, organizadas por Paré e Smart (1994), e que orientam a construção do capítulo de análise. Esta, por sua vez, foi feita a partir da observação de um *corpus* contendo 72 textos coletados em três *sites* responsáveis pela produção, hospedagem e promoção de petições e de um questionário aplicado por meio da plataforma *Google Forms*, que contou com a participação voluntária de 330 internautas.

Ainda, a fim de realizar um recorte que otimizasse o levantamento dos dados, optamos por categorizar o *corpus* conforme as causas representadas, resultando em 16 categorias, das quais oito foram observadas na análise, de acordo com um critério quantitativo de seleção. Assim, ficamos com 57 textos, que compuseram o perfil do gênero aqui mostrado.

Orientados, também, pelos objetivos específicos desta pesquisa, organizamos a discussão nestas considerações de alguns resultados a que chegamos com as análises feitas nesta pesquisa. Sabendo da impossibilidade de um estudo dar conta de tudo que se pode abordar quando se fala em caracterizar um gênero, apontamos, também, para limitações impostas e desdobramentos possíveis desta árdua tarefa.

Caracterização da petição on-line enquanto gênero de e-participação

Frente às primeiras impressões sobre a petição, nos vimos diante da necessidade de ampliar a definição de política e de cidadania que subjaz a sua ação. Assim, iniciamos sua caracterização já na Seção 2 do trabalho, apontando para aspectos ligados ao ambiente virtual

de circulação de textos, aos pontos de vista mobilizados pela participação política e pelo *ciberativismo*.

Nesse sentido, dadas as possibilidades que a produção escrita adquiriu com a popularização da internet, percebemos que encarar o conceito de política como apenas ligado à política partidária e suas instituições, bem como o conceito de cidadania como meramente a dotação de direitos e deveres legais do cidadão não era suficiente. Foi quando nos deparamos com as contribuições de Chantal Mouffe (1996), cujas concepções enriqueceram nosso olhar para o fenômeno da participação política, permitindo ampliar os conceitos a ela ligados e possibilitando, assim, afirmarmos nossa convicção no caráter político-cidadão do engajamento com o gênero em questão.

Assim, vimos que: a) uma noção ampla de política se dirige às possibilidades de ação no espaço público, colocando defesas de pontos de vista, de ideias sobre governos, pessoas e estilos de vida, como um fenômeno político; b) tal noção não se restringe às instituições formais do Estado, mas envolve negociação e luta entre sujeitos no dia a dia, dentro e fora da internet; c) a cidadania entendida como forma de identificação torna-se muito mais dinâmica; e d) a ação cidadã, a partir de uma identidade política que se assume, se mostra como uma *performance* de construção pública de identidade a ser examinada.

A partir dessas e de outras colocações em torno do que identificamos como pertinente à petição *on-line*, construímos na Seção 2 uma definição para o nosso objeto de estudo, a qual caracteriza a petição *on-line* não governamental como um gênero de e-participação política direta, inerente ao direito de petição, com o qual as pessoas se engajam em nome do exercício da cidadania.

Partimos de tal definição para analisarmos, na Seção 4, alguns elementos que compuseram uma configuração geral que construímos com o intuito de melhor definir o gênero, como recomenda Bhatia (2004). Observamos aspectos como nomeação, conteúdo, padrão organizacional etc., apontando para um possível traço emergente como característica da petição *on-line*. No entanto, acerca da emergência de gêneros, nota-se, porém, que é preciso observarem-se ainda outros aspectos por meio de mais pesquisa.

Contudo, ao que parece, o fato de haver atribuições como o propósito de estimular a participação, o próprio compartilhamento por meio de redes sociais, a ausência de convenção sobre a nomeação, o questionamento de sua validade diante dos órgãos responsáveis, a presença de espaços dados à interação entre os participantes na sua configuração textual, entre outros; tudo isso pode apontar para a emergência de um gênero que guarda sua contraparte

entre os gêneros que compõem o direito de petição. Entretanto, perguntamos com Marcuschi (2010a, p. 36): “Em que é que os gêneros virtuais divergem de suas contrapartes reais? Essas divergências são essenciais para produzirem gêneros novos?”. Cabe aqui um olhar mais atento.

Descrição de seus aspectos textuais

Tendo em vista a ideia de que as escolhas específicas feitas pelos produtores do gênero dão a ver a ação retórica que as baseia, avançamos na nossa investigação lançando olhar para aspectos recorrentes de sua regularidade textual. Consideramos, para tanto, a análise dos movimentos retóricos e de alguns processos de composição do texto.

A observação do *corpus* restrito revelou uma série de estratégias mobilizadas pelos produtores das petições, as quais, segundo sua recorrência, ajudaram-nos a produzir um quadro dos movimentos retóricos que caracterizam o gênero, permitindo a visualização da ação retórica realizada por meio do gênero. Assim, em resumo, agir retoricamente por meio da petição *on-line* consiste em: a) pedir a defesa de direitos a um setor público hierarquicamente superior fazendo o pedido, expondo a causa, sugerindo solução, informando o destinatário; b) apresentar o problema explicando-o, indicando fontes para mais informações, contextualizando o tema, indagando sobre o tema; c) exigir solução apontando-a, cobrando dos responsáveis; d) chamar/pedir apoio contando com o leitor, pedindo assinatura, reforçando o pedido, expondo o que deve ser alcançado, pedindo divulgação; e e) registrar apoios citando apoiadores.

Dadas a instabilidade típica do gênero e a detecção de estratégias que fogem ao esquema de movimentos retóricos recorrentes destacados, essa configuração ainda é bastante frouxa. No entanto, a diferença, em termos numéricos, de movimentos mobilizados entre as petições conforme estas foram relacionadas aos *sites* de origem, nos fez construir um *continuum* representando a sua prototipicidade. Em outras palavras, tomando como critério os movimentos retóricos que tipificam o gênero, os *sites* em que se produziram as petições parecem ser determinantes no que se refere à correspondência entre o número de movimentos mobilizados e a sua maior ou menor caracterização.

A análise dos elementos de composição do gênero, por sua vez, nos fez constatar que quanto mais informações do tipo instrucionais voltadas para o produtor, mais o texto se aproxima de seu protótipo. O contrário parece ser verdadeiro na medida em que percebemos

que as petições produzidas com o auxílio do *site Petição Pública* se distanciam desse “ideal” na medida em que constatamos a escassez de informações na explicação de como se produzir uma petição em comparação com o detalhamento destas encontrado nos demais espaços analisados.

Contudo, qual a importância de se limitar a mobilização de estratégias retóricas que estariam ao alcance do produtor? Será que, quanto mais movimentos típicos do gênero são realizados, mais eficiente se torna sua ação, ou mais credibilidade a petição pode ter? Alguns exemplos mostram o contrário quando contrastados com o número de assinaturas que a causa recebeu – indício de que a petição logrou sucesso? –, como a petição “Pena máxima de crime de maus tratos para a enfermeira que matou o yorkshire” (PP6), que obteve, até a data da coleta, 416.386 assinaturas, a despeito da sua redação fraca e pouco informativa.

Nesse caso, resta saber, portanto, que fator é determinante para o sucesso de uma causa. Porém, a investigação do perfil prototípico do gênero vale ser aprofundada a fim de se perceberem propósitos ocultos e estratégias diversas que possam enriquecer o debate promovido pelo gênero. Ampliando, assim, a percepção da qualidade da participação política promovida pelo gênero, com vistas, inclusive, ao trabalho pedagógico favorecido pelos próprios debates que podem ser estabelecidos tendo o gênero petição *on-line* como facilitador.

Investigação das práticas de leitura e dos papéis sociais ligados ao gênero

Neste ponto da análise, focamos nossa atenção na interpretação das informações fornecidas pelos participantes que se dedicaram a responder ao questionário que aplicamos. Visamos com isso alcançar o entendimento dos usuários acerca do gênero, buscando saber sobre sua consciência das ações decorrentes do engajamento com o gênero petição *on-line* e ver como este é classificado em suas atividades diárias.

Assim, com a investigação da prática de leitura ligada ao gênero, na pergunta em que contemplamos essa questão, foi encontrado um índice maior que 80% de pessoas que declararam ler todo o conteúdo da petição *on-line* antes de assiná-la. Evidencia-se, com isso, que mesmo diante de um texto que, a princípio, não apresenta obrigatoriedade de leitura, há uma dinâmica colaborativa entre leitor e produtor, representativa de boas práticas de leitura. Esse dado pode ser apontado como influenciado pelo perfil que compõe a generalidade dos participantes da pesquisa, ou seja, professoras. Entretanto, aliado à informação encontrada quando da questão sobre a tomada de decisão, segundo a qual os internautas são movidos

pelos próprios interesses no momento de apoiar uma causa, mostra que textos significativos para o leitor o mobilizam para a ação.

Acerca dos papéis atrelados ao engajamento com o gênero, foi visto que os internautas acreditam realizar com a petição os papéis de ajudar/contribuir com a causa, mudar uma situação, resolver, colaborar com a melhora de algo etc., estes e outros papéis que foram possíveis de detectar por meio das respostas dadas parecem ter o mesmo ponto em comum. Isto é, mesmo com as melhores intenções no momento de assinar uma petição, os participantes não mostram fé em resultados práticos vindos dessa ação, e salientam, em resumo, que o importante é participar.

No que diz respeito ao papel de cidadão, este surgiu com a motivação da resposta à questão de múltipla escolha, a qual contemplou tal papel, suscitando o seu reconhecimento pelos internautas. Isso pode indicar que o papel cidadão relacionado à petição *on-line* não é tão explícito quanto havíamos suposto a princípio. Outras atribuições, como responsabilidade por mudanças e solidariedade com os representados, também foram sentimentos despertados em um bom número de respondentes, o que aponta para outras formas de identificação que podem ser despertadas pelo gênero, somando-se à identidade cidadã.

Importa salientar aqui a carência de uma discussão mais aprofundada sobre como o gênero molda identidades, representação de si e práticas sociais, colocando em contraste com as relações de poder e as formas de empoderamento do sujeito promovidas na atualidade. O conhecimento do gênero disposto até aqui, talvez, indique caminhos não contemplados por nós neste momento para futuras investigações.

Palavras finais

É possível afirmar que a petição *on-line* é um gênero que possui na sua base argumentativa a indignação e se apresenta como instrumento de resistência ao poder vigente. É possível dizer, também, que ele dá voz a um sem número de causas despercebidas por alguns e percebidas por outros, irrelevantes para alguns e relevantes para outros. De acordo com Lévy (2002, p. 57), sem o exercício da palavra, não há democracia: “este *soltar da palavra*, este ‘poder finalmente dizer’, este ‘mostrar-se’ generalizado é uma das primeiras dimensões da revolução ciberdemocrática” (grifos no original).

É no exercício deste ‘poder dizer’ que as petições *on-line* alcançam o poder, repercutem causas, organizam a ação cidadã, mobilizam pessoas, medem o respaldo e o apoio

popular, ampliam a democracia, se configuram como ponte entre o novo ativismo e as instituições e como mecanismo de pressão popular. O problema de um pode ser de todos e, da mesma forma que circulam pela internet cenas de injustiça, circulam também ferramentas que proporcionam a ideia de que se está fazendo algo para mudar aquela situação. O gênero aí, por sua vez, organiza as questões de conhecimento, ordem social, comunicação e o próprio papel do indivíduo e a construção de sua identidade cidadã, configurando a paisagem comunicativa por meio de seu potencial para estabelecer relações e ações sociais.

Enfim, a análise do funcionamento sociorretórico da petição *on-line* nos permitiu ver que os caminhos para a compreensão de um gênero não são tão fáceis de serem traçados, assim como o seu final não se mostra possível de ser alcançado. Porém, é preciso pôr um fim ao que foi iniciado. Fazemos isso com a perspectiva de ter cumprido o que nos propomos e, também, de ter aberto algum caminho para outros percorrermos posteriormente.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra; SANTOS, João Guilherme B.. Petições Públicas e Batalhas Digitais. In: **Anais do XXI Encontro Anual da Compós**. Juiz de Fora, 2012.

ARRUDA, Gisele Regina Paes de. **Movimentos sociais no ciberespaço**: uma investigação sobre o ciberativismo. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Inteligência e Design Digital). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARTEMEVA, Natasha. Approaches to learning genres: a bibliographical essay. In: ARTEMEVA, Natasha; FREEDMAN, Aviva. **Rhetorical genre studies and beyond**. Winnipeg, Minitoba: Inkshed Publications, 2008.

ASKEHAVE, Inger; SWALES, John M. Identificação de gênero e propósito comunicativo: um problema e uma solução. In: BEZERRA, B. G. et. al. (Orgs). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009.

ASSANGE, Julian. **Cypherpunks**: liberdade e o futuro da internet. Tradução Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BARRUCHO, Luís Guilherme. Brasil vive boom de petições virtuais. In: **BBC virtual**. BBC Brasil em São Paulo, 10/05/2013. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/05/130509_brasil_peticoes_online_lgb.shtml>. Acessado em 30 de junho de 2014.

BAWARSHI, Anis S. The genre function. In: _____. **Genre and the invention of the writer**: reconsidering the place of invention in composition. Longan, Utah: UtahStateUniversity Press, 2003.

BAWARSHI, Anis S.; REIFF, Mary Jo. **Gênero**: história, teoria, pesquisa, ensino. Tradução: Benedito Gomes Bezerra. São Paulo: Parábola, 2013.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Prefácio. In: BAWARSHI, Anis S.; REIFF, Mary Jo. **Gênero**: história, teoria, pesquisa, ensino. São Paulo: Parábola, 2013.

_____. **Retórica da ação letrada**. Tradução: Adail Sobral (et al.). São Paulo: Parábola, 2015.

BAZERMAN, Charles; BONINI, Adair; FIGUEIREDO, Débora (Org.). **Genre in a changing world**. Fort Collins/West Lafayette: The WAC Clearinghouse/Parlor Press, 2009.

BERKENKOTTER, C.; HUCKIN, T. N. **Genre knowledge in disciplinary communication: cognition, culture, power**. Hillsdale, NJ: LEA, 1995.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEZERRA, Benedito Gomes. **A distribuição das informações em resenhas acadêmicas**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

_____. **Gêneros introdutórios em livros acadêmicos**. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

_____. Gêneros introdutórios mediados pela web: o caso da homepage. In: ARAÚJO, J. C. (Org.). **Internet e ensino: novos gêneros, outros desafios**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. Disponível em: <<http://www.hipertextus.net/volume1/artigo4-benedito-bezerra.pdf>>. Acesso em 10 de jul. 2013.

_____. Os propósitos comunicativos em gêneros introdutórios no ambiente virtual. In: _____. (Org.). **Leitura e escrita na interação virtual**. Recife: EDUPE, 2011.

_____. A propósito da “síntese brasileira” nos estudos de gêneros. **Revista de Estudos da Linguagem**. v. 23, n. 2, 2015. No prelo.

BHATIA, Vijay K. **Worlds of written discourse: a genre-based view**. London: Continuum, 2004.

_____. Towards critical genre analysis. In: BHATIA, V. K.; FLOWERDEW, J.; JONES, R. H. (Eds.). **Advances in discourse studies**. London: Routledge, 2008.

_____. A análise de gêneros hoje. In: BEZERRA, B. G. et. al. (Orgs.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009.

_____. Critical reflections on genre analysis. **Ibérica**, n. 24, 2012. p. 17-28.

BONIFÁCIO, Artur Cortez. **Direito de petição: garantia constitucional**. São Paulo: Método, 2004.

BONINI, Adair. Mídia / suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. In: **RBLA**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, 2011. p. 679-704.

BORDIN, João Gabriel Vieira. Contra o consenso: o “político” em Chantal Mouffe e os desafios na construção de uma nova hegemonia democrática radical. In: **Em Tese**. Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015. p. 126-154.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 17. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David (et al.). **Occupy**. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimento sociais na era da internet. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVALCANTI, Maria Clara Catanho. Gêneros e a construção do discurso ambiental decampanha de Conscientização. In: DIONISIO, Angela Paiva; CAVALCANTI, Larissa de Pinho (Orgs.). **Gêneros na lingüística e na literatura: Charles Bazerman, 10 anos de incentivo à pesquisa no Brasil**. Recife: Editora Universitária UFPE e Pipa Comunicação, 2015.

CHÁVEZ I, Paulina; FUENTES B., Claudio. Nuevas ciudadanías en espacios emergentes de participación. Praxis. **Revista de Psicología**. Nº 18 (65-89), 2010.

COELHO, Mário. 1,5 milhão assinam petição contra Renan Calheiros. In: **Congresso em Foco**. Publicado em 14/02/2013. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/15-milhao-assinam-peticao-contra-renan/>> Acesso em 08/05/2015.

CORTES, Gerenice R. de Oliveira. **Práticas sociorretóricas de artigo científico de história e sociologia**: variação, identidade e *ethos* disciplinar. Recife: Ed. Universitária, 2012.

COSTA, Ivandilson; BEZERRA, Benedito Gomes. Análise crítica de gêneros textuais: o guia eleitoral recontextualizado. In: **Intersecções**. Edição 11, Ano 6, n. 3, novembro de 2013. p. 76-91

DIJK, Teun A. van. Discurso político e cognição política. In: _____. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Discurso e Contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UNB, 2001.

_____. A dialética do discurso. In: MAGALHÃES, Izabel (Org.). **Discursos e práticas de letramento**: pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

FEBBRO, Eduardo. Stéphane Hessel: 'Os bancos estão contra a democracia'. In: Carta Maior. Publicado em 09/12/2011. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Stephane-Hessel-Os-bancos-estao-contra-a-democracia-%0D%0A/6/183-67>> Acesso em 03/07/2015.

FONTES, Malu. Manuel Castells: "a comunicação em rede está revitalizando a democracia". In: **Fronteiras do Pensamento**. Publicado em 11/05/2015. Disponível em <<http://www.fronteiras.com/entrevistas/manuel-castells-a-comunicacao-em-rede-esta-revitalizando-a-democracia>> Acesso em 04/06/2015.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

FRANCESCHETTO, Henrique. Democracia na sociedade em rede: as petições digitais. In: **Anais do 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**: mídias e direitos da sociedade em rede. Santa Maria / RS, 04, 05 e 06 jun / 2013. Disponível em <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2013/4-6.pdf>> Acesso em 01/07/2015.

FREEDMAN, Aviva. Interaction between theory and research: RGS and stud of students and professionals working “in computers”. In: ARTEMEVA, Natasha; FREEDMAN, Aviva. **Rhetorical genre studies and beyond**. Winnipeg, Minitoba: Inkshed Publications, 2008.

GALVÃO, Nilson Pedro Neves. **Sistemas públicos de petições eletrônicas e participação política**: um estudo comparativo. Dissertação. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014. (Mestrado em Comunicação)

GOMES, Wilson. Participação política *online*: questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo J. A. (Orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HALAVAIS, Alexandre. Prefácio. In: FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEMAIS, Barbara; BIASI-RODRIGUES, Bernadete. A proposta sociorretórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005.

HESSEL, Stéphane. **Indignai-vos**. Tradução: Marli Peres. São Paulo: Leya, 2011.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

_____. **Houaiss Eletrônico**. Versão monousuário 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

LIMA, Rodrigo. **Veta Dilma: a manipulação da sociedade**. 23 de maio de 2012. Disponível em <<http://invertia.terra.com.br/sustentabilidade/noticias/0,,OI5790076-EI10411,00-Veta+Dilma+a+manipulacao+da+sociedade.html>> Acessado em: 02/09/2012.

LIMA NETO, Vicente. **Um estudo da emergência de gêneros no facebook**. Fortaleza, UFC, 2014. (Tese de Doutorado)

LUPION, Bruno. Lévy: ‘Não sou contra o ativismo de sofá’. **Estadão**. São Paulo, 11 mar. 2013. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/link/pierre-levy-nao-sou-contra-o-ativismo-de-sofa/>>. Acesso em 23 de set. 2014.

_____. Frenesi do abaixo-assinado pela internet desafia a classe política. **Estadão**. São Paulo, 11 mar. 2013(a). *Estadão*. Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/noticias-/eleicoes,frenesi-do-abaixo-assinado-pela-internet-desafia-a-classe-politica-imp,1007154>>. Acesso em 23 de set. 2014.

LYCARIÃO, Diógenes. B. S. ; SAMPAIO, R. C. . SOCIEDADE CIVIL ONLINE: Diferentes usos da internet para fomentar a participação política. *Revista de Estudos da Comunicação (Impresso)*, v. 11, p. 97-106, 2010.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: **Logos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 43-62, 2007.

_____. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley Celi M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 277-292.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de sentido**. São Paulo: Cortez, 2010a.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 09, Brasília, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522012000300008&script=sci_arttext>. Acessado em 01/06/2015.

_____. Emancipação e diferença, de Ernesto Laclau. Resenha de Daniel de Mendonça. In: **Revista Estudos Políticos**, n. 4, 2012a. Disponível em <<http://revistaestudospoliticos.-com/wp-content/uploads/2012/04/4p130-135.pdf>> Acessado em 01/06/2015.

_____. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. In: **Revista Sociedade e Estado**. n. 3. V. 25, 2010.

MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MILLER, Carolyn R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

_____. Gênero como ação social. In: MILLER, Carolyn R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, [1984] 2009.

_____. Gêneros evoluem? Deveríamos dizer que sim? In: DIONISIO, Angela Paiva; CAVALCANTI, Larissa de Pinho (Orgs.). **Gêneros na lingüística e na literatura: Charles Bazerman, 10 anos de incentivo à pesquisa no Brasil**. Recife: Editora Universitária UFPE e Pipa Comunicação, 2015.

MILLER, Carolyn R.; SHEPHERD, Dawn. *Blogar* como ação social: uma análise do gênero *weblog*. In: MILLER, C. R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

MITTMANN, Solange. Alguns apontamentos sobre a militância digital. In: GRIGOLETTO, Evandra (et al.) (Orgs.). **Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Ed. Universitária - UFPE, 2011.

MOTTA-ROTH, Désirée. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. In: **D.E.L.T.A**, n. 24, v. 2, 2008. p. 341-383.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Tradução: Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. Globalização e cidadania democrática. In: **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v.36, 2001. p.17-25.

_____. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In: **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.2, n.3, 2003. p.11-26.

_____. Por um modelo agonístico de democracia. In: **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 25, 2005. p. 11-23.

MOZDZENSKI, Leonardo Pinheiro. **Multimodalidade e gênero textual: analisando criticamente as cartilhas jurídicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

NOGUEIRA, Bruno. Torturra. #Sejoga. In: **Revista Trip**. Ano 27; nº 220, abril de 2013.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PARÉ, Anthony; SMART, Graham. Observing genres in action: towards a research methodology. In: FREEDMAN, Aviva; MEDWAY, Peter (Orgs.). **Genre and the New Rhetoric**. London: Taylor & Francis, 1994.

PLANTIN, Christian. **A argumentação**: história, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola, 2008.

RAMINELLI, Francieli Puntel. Ciberativismo ambiental e o papel das petições online: análise de casos. In: **Âmbito Jurídico**. Nº 127 - Ano XVII - AGOSTO/2014. Disponível em <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14256> Acesso em 01/07/2015.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

REINALDO, Maria Augusta. O espaço para a prática de reflexão sobre a linguagem em teorias de gênero norte-americanas. In: **Revista Investigações**. V. 23, n. 2, julho de 2010. p. 161-189.

RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Bruna V. Dantas; TEMER, Ana Carolina R. Pessoa; TUZZO, Simone Antoniacci. Cidadania e democracia deliberativa na era digital – para além de Habermas. In: **Comunicação & Informação**, v. 16, n. 1, p. 186-201, jan./jun. 2013.

SANFORD, C. Towards understanding participation in the public sphere. In: **Review of Business Research**, Volume 12, N. 1, 2012.

SCHIECK, Mônica. Ciberativismo: um olhar sobre as petições online. In: Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação – BOCC. 2009. Disponível em: <<http://bocc.ufp.pt/pag-/schieck-monica-ciberativismo.pdf>> Acesso em 01/07/2015.

SILVA, Denize Elena Garcia da; RAMALHO, Viviane. Reflexões para uma abordagem crítica dos gêneros discursivos. In: **Revista latinoamericana de estudos do discurso**. v. 8. n. 1, 2008.

SILVEIRA, Maria Inez M. **Análise de gênero textual**: concepção socio-retórica. Maceió: Edufal, 2005.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Convergência digital, diversidade cultural e Esfera Pública. In: SILVEIRA, S. A.; PRETTO, Nelson de Luca (Orgs.). **Além das redes de colaboração**. Salvador: UFBA, 2008.

SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero**: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

SWALES, John M. **Genre analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: CambridgeUniversity Press, 1990.

_____. Toward a world of genre. In: **Research genres: exploration and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. Repensando gêneros: uma nova abordagem ao conceito de comunidade discursiva. In: BEZERRA, Benedito Gomes; BIASI-RODRIGUES, Bernadete; CAVALCANTE, Mônica Magalhães (orgs.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009.

_____. Worlds of genres – Metaphors of genres. In: BAZERMAN, C.; BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. (Eds.). **Genre in a changing world**. Fort Collins, Colorado: The WAC Clearinghouse / West Lafayette, Indiana: Parlor Press, 2009a.

TAGIAROLI, Guilherme. Petições online servem como pressão popular mas não têm valor jurídico. In: Uol Notícias. Publicado em: 13/03/2013. Disponível em <<http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/03/13/peticoes-online-servem-como-pressao-popular-mas-nao-tem-valor-juridico.htm>> Acesso em 03/05/2015.

TULLIO, Claudia Maris. **Gêneros textuais jurídicos petição inicial, contestação e sentença: um olhar sobre o léxico forense**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2012.

VITORINO, Monique Alves. Petição on-line: discutindo a participação política na internet. In: LOUSADA, Eliane G. et al. (Orgs). **Diálogos brasileiros no estudo de gêneros textuais/discursivos**. Araraquara: Letraria, 2016.

_____. O que os elementos de uma *homepage* dizem sobre o ativismo virtual. In: **Anais Eletrônicos do Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação**. Recife: Pipa Comunicações, 2013. Disponível em: <<http://www.nehte.com.br/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2013/O%20que%20os%20elementos%20de%20uma%20homepage%20dizem%20sobre%20o%20ativismo%20virtual.pdf>>.

_____. **Representações multimodais: a religião pela capa de revista**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011. (Dissertação de Mestrado).

XAVIER, Antonio Carlos. Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de sentido**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Retórica digital nas redes sociais. In: _____ *et alii*. **Hipertexto e cibercultura: links com literatura, publicidade, plágio e redes sociais**. São Paulo: Respel, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Quadro 4 – Categorização do *corpus*

CAUSA	Avaaz	Change	Petição Pública
Política institucional	<p>Eleições limpas: uma ideia que nasceu nas ruas</p> <p>Vencemos! STF: queremos eleições limpas.</p> <p>Voto aberto já!</p>	<p>Conclua o julgamento para proibir doações de empresas para candidatos</p>	<p>Abaixo-assinado contra o aumento nos salários do presidente de República, ministros e parlamentares. Dezembro/2010</p> <p>Impeachment do Prefeito Paulo Roberto Blascke</p> <p>Abaixo-assinado CAMPANHA FIM DO POLÍTICO PROFISSIONAL</p> <p>Bloco do Estado Laico - em defesa da laicidade nas eleições 2014</p>
Ambiental	<p>Fechem Keystone, uma overdose de carbono.</p> <p>UE: nossas crianças merecem um futuro</p> <p>Um santuário marinho do tamanho do México!</p>	<p>Cumprir com as ações propostas no Plano de ação nacional para a conservação dos muriquis.</p> <p>Declare oficialmente a Moratória JÁ (e não em JÁ-neiro de 2015). A pesca da piracatinga começa agora na Amazônia, até janeiro de 2015 milhares de botos poderão perder suas vidas.</p> <p>Faça a despoluição e revitalização do Rio Itapecerica</p> <p>Hidrelétricas na Amazônia? Diga NÃO! Apoie agora! #SOSJuruema</p> <p>Preserve a caatinga, crie imediatamente o Parque do Tatu-Bola #parquedotatu</p>	<p>Abaixo-assinado NÃO À USINA DE BELO MONTE!</p> <p>Abaixo-assinado Movimento Contra o Movimento Gota D'Água</p>
Internet	<p>Apocalipse de Internet?</p> <p>Por uma internet livre e democrática!</p>		
Direitos Humanos	<p>O comércio ilegal de escravos no Sinai</p> <p>Podemos impedir um genocídio</p>	<p>Não execute Meriam Yehya Ibrahim por ser cristã #SaveMeriam</p> <p>ANALGESIA DE PARTO: um direito a se</p>	

	<p>Um pedido de ajuda da Síria</p> <p>Um lar para Snowden</p> <p>Uma solução para a Síria</p> <p>Um dia sombrio para os direitos gays</p> <p>Não à lei da mordaza “anti-mulheres”</p> <p>Pelo fim da epidemia de estupros</p>	<p>conquistar!</p> <p>Redes abertas de televisão: divulguem fotos de crianças desaparecidas no horário nobre</p>	
Urbanização / Mobilidade		<p>#DIGA NÃO AS TORRES DE CONCRETO</p> <p>Exmo. Sr. Prefeito Municipal Marco Aurélio Gomes: conserve limpas as PRAIAS de Itanhaém</p> <p>Assinem a “Carta Compromisso com a Mobilidade Ciclística”</p> <p>Manifesto a favor da implantação de ciclovias em São Paulo</p> <p>Queremos o Parque Minhocão</p>	Metro de SP aberto até as 01:00
Esporte / Futebol		<p>CBF, democratize o seu estatuto já!</p> <p>Construa um monumento em homenagem aos trabalhadores mortos nas obras da Copa</p> <p>Reveja seus critérios de qualificação e confirme a participação das Seleções Brasileiras, masculina e feminina, nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016</p>	
Educação		<p>Devolvam a verba da Olimpíada de Biologia, valorizem nossos jovens cientistas</p>	Salve Major Lage
Defesa dos Animais		<p>Governo Federal: Pelo não fechamento da SUIPA e PELO absolvimento da dívida de 14 milhões de reais em impostos</p> <p>Nós não queremos animais no filme Grande Circo Místico / We say no to the use of animals in the</p>	<p>Abaixo-assinado #LeiLobo: Basta de impunidade</p> <p>Abaixo-assinado DIGA NÃO AO INSTITUTO ROYAL</p> <p>Abaixo-assinado PENA MÁXIMA DE CRIME DE</p>

		<p>movie Grande Circo Místico</p> <p>Pelo fim da “Porcajada” em Campo Maior, no Piauí</p> <p>Salve do abate milhares de jumentos no Nordeste</p>	<p>MAUS TRATOS PARA A ENFERMEIRA QUE MATOU O YORKSHIRE</p> <p>Abaixo-assinado SANTA CRUZ DO ARARI / MARAJÓ / PARÁ PEDE SOCORRO</p>
Comércio/ Publicidade		<p>Congresso Nacional: Inclua qualquer bebida alcoólica dentro das restrições à propaganda de álcool</p> <p>Pokémon Omega Ruby e Alpha Sapphire em português</p> <p>Por uma Estante Virtual mais justa para todos! Contra o aumento extorsivo de 100% nas tarifas. Contra as decisões unilaterais. Contra os abusos administrativos!</p> <p>Obrigam as empresas de telefonia, TV a cabo e similares a enviarem os termos da compra efetuada por telefone, via e-mail em no máximo 24 horas após o contato telefônico.</p>	<p>Queremos tudo que seja de Programação, Brinquedos, revistas, jogos destinados ao público infantil de volta!</p>
Saúde		<p>Regulamentar o uso e o cultivo caseiro de Cannabis Medicinal por pessoa física no Brasil.</p> <p>Adote medidas para acelerar a pesquisa de remédios e vacinas para tratar a febre hemorrágica do Ebola</p> <p>Refrigerantes coloquem nos rótulos alertas sobre o risco de diabetes</p>	<p>Abaixo-assinado PRESIDENTE DILMA, VETE O ATO MÉDICO!</p> <p>Diga não à desvinculação do HU - USP</p>
História		<p>Resgate a verdade e a honra de JK!</p>	
Trabalhista		<p>Viação Marechal, readmita o motorista de ônibus mais querido de Brasília!</p>	<p>Abaixo-assinado Professores das redes públicas mesmo índice de reajuste dos senadores.</p> <p>Abaixo-assinado pela aprovação da concessão do</p>

			<p>auxílio-alimentação à todos os servidores públicos estaduais do ES</p> <p>Abaixo-assinado: Apoio ao Retorno dos APOSENTADOS DA CAIXA-PADVs, ao PLANO SAÚDE CAIXA</p>
Cultura		<p>Não acabem com o NOSSO Festival de Inverno da Cidade de Amparo/SP! NÃO CENSUREM NENHUMA FORMA DE ARTE!</p> <p>Vamos proteger o Cine Drive-in de Brasília!</p>	
Impostos			<p>Abaixo-assinado Contra o retorno da CPMF – Movimento Endireita Brasil</p>
Jurídica			<p>Abaixo-assinado INICIATIVA POPULAR SOBRE CRIMES DE TRÂNSITO QUE ENVOLVAM EMBRIAGUEZ AO VOLANTE</p> <p>JUSTIÇA E AGILIDADE NO CASO JOÃO RAFAEL KOVALSKI</p>
Concurso Público			<p>Anulação da prova PMERJ CFSD / 2014 - Banca Exatus</p> <p>CONCURSO PÚBLICO PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SERGIPE.</p>

APÊNDICE 2: QUESTIONÁRIO

Questionário

Prezado Participante,
Respondendo a este questionário você estará colaborando para uma pesquisa de doutorado que se propõe à análise de textos que circulam na internet. Não é preciso se identificar. Seu apoio é muito importante para o andamento do nosso trabalho.
Desde já, agradecemos!

1. 1. Gênero

Mark only one oval.

- Feminino
 Masculino

2. 2. Faixa etária

Mark only one oval.

- Entre 13 e 17 anos
 Entre 18 e 22 anos
 Entre 23 e 27 anos
 Entre 28 e 30 anos
 Mais de 30 anos

3. 3. Profissão

4. 4. Formação acadêmica

Mark only one oval.

- Ensino Fundamental Completo
 Ensino Médio em andamento
 Ensino Médio Completo
 Graduação em andamento
 Graduação
 Mestrado em andamento
 Mestrado
 Doutorado em andamento
 Doutorado

5. Dentre os temas a seguir, marque os 3 que despertam seu maior interesse.*Check all that apply.*

- Política institucional
- Meio ambiente
- Internet
- Direitos humanos
- Urbanização/mobilidade
- Esporte
- Defesa dos animais
- Educação
- Saúde
- Direitos das mulheres
- Direitos trabalhistas
- Direitos das crianças
- LGBT
- Indígena

6. Dentre os temas a seguir, marque os 3 que despertam menos interesse em você.*Check all that apply.*

- Política institucional
- Meio ambiente
- Internet
- Direitos humanos
- Urbanização/mobilidade
- Esporte
- Defesa dos animais
- Educação
- Saúde
- Direitos das mulheres
- Direitos trabalhistas
- Direitos das crianças
- LGBT
- Indígena

7. Você possui alguma causa para a qual dedica algum tipo de engajamento social?*Check all that apply.*

- Não.
- Sim, participo de uma ONG.
- Sim, sou filiado a um partido político.
- Sim, atuo como voluntário em uma instituição.
- Other: _____

8. 8. Como você nomeia o texto abaixo?

Mark only one oval.

- Abaixo-assinado
- Manifesto
- Petição
- Other: _____



Pressionando Congresso Nacional ▾

Congresso Nacional: Inclua qualquer bebida alcoólica dentro das restrições à propaganda de álcool

MPS Ministério Público do Estado de São Paulo
São Paulo, Brazil

O Ministério Público do Estado de São Paulo propõe uma ampla mobilização da sociedade em um assunto que atinge os interesses da criança e do adolescente expostos diariamente à **propaganda de cerveja**.

Sabia que a exposição à publicidade de bebidas alcoólicas está relacionada com um consumo maior e mais precoce, principalmente entre adolescentes e adultos jovens? Quer ajudar a impedir que isso aconteça? Faça parte da campanha que o Ministério Público de São Paulo está organizando.

A campanha "Cerveja Também é Alcool" propõe a alteração do parágrafo único do artigo 1º da Lei Federal 9.294/98 para que as restrições à publicidade passem a abranger toda e qualquer bebida, com graduação alcoólica igual ou superior a 0,5 grau Gay-Lussac, conforme definição técnica do Decreto 6.117/2007, que institui a Política Nacional Sobre o Alcool. Pela atual redação, a restrição só é aplicada às bebidas com teor alcoólico superior a 13 graus Gay-Lussac, o que contribui para o consumo indevido de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes.

Assine agora
com 40.611 apoiadores

Ainda precisamos de 9.388 assinaturas

Nome

Sobrenome

Email

Cidade

Deixe um comentário. (opcional)

Assine →

9. 9. Acerca do texto acima, por onde você costuma acessá-lo?

Check all that apply.

- Facebook
- Twitter
- Pelos sites de ONGs
- Recebo por e-mail

15/05/2017

Questionário

10. 10. Com que frequência você acessa esse tipo de texto?*Mark only one oval.*

- Todos os dias.
- Uma vez por semana.
- Raramente.
- Não há uma regularidade, sempre que alguma proposta me chama a atenção.

11. 11. Um texto como o da questão 8 serve para:

12. 12. Ao se deparar, na internet, com o texto da questão 8, antes de decidir assinar ou não, você lê quais partes?*Check all that apply.*

- Leio todo o texto.
- Leio apenas o título e a imagem.
- Leio o primeiro parágrafo.
- Leio apenas a imagem.
- Assino sem ler, o importante é apoiar a causa.
- Other: _____

13. 13. O que influencia sua decisão em apoiar uma causa que chega até você por meio de um texto como o da questão 8.*Check all that apply.*

- O pedido de um amigo.
- Meu interesse pelo que está sendo defendido.
- O número alto de assinaturas.
- O site onde está hospedado o texto.
- A indignação perante a injustiça mostrada.
- Other: _____

14. 14. Quando você assina por uma causa, você acredita que:

15. **15. Quando você assina por uma causa, você a compartilha entre seus contatos?**

Mark only one oval.

- Sim, por e-mail.
- Sim, por página de rede social.
- Sim, por e-mail e por página de rede social.
- Às vezes.
- Nunca.

16. **16. Como você se sente depois que assina por uma causa?**

Mark only one oval.

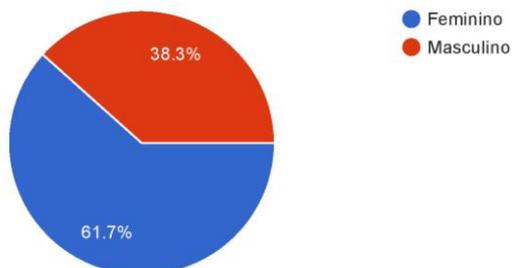
- Sinto que cumpri meu papel de cidadão.
- Sinto-me responsável por uma mudança.
- Sinto-me solidário com as pessoas envolvidas ali.
- Sinto que perdi meu tempo.
- Other: _____

APÊNDICE 3: RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO

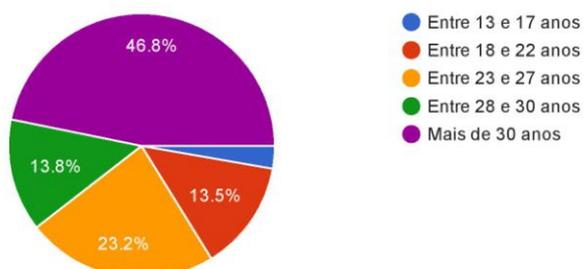
Questionário

330 responses

1. Gênero (326 responses)



2. Faixa etária (327 responses)



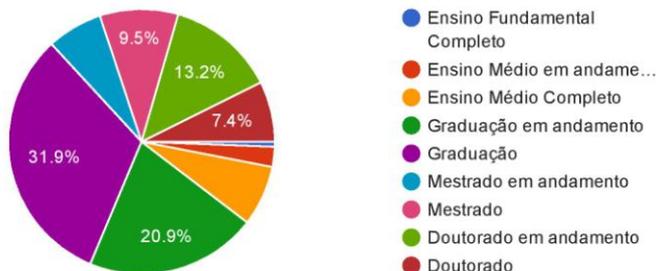
3. Profissão (299 responses)

Professora



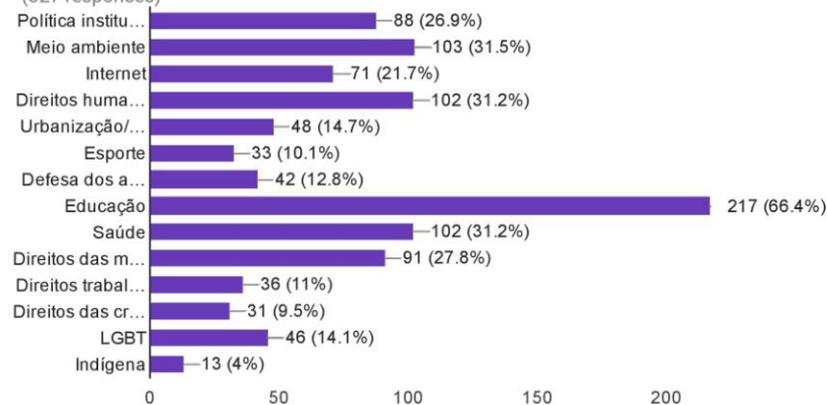
Professora
Professora
Professora

4. Formação acadêmica (326 responses)



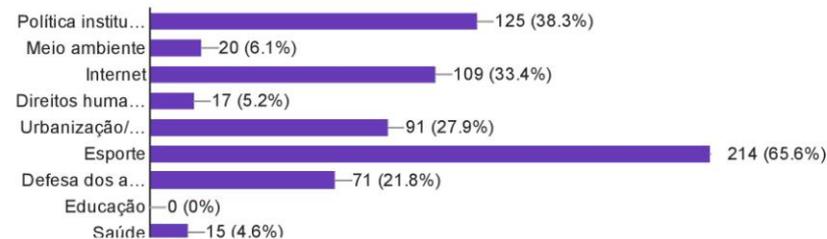
5. Dentre os temas a seguir, marque os 3 que despertam seu maior interesse.

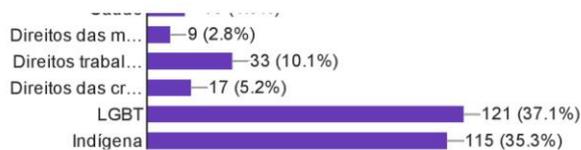
(327 responses)



6. Dentre os temas a seguir, marque os 3 que despertam menos interesse em você.

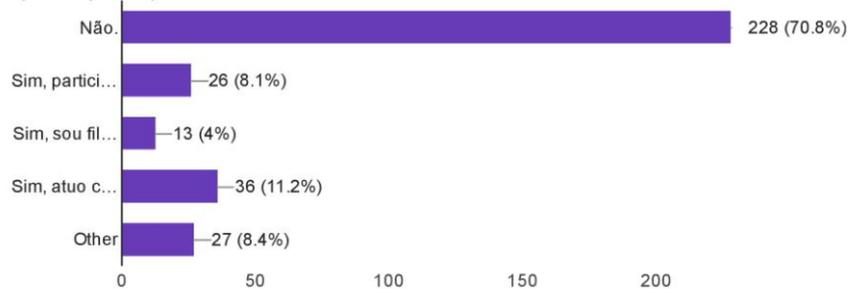
(326 responses)



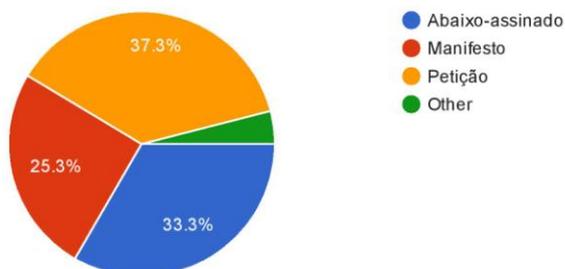


7. Você possui alguma causa para a qual dedica algum tipo de engajamento social?

(322 responses)



8. Como você nomeia o texto abaixo? (324 responses)

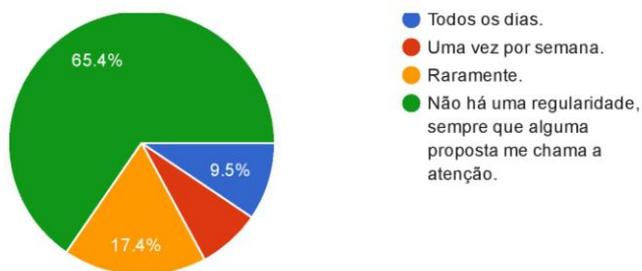


9. Acerca do texto acima, por onde você costuma acessá-lo?

(327 responses)



10. Com que frequência você acessa esse tipo de texto? (327 responses)



11. Um texto como o da questão 8 serve para: (215 responses)

Informar
 Informar
 Informar
 Informar
 Informar
 Mobilizar
 Mobilizar
 Mobilizar
 Mobilizar
 Alertar
 Alertar
 Alertar

12. Ao se deparar, na internet, com o texto da questão 8, antes de decidir assinar ou não, você lê quais partes?

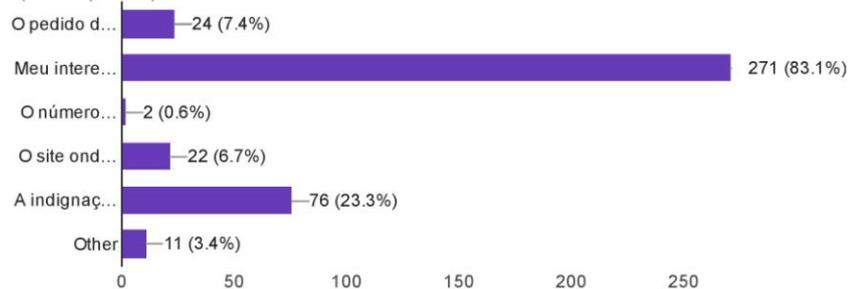
(324 responses)



13. O que influencia sua decisão em apoiar uma causa que chega até

o seu e-mail por meio de um texto como o da questão 8.

(326 responses)



14. Quando você assina por uma causa, você acredita que: (205 responses)

Contribuo

Contribuo

Estou ajudando

Estou ajudando

Vai resolver

Vai resolver

Vai dar certo

Vai dar certo

Acredito que esteja cumprindo com o meu dever de cidadão consciente, inteirado da realidade caótica que vivenciamos em nosso país.

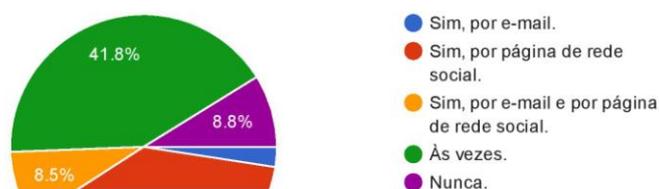
Ajudando a causa

Na causa

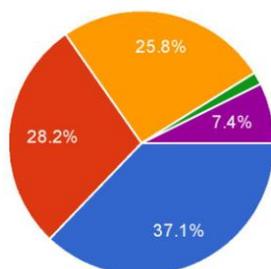
Estou colaborando com a divulgação do assunto.

15. Quando você assina por uma causa, você a compartilha entre seus contatos?

(328 responses)

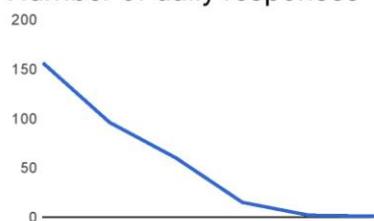


16. Como você se sente depois que assina por uma causa? (326 responses)



- Sinto que cumpri meu papel de cidadão.
- Sinto-me responsável por uma mudança.
- Sinto-me solidário com as pessoas envolvidas ali.
- Sinto que perdi meu tempo.
- Other

Number of daily responses



This content is neither created nor endorsed by Google. Report Abuse - Terms of Service - Additional Terms

APÊNDICE 4: RESPOSTAS DAS QUESTÕES ABERTAS**Questão 3****Profissão dos Internautas**

Professora

Estudante

Professor

estudante

professora

professora

professora

professora

professora

professora

professora

professora

professora

Estudante

Estudante

Estudante

Estudante

Estudante

Professor universitário

Professor universitário

Professor universitário

Professor universitário
Professor
Professor
Professor
Professora
Professora
Professora
Professora
Pesquisador
Pesquisador
Pesquisador
professor
professor
professor
Administradora
Administradora
Administradora
Tradutor
Tradutor
Estudante.
Estudante.
Advogada
Advogada
Secretária
Secretária
Economista
Economista
Militar
Militar
Professora universitária
Professora universitária
Servidor público
Servidor público
Medico
Medico
Servidor Publico
Servidor Publico
ESTUDANTE
ESTUDANTE
Desempregado
Desempregado
Atendente
Atendente
Servidor público
Servidor público
Engenheira
Engenheira
Advogado
Advogado
professora
professora
Jornalista
Jornalista
Professor Universitário
Estudante e professora.
Engenheiro civil.
Analista de UX/UI
Professora de Inglês
Engenheiro
Func. Pública
professor/Estudante
Secretário
Assistente social
assistente administrativo

Tradutora e revisora de texto pedagoga
Engenheiro Civil
Auxiliar de biblioteca
Bancário
Servidor publico
Engenheiro Agronomo
Agente de combate a endemias
Engenheiro Florestal
Psicologa
Costureira
Aposentada
Pesquisadora
artesão
Bancário
Modelo
Auxiliar de contabilidade
Psicologo
Do lar
Professora e Farmacêutica
Sup. Adm.
Estudante.
Desempregada
intérprete de Libras
Professora de Históris
Psicologa
Gerente financeiro
Cientista
Assistente Administrativa
Professor do Magistério Superior
Funcionário Público
Piloto de Avião
Secretária Executiva
Licenciando
PROFESSOR
Coordenadora de projetos de terceiro setor
Gerente de Serviços
Psicóloga
figurinista
estagiária
servidor público
Revisora de Textos
Consultor empresarial
Professor Universitario
Pedagoga
Universitária, atriz e dançarina
Artesã
Servidora pública
Analista Educacional
Nenhuma
Engenheiro Florestal
Policia
Bancaria
ENGENHEIRO FLORESTAL
profa. universitária
tecnica judiciária
dentista
Professora de Educação Física
coordenadora operacional
Biólogo
Designer
bancaria
Publicitária
engenheira florestal
Designer Gráfico

Autônomo
Professor.
Empresaria
Servidora Pública
Técnica em Enfermagem
Eng. Florestal
Motorista carreteiro
Professor universitário (Eng Agrônomo)
publicitário
bióloga
Educadora
estudante de licenciatura em química
Professora / Coordenadora Biblioteca
dona de casa
professora especialista
Motorista.
Professor do Ensino Básico
Analista de Departamento Pessoal
Gerente de vendas
Cineasta
Assistente Social
Vistoriador automotivo
vendedora
Professora de Língua Portuguesa
Assistente financeiro
Engenheira Civil
Mecânica de Bicicletas
assistente social
professor
Supervisor
benefício do inss
Administradora
agente de turismo
Mae
Fonoaudióloga
Engenheiro Mecânico
garçom
Professora Universitária
PEsquisador bolsista
Farmacêutica
Administrador
estudante
Auxiliar administrativo
Bibliotecária
Artista
servidora pública
Agente Comunitario de Saúde

Questão 11

A petição serve para:

Informar
Informar
Informar
Informar
Mobilizar
Mobilizar
Mobilizar
Mobilizar
Alertar
Alertar

Alertar

Informação

Informação

Informação

Conscientização

Conscientização

Reflexão

Reflexão

Conscientização

Conscientização

Para despertar o engajamento dos internautas a partir da conscientização relacionada ao consumo da cerveja por crianças e adolescentes.

informar e conscientizar

Orientação

Despertar o interesse sobre o assunto em questão.

Reivindicar direitos

Requisitar mudanças na sociedade

Pedir algo

Informar sobre determinado tema e congregar forças e apoios a favor de uma causa.

Mobilizar pessoas em função de uma causa

Fazer ouvir a sociedade

Engajar a participação da comunidade.

Reivindicar direitos

Iniciar mudanças

Manifestar sobre algo.

Demonstrar o interesse de parcela da sociedade em relação a algo, de forma a levar o poder público ou outros responsáveis a uma ação que vise o bem comum.

Convocar entidades e pessoas da sociedade civil para se mobilizarem em prol de uma alteração na Lei que regulamenta o uso de bebida alcoólica, e apoiarem a causa.

Combater o alcoolismo

Conscientização.

Fazer a sociedade refletir sobre as necessidades e responsabilidades de cada um no contexto social

manifestar a opinião do usuário a fim de modificar uma determinada situação

Pesquisa de opinião

Pressionar governos ou empresas e exigirem destes entes uma mudança de atitude ou alteração na legislação visando à defesa de direitos ou à reparação de erros e/ou danos.

Pensar.

Ajudar em causas com pouca visibilidade

Buscar mobilização social para lutar por algo que trará benefícios para a sociedade

Alertar e prevenir. Alertar que cerveja é bebida alcoólica e prevenir que crianças façam uso da mesma.

Prevenção

Alertar e conscientizar a população sobre o uso da cerveja

Estimular as pessoas a pensarem sobre o assunto e pressionar os responsáveis a tomar uma atitude.

Propor mudanças de ordem público-social.

Pressionar a opinião dos políticos e forçar a ação dos legisladores

conscientizar

reflexão

Ensinar e alertar

Discutir as propagandas como forma de incentivo ao consumo e as influências destas sobre as crianças e adolescentes.

Reflexão da população.

Obter volume de assinaturas de forma rápida e sem burocracia, apenas pela sensibilização, mas que a quantidade indica uma vontade da sociedade.

Mobilizar a população para alguma ação política. Por exemplo, para propor a alteração de uma lei (ou impedir que alguma alteração nela ocorra) ou para propor a sua criação.

Unir pessoas em prol da mesma causa

Criar a ilusão de que alguma petição online é válida

Mobilizar a participação social em temas relevantes.

Entender algumas situações atuais

salientar da ambiguidade em coibir o álcool e promover a cerveja.

Debater acerca das instituições

Chamar atenção de uma causa

Discutir questões sociais de interesse público.

Me engajar em uma causa

O texto serve pra informar o motivo do abaixo-assinado e este serve para que algum desejo coletivo seja realizado.

Manifestar opinião

Alertar sobre o consumo de bebida alcoólica que muitas vezes é feito por crianças, fato que a publicidade de tais bebidas tem parcela de culpa.

Apologia inútil que tem função de definir a raiz de um problema gigantesco em coisas esdrúxulas .

Amenizar a exposição de conteúdo de bebidas alcoólicas para jovens menores de idade, já que, a propaganda faz uso da linguagem publicitária que é construída para ter um impacto fisiológico, psicológico e consumista no interlocutor.

conscientização

Informar sobre um tema relevante para a sociedade.

Restringir a propaganda de cerveja.

Mobilizar pessoas em torno de uma iniciativa

Conscientizar a população

Ajudar

Detalhar a proposta da petição, justificando a campanha.

Orientar nos riscos que há no produto.

Criar leis ou modificá-las

Alerta

Induzir uma assinatura a algo que não seria tão correto

Conscientização da população e desenvolvimento de senso crítico e debate sobre os diversos temas que necessitam ser discutidos atualmente. Apesar de que acredito que uma pequena parcela da sociedade tem acesso a textos como este.

Direitos humanos

conscientizar a sociedade

Demonstrar adesão a uma causa

Contribuir para uma sociedade melhor

Advertência

Chamar a atenção para problemática deixada em segundo plano

informar

Exigir alguma coisa é explicar o porquê.

Problematizar uma situação e exigir respostas e soluções sociais

levar as pessoas a aderir a uma ideia específica, por meio de uma mobilização social

Alertar e pedir ajuda em prol de alguma coisa

alertar a população que o álcool é perigoso para o público menor de idade

Informar , advertir e chamar a todos para a responsabilidade

Alerta a população sobre as coisas que afetam as crianças

Ser usado como termômetro dos anseios e necessidades populares

reivindicar

Despertar para que tenha empatia com o mundo a minha volta

Angariar participação em prol de causas específicas.

Mobilizar pessoas a lutarem contra ou a favor de uma causa que possuem insatisfação em comum.

Expressar ponto de vista

Mobilizar pessoas em prol de uma causa.

informar

Preservar crianças e adolescentes para que os mesmos não sejam influenciados pelas propagandas.

Mobilização social

Expor opinião e exigir providência

Proteger as crianças e adolescentes.

Direitos e deveres sociais

Se beber cerveja não dirija

Reflexão.

Mobilizar a sociedade e pressionar as entidades responsáveis

Anunciar propostas em tramitação

Reivindicar algo

Alertar as pessoas

Demonstrar o interesse popular em modificar políticas públicas.

Causar caos a um ambiente já caótico.

Tentar encontrar e agrupar pessoas que compartilham de opiniões próximas a respeito de determinadas questões.

Esclarecer aos leitores acerca do assunto abordado na petição.

Tentar chamar a atenção e mobilizar pessoas para a causa.

Fazer pressão social em favor de uma causa.

Alertar a população de que há algo fora do padrão estabelecido pela sociedade.

refletir

informar.

Ver uma ação além do que se lê nas redes sociais.

Conhecer a opinião pública.

NOS ALERTAR

(A letra está muito pequena para ler), mas lendo por cima, serve para despertar a consciência para os danos causados pela bebida, incentivados pela propaganda.

Ver a quantas pessoas concordam com uma opinião e com esse determinado número conseguir que o desejo comum seja válido.

Demonstrar opiniões

Coibir atos.

Engajar

solicitar mudanças

Se pensar sobre o que estamos lendo na internet

Apoiar uma causa para tentar mudar algo.

Manifestar uma postura/visão

Mobilizar a população em prol de uma causa.

Requerer

Pressionar para a aprovação ou reprovação de leis.

Serve para ler e entender a proposta da solicitação.

Alertar

Informar e gerar opiniões

Informar e unir pessoas a uma causa

Unir pessoas em torno de um objetivo comum

Reflexões

Conscientizar, protestar e modificar.

Expor um problema, apresentar uma alternativa para solucioná-lo e indicar um procedimento para tal (normalmente, assinar a petição como indicativo de adesão à causa e seu conseqüente fortalecimento).

Informar-nos

Convencer o leitor a apoiar uma ideia.

Conscientizar e mobilizar

Convidar a população a se engajar em alguma causa específica

Informar, entreter, posicionar-se de maneira crítica.

Demandar algo do Estado

Defender e divulgar um ponto de vista sobre determinado tema social controverso e chamar a atenção das pessoas para esse problema social com o intuito de levá-las à reflexão e de despertar o interesse delas para o engajamento no combate do problema em análise.

Clamar por melhoras aos políticos

Propor a proibição

Convencer

Parar com a publicidade em excesso de álcool

Está mais para uma pesquisa, do que uma petição, que é intenção.

Melhorar algum aspecto da sociedade em questão importante.

Buscar apoio para uma causa.

Repensar atitudes

Tornar pública uma ideia a qual me filio.

mobilizar a cerca de questões relevantes para a sociedade.

modificar leis

A sociedade se posiciona perante fatos que trazem prejuízo ao bem estar da população.

Provocar mudanças

Alertar os problemas causados pela ingestão de álcool

Vivenciar a cidadania

combater

Manifestar a insatisfação com algo.

as pessoas se mobilizarem em prol da eliminação uma causa que afete de maneira negativa a sociedade

Alertar sobre determinado impasse na sociedade e propor alternativas, soluções.

Reunir assinaturas mostrando o apoio de uma grande parte da população a uma causa.

Envolver a sociedade com questões de interesse geral.

Expõe uma ideologia

Despertar

Incluir a cerveja no rol de proibições de exibição na TV, haja vista que a TV aberta possibilita o incentivo de consumo desse tipo de bebida por crianças .

Informar e conscientizar

que o povo pressione um ente público ou privado para fazer algo em seu benefício (do povo), especialmente em relação a direitos inalienáveis, mas negados.

Fornecer aparência de legitimidade popular a políticas pontuais

Divulgar informação

Conscientizar as pessoas sobre certa proposta de mudança de lei..

expor determinado ponto de vista publicamente ou mesmo para um indivíduo ou grupo de pessoas, ou seja , tenta

convencer o leitor do discurso narrado através de argumentos.

Conscientização do problema e proposição de uma solução legislativa.

Tive dificuldade de ler o texto devido ao tamanho da fonte. Creio que se trata de uma petição, que se trata de um gênero textual que intenta mobilizar órgãos ou instituições para pensar sobre uma determinada causa ou fato de ordem diversa. Buscar exercer a participação popular na vida política do país

Reflexão e conscientização das pessoas. Chamar a atenção para um problema. Alertar as autoridades para algo que não está correto ou não é justo.

Solicitar solução para um problema

Mobilizar pessoas a cerca de um determinado assunto, para que com isso obtenha resultados positivos.

Fazer pensar e mudar opiniões

Chamar a atenção para a reivindicação de direitos.

Conscientização de que existem causas a serem conquistadas.

Conseguir alguma mudança

Alertar a sociedade sobre o consumo banal da cerveja.

Conscientizar a Sociedade sobre algum problema vivido por esta Sociedade.

Difundir a ideia, para que possa chegar a consciência da maioria!

Engajar o sujeito a tomar consciência sobre assuntos e atividades que necessitam de uma mudança. Para isso, o texto incita o sujeito a fazer parte dessa mudança na medida em que o coloca como um cidadão fundamental que tem um papel de importância nessa transformação.

Mobilizar as pessoas de forma rápida e ampla

Conscientizar e aumentar o número de apoiadores em determinada causa.

Lutar pela regulamentação daquilo que se acredita ser a melhor solução.

Mobilizar as pessoas e reivindicar questões junto aos órgãos competentes

CONSCIENTIZAÇÃO

Unir o povo em volta de um interesse.

Uma forma de participação da sociedade. Mobilização!

Reacender a minha cidadania!

Mostrar mais claramente a opinião da população para seus representantes (políticos)

Sinceramente? Nada mais que exposição de opiniões.

Atender ao clamor popular

Pressionar órgãos a agir sobre algo

Conscientizar

Fazer uma reivindicação

Questão 14

Quando assino, acredito que:

Contribuo (2)

Estou ajudando (2)

Vai resolver (2)

Vai dar certo (2)

Acredito que esteja cumprindo com o meu dever de cidadão consciente, inteirado da realidade caótica que vivenciamos em nosso país.

Ajudando a causa

Na causa

Estou colaborando com a divulgação do assunto.

Não assino

Não deve fazer diferença, mas é melhor ter a sensação de que se está tentando fazer algo pelo assunto do que ficar de braços cruzados.

Isso poderá gerar mudança

Posso contribuir para a causa.

Raramente assino. Mas se o faço é para ajudar a chamar a atenção para a causa.

Pode haver mudanças

Farei pressão junto aos responsáveis para mudar uma causa.

É uma decisão tomada com ética.

Vale a pena lutar por ela.

estou ajudando.

Ao atingir uma certa quantidade de assinaturas, de alguma forma será levado às autoridades competentes a atender o pleito.

Minha postura possa ter algum efeito concreto para a mudança de alguma eventualidade que cause sofrimento aos grupos sociais.

Estou contribuindo com a causa a ser defendida.

A proposta em questão surtirá o efeito que a situação realmente precisa.

fiz a minha parte, independente do resultado

estou manifestando minha opinião e ajudando a modificar uma determinada situação
 Dou minha opinião.
 Com um alto número de assinaturas é provável que a petição obtenha sucesso
 Que estou me comprometendo com o que assinei
 Ela trará benefícios sociais relevantes.
 Pode-se mudar a atual realidade
 Dará certo
 Estará de certa forma,colaborando para que , algo "melhore",no âmbito que você como co-participante não aceita a situação e a julga como uma melhoria necessária.
 Ela vá receber a devida atenção pelas autoridades
 Posso ajudar a obter uma resposta efetiva ao problema.
 É possível, em conjunto, demonstrar insatisfação para que aja pressão por mudança.
 ajudará na pressão social sobre ela
 Estou somando e contribuindo na causa
 deve ser estudada
 Esta causa irá acontecer e que as pessoas se eduquem
 Contribuo para a causa.
 Tenha um resultado
 Estou fazendo minha parte
 Possa ajudar a melhorar a atual situação na qual a causa defende.
 Poderá ser um termômetro de interesse social ao tema, dai pode ter folego para um pedido na esfera superior e que realmente possa mudar o que é pedido.
 Devemos lutar pelo que acreditamos ser justo. A ação coletiva pode fazer a diferença.
 Não adianta de nada... Mas assino mesmo assim
 A petição não servirá para nada
 Fiz minha parte como cidadão para lutar por uma causa justa.
 Pode ajudar a mudar uma realidade
 possa unir esforços com os que também congregam de tal ideia
 Iremos ter uma luta .muito árdua, mas válida
 Algo concreto seja realizado, os objetivos sejam alcançados
 Terá resultados
 A solicitação quando enviada aos responsáveis terá mais visibilidade se possuir um maior número de assinaturas
 A manifestação popular tem força.
 Terá alguma consequência positiva
 Estou contribuindo em prol da melhoria
 Dependendo da quantidade de assinaturas o pedido será atendido.
 Possa contribuir para possíveis mudanças em leis que beneficiem a sociedade como um todo.
 É mais um meio de pressão social que pode influenciar no alcance do objetivo.
 Há uma visibilidade maior do assunto em questão e algo pode ser mudado.
 Posso mudar alguma coisa.
 A causa vai ser, ao menos, debatida.
 Possa fazer a diferença
 Estou participando da construção de um futuro melhor.
 Irá contribuir para que providências seja tomada!
 Com a mobilização podemos modificar a situação atual para buscar uma soluçãoa um determinado problema.
 estou ajudando a melhorar algo
 Aquilo que eu estou assinando nos meus olhos seria algo de boa fé
 Cada voto é importante e que todos somados por ajudar a fazer a diferença. Que necessitamos de mais ações como esta.
 Eu concordo e contribuo participando.
 que serei mais um a se manifestar e pressionar o poder público
 Gere reflexão
 Tenha uma solução, que haja uma mudança
 Seja uma forma de luta, de resistência ante os problemas
 ela está correta
 Minha assinatura irá contribuir para que o pedido do abaixo assinado seja atendido
 Tenha impacto e o número ajude a alcançar o objetivo
 estou exercendo o meu papel enquanto cidadã e que é dessa forma que podemos nos mobilizar
 Posso estar contribuindo
 Estou fazendo um pouco da minha parte
 estou comtribuido
 De alguma forma estou contribuindo e marcando minha posição
 Seja feita alguma providência
 Estou contribuindo para resolver um problema, embora nem sempre se chegue aos objetivos.
 Geralmente não assino
 pelo menos vai ser visto

Ajudo a pressionar, aumentando o volume de assinantes

Estou fazendo parte, ainda que minimamente, da mudança de algum aspecto que implica diretamente na vida das pessoas.

Isso surtirá algum efeito.

Algo será feito

Minha assinatura pode fazer a diferença.

Contribuo com a sociedade

será defendida

Acredito que estou ajudando o próximo de uma forma positiva.

Que ficará registrado o interesse social

Qnt mais gente assinar mais pressão se faz para que o assunto seja visto e revisto.

Acredito que estou auxiliando as pessoas que estão diretamente envolvidas no assunto.

Defesa da causa

Estou de acordo

Nada

Other (201)

APÊNDICE 5: SOBRE OS SITES DE PETIÇÕES

Apresentamos alguns aspectos de contextualização dos *sites* que servem de plataforma para a hospedagem de petições neste apêndice. Para tanto, observamos os *sites* enfocados na constituição do nosso *corpus* de pesquisa, com a finalidade de ilustrar de forma descritiva as práticas discursivas que cada ambiente promove para os usuários brasileiros.

Avaaz.org

A plataforma virtual de campanhas *ciberativistas* *Avaaz*³¹ possui como principal linha de atuação a arrecadação de assinaturas em apoio a causas por meio de petições. Outras formas de atuação, segundo o *site* da organização são: financiamento de campanhas de anúncios, envio de *e-mails*, promoção de *lobby* e telefonemas para governos, organização de eventos e protestos nas ruas. Criada em 2007, a partir da união do grupo de advocacia Res Publica e da associação ativista norteamericana Moveon.org (ARRUDA, 2011), a autointitulada comunidade tem a proposta de unir forças (ou vozes, como sugere o significado da palavra *avaaz*) em torno de causas internacionais urgentes³², como informado no próprio *site*.

Tendo alcançado grande popularidade entre os brasileiros, o indicador Alexa, dentro da categoria *activism*, aponta *Avaaz* em terceiro lugar no *ranking* mundial³³. A organização sem fins lucrativos, segundo ela mesma informa, atua a partir de uma equipe central espalhada por seis continentes, além de milhares de voluntários, organizando as campanhas em 16 línguas. Para cada idioma há uma página própria que utiliza o mesmo *design*.

³¹<http://www.avaaz.org/po/>

³² As campanhas iniciadas pelos “esforços individuais” dos cidadãos, a nível mais local, são direcionadas para a plataforma Petições da Comunidade: <<http://www.avaaz.org/po/petition/>>. Apresentado como uma iniciativa apoiada pelo *Avaaz.org*, na descrição disponível no item “Quem somos”, o *site* é caracterizado como uma “plataforma online nova” e “o lado colaborativo do *Avaaz*”. Além disso, na página principal da organização não há direcionamento para esse espaço, o que parece apontar para a pouca relevância dada pela instituição para as petições produzidas pelos usuários não credenciados a seus quadros centrais.

³³<http://www.alexa.com/topsites/category/Top/Society/Activism>. Acessado em 02/02/2016.

Alguns objetivos da organização são traçados no item “Quem somos” do *site* da *Avaaz*. Dentre os principais, está a mobilização *on-line* para “uma guinada decisiva em momentos de crise e oportunidade”, em que são destacados valores como união, força, independência, ética e liderança. Acerca da participação, um importante mecanismo para sua efetivação é o cadastramento dos novos membros. O visitante é convidado a fazer parte de uma comunidade crescente, que possui filiados em toda parte do globo. (VITORINO, 2013). Sem contar que basta assinar uma petição para ser considerado membro da organização.

Acerca dos temas abordados pelas petições, frequentemente, estes são voltados para causas ligadas à defesa dos direitos humanos, com um caráter mais internacional, embora haja campanhas voltadas para temas nacionais. Assim, as campanhas, com metas de números de assinaturas a serem alcançadas, “extrapolam o âmbito dos estados nacionais, justamente quando a questão parece não ser possível de ser resolvida localmente” (ARRUDA, 2011, p. 98).

Change.org

“O site para você mudar o que quiser”. Essa é a frase que abre a página principal da plataforma de abaixo-assinados *Change*. Mais de 130 milhões de membros³⁴ cadastrados ao redor do mundo – em 136 países – com opções de navegação em vinte idiomas, o grupo conta com o primeiro lugar no *ranking* mundial de acessos dentro da categoria *activism* do indicador Alexa.

Ao contrário da *Avaaz*, qualquer pessoa, individualmente ou em grupo, pode fazer um abaixo-assinado gratuitamente. Além disso, diferentemente da *Avaaz*, que possui membros com poder de decisão para vetar uma petição, *Change* se declara aberta a diferentes pontos de vista, apta para qualquer pessoa de qualquer lugar se expressar, desde que não violem as “diretrizes da comunidade” com a reportagem de discurso de ódio e incitação da violência.

O *site* é apoiado, em grande medida, na autopromoção da organização sem fins lucrativos, com a exposição das “vitórias” alcançadas por meio das campanhas de destaque. Assim, logo na abertura da *homepage* há os *links* com as chamadas de tais

³⁴ Os membros de *Change* são cadastrados pela conta do *Facebook* ou através da criação de um perfil, com adição de dados pessoais e foto, algo típico dos *sites* de relacionamento, bem conhecidos dos usuários.

vitórias alcançadas com as assinaturas das petições, antes do direcionamento para as campanhas em andamento.

Além disso, a confiança é inspirada, entre outros elementos, pela ostentação do certificado B (selo de certificação independente, segundo o *site*) de alto padrão de desempenho social e ambiental, prestação de contas e transparência. Isso contribui para a captação de recursos, por meio de doações de particulares, bem como para a promoção de “campanhas patrocinadas”, em que *Change* direciona *e-mails* com abaixo-assinados produzidos por grupos específicos, dispostos a “oferecerem doativos” por isso, para pessoas que demonstram interesse naquele perfil de causa e que, sobretudo, se mostrem bons doatários.³⁵

Já os abaixo-assinados, como é predominantemente denominado o gênero aí, recebem orientações diretas e informais no momento da produção, com a utilização de recursos linguísticos que promovem proximidade entre os participantes. Por exemplo, no momento da criação do título da petição, o produtor é incitado por verbos no imperativo, porém com o uso afetivo do “você” e de *emoticons* – uso de sinais de pontuação para representar rostos e expressões faciais: “É a primeira coisa que as pessoas vão ver. Por isso capriche! :) Faça um título curto focado no que você quer que seja diferente.”³⁶

O *site* se vale, ainda, do incentivo ao compartilhamento das causas tanto pelos produtores como pelos apoiadores a partir de suas redes de contatos (familiares e amigos), pelos sistemas de relacionamentos *Facebook* e *Twitter* e por *e-mail*, de modo a se propagar o abaixo-assinado pelas redes sociais e assim alcançar o sucesso. Há, além disso, espaço para atualizações do abaixo-assinado, em que o produtor do texto entra com pedidos de compartilhamentos, notas sobre os números de assinaturas alcançadas e sobre a repercussão da petição, notícias a respeito do tema posto, etc. Nesse espaço há a possibilidade, também, de os participantes fazerem comentários, se posicionando contra ou a favor das causas, com direito a réplicas e debates.

³⁵ Conferir <<https://www.change.org/advertise>>. Acessado em 02/02/2016.

³⁶ Conferir <<https://www.change.org/start-a-petition>>. Acessado em 02/02/2016.

PetiçãoPública.com.br

Menos expressivo do que os demais *sites* vistos até aqui, o *Petição Pública Brasil*³⁷ possui extensão .com.br, ligada mais a comércio do que a entidade não governamental sem fins lucrativos. Com sede portuguesa, o *site* se apresenta, no *link* “sobre nós”, como um serviço público nacional para o alojamento de abaixo-assinados *on-line*. Outro fator divergente dos outros dois portais descritos é a não exibição do número de seus usuários, apoiando-se na exibição dos abaixo-assinados e nos diversos chamamentos para a criação de um.

Citando a Constituição brasileira acerca do direito de petição, numa faixa com informações fixas localizada na parte inferior da *homepage*, a página assegura que está viabilizando um canal de mudança “combinado com a última e mais moderna tecnologia digital de comunicação, disponível gratuitamente 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano!”³⁸. E sugere que, assim que o produtor achar que a petição está pronta (em termos de número de assinaturas) ele a imprima ou a encaminhe por e-mail para os destinatários, o que vai garantir a solução daquela solicitação.

A confiança, portanto, está ligada à citação do direito de petição e, também, ao destaque das logomarcas dos meios de imprensa em que o *site* foi citado, a exemplo dos jornais O Globo, Estadão, Folha de E. Paulo e das redes Globo, SBT e Record. Além disso, há os *links* para o encaminhamento do usuário para as *fanpages* do grupo nos *sites* de relacionamento, *Facebook*, *Twitter*, *Google+*, prática comum aos três ambientes descritos.

Nesse mesmo espaço em que é citada a constituição, há uma particularidade de *Petição Pública*, que se refere à divisão dos abaixo-assinados por categorias, quais sejam: ambiente, artes e cultura, ciência e tecnologia, direitos dos animais, educação, entretenimento e media, esporte, legislação e justiça, política e governo, religião, saúde e bem estar e sociedade. Tal classificação é feita pelo *site* e serve como mecanismo de busca por causas com as quais o usuário busque se engajar naquele ambiente.

Acerca das petições do *Petição Pública*, estas não exibem a identidade do produtor do texto, porém há um *link*, à direita do texto, intitulado *Contatar Autor*, que permite aos participantes manterem contato particularmente. Outro ponto importante que favorece a interação é o espaço para os comentários, em que os usuários demonstram seu interesse, ou não, pelo que está posto em questão não só por meio da assinatura da petição.

³⁷<http://www.peticaopublica.com.br/default.aspx>

³⁸ Conferir < <http://www.peticaopublica.com.br/info/aboutus.aspx>>. Acessado em 03/02/2016.